

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

DONGHUN CHAE

Análise da dependência da indústria de defesa dos países em desenvolvimento: um estudo dos pré-requisitos para a cooperação da indústria de defesa entre a Coreia do Sul e o Brasil

São Paulo

2021

DONGHUN CHAE

Análise da dependência da indústria de defesa dos países em desenvolvimento: um estudo dos pré-requisitos para a cooperação da indústria de defesa entre a Coreia do Sul e o Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

São Paulo

2021

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Chae, Donghun.  
C432 Análise da dependência da indústria de defesa dos países em desenvolvimento : um estudo dos pré-requisitos para a cooperação da indústria de defesa entre a Coreia do Sul e o Brasil / Donghun Chae. – São Paulo, 2021.  
118 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Samuel Alves Soares.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em  
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2021.

1. Indústria bélica – Cooperação internacional. 2. Coreia do Sul – Relações exteriores – Brasil – Aspectos militares. 3. Defesa – Ásia. 4. Defesa – América do Sul. 5. Segurança internacional.

CDD 355.8

DONGHUN CHAE

Análise da dependência da indústria de defesa dos países em desenvolvimento: um estudo dos pré-requisitos para a cooperação da indústria de defesa entre a Coreia do Sul e o Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. José Augusto Zague (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

São Paulo, 19 de Fevereiro de 2021

## AGRADECIMENTOS

Fazer pós-graduação em San Tiago Dantas foi uma memória inesquecível.

Durante dois anos, foram momentos difíceis aprendendo a língua portuguesa e a cultura brasileira. Ainda sofremos a pandemia. Mas todos os momentos que eu passei aqui no Brasil foram memórias que não poderia esquecer pelo resto da minha vida. Aproveito esta oportunidade para expressar meu profundo agradecimento a quem me ajudou para que eu chegasse aqui hoje.

Agradeço primeiro ao meu país, a Coreia do Sul, por me dar a oportunidade de estudar Relações Internacionais no exterior e pelo seu apoio econômico durante toda minha estadia no Brasil. Eu não vou esquecer do que eu recebi e servirei meu país de coração.

Aos todos os professores e colegas de San Tiago Dantas. Fique feliz por fazer uma Pós-Graduação no San Tiago Dantas. E ainda foi uma honra acompanhar essa viagem junto com professores de grande paixão e com os bons amigos. Deixo também um agradecimento a todos que me ajudaram durante todo o período. Gostaria de destacar a grande gratidão ao Professor Samuel por ter sido meu orientador desde a admissão até a defesa de dissertação com paciência. Por tudo que me ensinou, expresso a minha eterna gratidão e o meu respeito. Além dele, queria ainda agradecer aos Professor Fuccille e Professor Zague por tudo que me ensinaram e pelas indicações referentes a minha pesquisa.

Quero agradecer à minha família: meu pai já falecido e minha mãe, que está na Coreia do Sul. Obrigado de coração por todo fazerem de mim a pessoa que sou hoje. Sem seu apoio e amor incondicional não podia ficar no Brasil de forma tão saudável.

Finalmente, agradeço a todos que ficaram ao meu lado no Brasil. É uma pena que não consigo citar todos os nomes. Tive muitas dificuldades, contudo, estou aqui pela sua ajuda. Desejo a todos nós muita sorte e gratidão sempre. E, por fim, muito sucesso. Obrigado!

## RESUMO

A indústria de defesa está ligada não apenas à segurança, mas também a vários campos, como os da política e da economia. O setor de segurança tem uma correlação com a indústria de defesa e, especialmente após a Guerra Fria, o ambiente de segurança e a indústria de defesa sofreram muitas mudanças. Tradicionalmente, a segurança tem sido estudada com base na lógica do poder, do nacionalismo e do militarismo. No entanto, com a dissolução do sistema de bipolaridade do mundo capitalista e socialista guiados pelas potências Estados Unidos e União Soviética, começou a surgir uma visão do entendimento de reconciliação, cooperação e segurança em âmbitos regionais e de maneira internacional. No Nordeste da Ásia, onde a Coreia do Sul está incluída, as questões tradicionais de segurança continuam sendo uma importante fonte de debates, enquanto na América do Sul, onde o Brasil está incluído, as questões de segurança não se mostram de forma tradicionais. A América do Sul enfrenta sérios problemas em termos de segurança humana e social devido aos altos níveis de violência social resultantes da vulnerabilidade política e econômica. Ainda que sob essas condições, os países estão investindo na indústria de defesa para construir e desenvolver sistemas de armas. Portanto, o objetivo deste projeto é analisar o ambiente de segurança do Brasil e da Coreia do Sul, a direção da composição do sistema de armas de cada país e os pré-requisitos para a cooperação da indústria de defesa entre Brasil e Coreia do Sul.

**Palavras-chave:** Brasil. Coreia do Sul. Segurança. Cooperação em Indústria de Defesa.

## ABSTRACT

The defense industry is linked not only to security, but also to various fields, such as politics and economics. The security sector has a correlation with the defense industry and, especially after the Cold War, the security environment and the defense industry have undergone many changes. Traditionally, security has been studied based on the logic of power, nationalism and militarism. However, with the dissolution of the bipolar system of the capitalist and socialist world guided by the powers of the United States and the Soviet Union, a vision of understanding of reconciliation, cooperation and security at regional and international levels began to emerge. In Northeast Asia, where South Korea is included, traditional security issues remain an important source of debate, while in South America, where Brazil is included, security issues are not traditional. South America faces serious problems in terms of human security and social security due to high levels of social violence derived from political and economic vulnerability. Under these conditions, countries are investing in the defense industry to build and develop weapons systems. Therefore, the objective of this project is to analyze the security environment of Brazil and South Korea, the direction of the composition of the weapon system in each country and the prerequisites for the defense industry's cooperation between Brazil and South Korea.

**Keywords:** Brazil. South Korea. Security. Defense Industry cooperation.

## RESUMEN

La industria de la defensa no está solamente ligada a la seguridad, sino también a varios campos como ser la política y la economía. El sector de la seguridad tiene relación con la industria de la defensa y especialmente después de la Guerra Fría, el entorno de la seguridad y defensa experimentaron muchos cambios. Tradicionalmente, la seguridad ha sido estudiada desde la lógica del poder, el nacionalismo y el militarismo. Sin embargo, con la disolución del sistema bipolar capitalista y socialista mundial guiado por el poder de los Estados Unidos de América y la Unión Soviética, una visión de comprensión de la reconciliación, cooperación y seguridad regional e internacional comenzaron a emerger. En el Noreste de Asia, donde Corea del Sur es incluido, los problemas de seguridad tradicionales siguen siendo un tema importante de debate, mientras que en Sudamérica, donde Brasil es incluido, los problemas de seguridad no son tradicionales. Sudamérica enfrenta serios problemas en términos de seguridad humana y seguridad social debido a los altos niveles de violencia social derivados de la vulnerabilidad política y económica. Dentro de estas condiciones, los países invierten en la industria de la defensa para construir y desarrollar sistemas de armas. Por lo tanto, el objetivo de este proyecto es analizar el ambiente de la seguridad de Brasil y Corea del Sur, la dirección de la composición del sistema de armas en cada país y los requisitos previos para la cooperación de la industria de defensa entre Brasil y Corea del Sur.

**Palabras clave:** Brasil. Corea del Sur. Seguridad. Cooperación de la industria de defensa.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Processo de securitização.....	33
Mapa 1 –	Nordeste asiático.....	37
Figura 2 –	Estrutura de conflitos do Nordeste asiático (em 2015).....	38
Mapa 2 –	América do Sul.....	39
Figura 3 –	Estrutura de segurança do Nordeste da Ásia.....	42
Figura 4 –	Principais disputas na região.....	45
Gráfico 1–	<i>Status</i> de provocação da Coreia do Norte por ano e poder.....	61
Figura 5 –	Taxa global de homicídios no mundo e países com taxas de homicídio mais altas e mais baixas na América do Sul, 2017.....	64
Figura 6 –	O Modelo da Pirâmide.....	87
Gráfico 2–	Participação global das principais exportações e importações de armas pelos 10 maiores exportadores e importadores, 2015–19.....	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Comparação de alternativas para segurança nacional .....	28
Tabela 2 –	Resumo dos tipos de Complexo de Segurança.....	36
Tabela 3 –	Comparações de gastos de defesa no Nordeste da Ásia.....	43
Tabela 4 –	Classificação de força militar no Nordeste da Ásia.....	43
Tabela 5 –	Comparações de gastos de defesa na América do Sul.....	76
Tabela 6 –	Classificação de força militar na América do Sul.....	77
Tabela 7 –	O volume de Exportações e Importações (EUA, França, Coreia do Sul e Brasil).....	91
Tabela 8 –	O volume de exportações e importações e principais clientes e fornecedores da Coreia do Sul, 2010-2019.....	92
Tabela 9 –	O volume de exportações e importações e principais clientes e fornecedores do Brasil, 2010-2019.....	93
Tabela 10 –	Orçamento de Defesa da Coreia do Sul e Ajuda Militar dos EUA, 1954-1969.....	95
Tabela 11 –	Os principais exportadores das principais armas, 1985-89.....	99

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
AEW & C	Airborne Early Warning and Control
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ARF	ASEAN Regional Forum
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
CBM	Confidence-building measures
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CELAC	Community of Latin American and Caribbean States
CRS	Complexo Regional de Segurança
HEU	Highly Enriched Uranium
HGV	Hypersonic Glide Vehicle
ICBM	Inter-Continental Ballistic Missile
IRBM	Intermediate-Range Ballistic Missile
LRS-B	Long Range Strike Bomber
MD	Missile Defense
MDL	Military Demarcation Line
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPA	Maritime Patrol Aircraft
MRBM	Medium-range ballistic missile
NDS	National Defense Strategy
NLL	Northern Limit Line
NSS	National Security Strategy
OAU	Organization of African Unity
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P&D	Pesquisa and Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto

PKO	Peacekeeping Operations
PRIO	Peace Research Institute Oslo
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PROSUL	Progresso e Desenvolvimento da América do Sul
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SLBM	Submarine-Launched Ballistic Missile
SSN	Submersible Ship-Nuclear powered
TCRS	Teoria do Complexo Regional de Segurança
THAAD	Terminal High Altitude Area Defense
UAV	Unmanned Aerial Vehicle,
UCDP	Uppsala Conflict Data Program
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNPKO	United Nations Peacekeeping Operations

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>O Conceito de segurança.....</b>	<b>19</b>
2.1.1	Ameaça.....	20
2.1.2	Vulnerabilidades.....	22
<b>2.2</b>	<b>Segurança do ponto de visto teórico.....</b>	<b>22</b>
2.2.1	(Neo)Realismo.....	22
2.2.2	(Neo)Liberalismo.....	24
2.2.3	Construtivismo.....	26
<b>2.3</b>	<b>Escola de Copenhague e Expansão do conceito de segurança.....</b>	<b>28</b>
2.3.1	Características da teoria da Escola de Copenhague.....	30
2.3.2	Teoria do complexo regional de segurança.....	33
<b>2.4</b>	<b>Características regionais.....</b>	<b>36</b>
2.4.1	Nordeste da Ásia.....	36
2.4.2	América do Sul.....	38
<b>3</b>	<b>AMBIENTE DE SEGURANÇA DAS REGIÕES.....</b>	<b>41</b>
<b>3.1</b>	<b>Ambiente de segurança do Nordeste da Ásia.....</b>	<b>41</b>
<b>3.2</b>	<b>Características específicas dos países.....</b>	<b>45</b>
3.2.1	Estados Unidos.....	45
3.2.2	China.....	49
3.2.3	Japão.....	53
3.2.4	Rússia.....	56
3.2.5	Península Coreana.....	59
<b>3.3</b>	<b>Ambiente de segurança da América do Sul.....</b>	<b>63</b>
3.3.1	Norte Andino.....	67
3.3.2	Cone Sul.....	70
3.3.3	O papel do Brasil na região.....	77
<b>4</b>	<b>COOPERAÇÃO DA INDÚSTRIA DE DEFESA.....</b>	<b>81</b>
<b>4.1</b>	<b>Indústria de defesa mundial.....</b>	<b>81</b>
4.1.1	Definição e características da indústria de defesa.....	81

4.1.2	A indústria de defesa na era global.....	83
4.1.3	Países avançados e em desenvolvimento na indústria de defesa.....	85
<b>4.2</b>	<b>A indústria de defesa nos países em desenvolvimento e a dependência....</b>	<b>89</b>
4.2.1	Dependência.....	89
4.2.2	Indústria de defesa da Coreia do Sul.....	94
4.2.3	Indústria de defesa do Brasil.....	98
<b>4.3</b>	<b>Pré-requisito para cooperação na indústria de defesa de países em desenvolvimento: Superando a dependência.....</b>	<b>102</b>
4.3.1	Dependência das indústrias de defesa coreana e brasileira.....	102
4.3.2	Cooperação da Indústria de Defesa e Limitações dos países em desenvolvimento.....	104
4.3.3	Superando a dependência.....	105
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>111</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A indústria de defesa é uma dimensão que pode afetar diretamente a segurança e a política nacionais, por meio do desenvolvimento ou aquisição de sistemas de armas utilizados diretamente nas atividades militares. Frequentemente, reconhece-se a indústria de defesa como a pedra angular da segurança nacional e que ela deva ser protegida ou fomentada. Embora haja diversas razões, o fato de que um Estado desenvolve sua indústria de defesa e produz armas, ou não, pode ter um impacto significativo na segurança de um país e é, portanto, o mais proeminente na área da segurança. Em outras palavras, enquanto persistem as ameaças à segurança, a indústria de defesa se tratará de uma “indústria de segurança”, e a indústria de defesa constituirá um elemento essencial para suprimir a guerra e manter a paz por meio do poder militar. De semelhante modo, com a acoplação da informação e comunicação avançada do século XXI, ciência e tecnologia são enxertadas no campo militar, assim, a vitória ou a derrota na guerra são determinadas mais pela 'superioridade da informação, conhecimento e tecnologia' em detrimento do efetivo quantitativo da máquina de guerra e, também, pela posse de ciência e tecnologia de defesa de ponta na era da guerra científica. Seja ou não diretamente relacionado à segurança nacional, o poderio da indústria de defesa de cada país sustenta a própria independência das ações nacionais (DAPA, 2008, p.351-352).

Com o colapso da ex-União Soviética e o fim da Guerra Fria na década de 1990, os gastos militares mundiais caíram drasticamente, superando a ordem de 35%, e o mercado de defesa global começou a ser reajustado com empresas de defesa de grande escala sendo transformadas em empresas de defesa de escala mundial, por meio de reestruturação e fusões, num processo real de globalização do mercado de defesa. Após o fim da Guerra Fria, o acesso aos produtos de defesa e o comércio internacional foi facilitado e, à medida que nações avançadas na indústria de defesa, como os Estados Unidos, introduziram um sistema competitivo de compra de armas, a competição no mercado de defesa global veio se intensificando. Em resposta à crise financeira global e à desaceleração econômica no final dos anos 2000, a competição no mercado está se acelerando ainda mais, à medida que os principais países desenvolvidos para defesa cortam seus orçamentos de defesa para aumentar os gastos do governo em outros setores. Entretanto, desde então os gastos militares aumentaram devido a mudanças no ambiente de segurança, como a guerra assimétrica e irregular, e à demanda por missões militares, como forças de manutenção da paz. Com o aumento da privatização em que não apenas as forças governamentais, mas também empresas privadas estão

agindo nas missões de defesa ou de segurança devido à melhoria do ambiente global, a necessidade de armas também aumentou (GIL, 2016, p.67).

Para ser competitivo no mercado global da indústria de defesa, os países aumentam continuamente seus gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e investem intensamente no desenvolvimento de tecnologias essenciais, ao passo que devem focar nos sistemas principais de armas a longo prazo e concentrar esforços para adquirir a exclusividade da tecnologia de defesa. Externamente, a cooperação entre países ou a cooperação internacional deve ser fortalecida levando em consideração fatores internos limitados, promovendo assim o desenvolvimento conjunto de tecnologia, exportações e importações de produtos de defesa. Para tanto, o entendimento entre os países parceiros deve ser precedente e, em particular, o entendimento mútuo do ambiente de segurança do Estado e do estado da indústria de defesa constituirá um elemento essencial.

Para que a Coreia do Sul e o Brasil cooperem na indústria de defesa, primeiro é necessário analisar o ambiente de segurança mútua. Para tanto, com base no conceito de complexo de segurança regional proposto por Buzan, foram comparados os ambientes de segurança regional do Nordeste Asiático ao qual pertence a Coreia do Sul, e o ambiente de segurança da América do Sul, no qual o Brasil se insere. De acordo com Buzan (2003), um padrão especial é formado nas relações de segurança devido à amizade e à inimizade entre países geograficamente adjacentes, e esse padrão é conhecido como o Complexo de Segurança. Em particular, enfatizando-se a necessidade de um complexo regional de segurança regional considerando a situação regional, o autor defende a teoria do Complexo Regional de Segurança (TCRS). Ele define o CRS da seguinte maneira; “um conjunto de unidades cujos maiores processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, estão tão interconectados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos em separado” (FERREYRA; SOARES, 2018, p 180). Em outras palavras, o CRS tem uma relação de interdependência na segurança expressa como um problema de securitização ou dessecuritização com base na proximidade geográfica. Pode-se dizer que se refere a um complexo regional composto por um padrão notável e evidente. Em outras palavras, as questões de segurança foram analisadas de forma mais ampla e prática, considerando regiões, e não sistemas nacionais ou internacionais, como a unidade de análise central.

O Nordeste da Ásia, onde a Coreia do Sul está localizada, é um subcomplexo do CRS do Leste Asiático. No Nordeste da Ásia, os interesses das quatro grandes potências, Estados Unidos, China, Japão e Rússia, estão intrinsecamente interligados e, ao mesmo tempo, a questão nuclear norte-coreana apresenta um elemento de instabilidade que afeta diretamente as questões da segurança regional. O Nordeste da Ásia, durante a Guerra Fria, foi um lugar onde a ordem bipolar

entre os EUA e a União Soviética compunham a ordem mundial com antagonização frontal e incremento das tensões na região. Com o advento da era do pós-Guerra Fria e a pluralização dos agentes da comunidade internacional, proteger o país de ameaças não tradicionais despontou como um fator importante, porém ainda persistem ameaças à segurança tradicional relativamente altas no Nordeste da Ásia. Recentemente, o Nordeste da Ásia presenciou a coexistência da interdependência nas áreas de segurança social, econômica e conflitos mútuos em termos de política, diplomacia e segurança, com o reforço da cooperação econômica e intensificação do confronto político e militar marchando em direções opostas. A instabilidade e a incerteza estão aumentando ainda mais como uma área especial onde os padrões antagônicos de interdependência são formados. Em particular, a Península Coreana está dividida em Coreia do Sul e Coreia do Norte e enfrenta um confronto militar. Os conflitos na Península Coreana são um dos fatores que ameaçam a segurança regional, já que as potências vizinhas intervêm direta ou indiretamente na questão da península coreana em prol de seus interesses nacionais. De acordo com a teoria do complexo regional de segurança de Buzan, o complexo de segurança no Nordeste da Ásia pode ser avaliado como um tipo de formação de conflito em que existe consciência de ameaça na relação de interdependência de segurança.

Por outro lado, a América do Sul é um complexo de segurança composto por dois subcomplexos: o Norte Andino e o Cone Sul. Para Buzan e Wæver (2003), no nível das sub-regiões, o Cone Sul se encontra localmente como uma rota de integração bastante robusta e irreversível. Com a aproximação argentino-brasileira firmemente estabelecida e todas as questões de fronteira resolvidas, a sub-região está além de um regime de segurança, aproximando-se de uma comunidade de segurança. Ele está na zona cinza entre os dois tipos de CRS, normal e centrado. Por outro lado, na parte Norte (Andina) do continente, a segurança está cada vez mais estruturada ao redor da questão das drogas, envolvimento dos Estados Unidos e instabilidade interna que mantém vivos os conflitos de fronteira naquela parte. Portanto, os países do Cone Sul se concentram na perspectiva de Segurança Cooperativa, contudo ainda persistem tensões, ao passo que o Norte Andino, como tradicional região de cultivo de drogas, está mais interessado no combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e questões associadas.

Embora as diferenças entre o Cone Sul e o Norte Andino sejam marcantes o suficiente para justificar vê-los como subcomplexos distintos, o Brasil continua sendo o eixo que mantém unido o CRS sul-americano. O Brasil é obviamente central para o Cone Sul, mas também tem interesses diretos e indiretos no Norte Andino (BUZAN; WÆVER, 2003, p.332). A geografia torna o Brasil o conector potencial, ao passo que o Brasil considera existir sérios problemas de segurança em sua região norte escassamente povoada. O papel do Brasil é exercer uma grande

influência no CRS sul-americano. O Brasil é um país chave do Cone Sul, mas também uma potência regional no CRS norte e, portanto, garantidor de alguns dos pequenos estados costeiros e uma ameaça potencial para alguns dos outros. Essa perspectiva foi proposta por Buzan e Wæver (2003). Em síntese, a Coreia do Sul e o Brasil enfrentam ambientes de segurança muito diferentes em nível regional.

Em segundo lugar, é necessário compreender o nível e as características das indústrias de defesa de ambos os países no mercado global da indústria de defesa. No mercado de indústria de defesa global, os países avançados na Europa, incluindo os Estados Unidos, estão tomando medidas em grande escala de acordo com as mudanças no campo da segurança. Em particular, as empresas de defesa estrangeiras com competitividade global estão buscando ativamente medidas para manter e fortalecer a concorrência como uma estratégia para acelerar sua entrada em mercados estrangeiros. Tais países estão tomando medidas para proteger ativamente sua própria indústria de defesa e, ao mesmo tempo, fortalecer sua competitividade internacional, enquanto são responsáveis por atividades como pesquisa e desenvolvimento, produção, melhoria de desempenho e manutenção de grandes e diversificadas empresas de defesa por meio de fusões e aquisições (GIL, 2016, p.67-68). No caso dos países em desenvolvimento, a demanda por sistemas domésticos de armas está mudando qualitativamente, contudo, é difícil desenvolver tecnologias independentes necessárias para a obtenção de planos de armas apenas com as atuais capacidades de P&D e as capacidades dos fabricantes. Aparentemente, estão promovendo a aquisição de tecnologia por meio de pesquisa conjunta ou compra de tecnologia de nações desenvolvidas. Portanto, os países em desenvolvimento estão enfrentando a realidade de que muitos dos sistemas de armas de alto valor agregado e de última geração, como caças de alto desempenho, destruidores de última geração, mísseis e poder de inteligência avançado, devam ser necessariamente adquiridos do exterior. No final, tal mercado e estrutura da indústria de defesa centrada nos países avançados está atuando como um fator que impede o desenvolvimento dos países em desenvolvimento e dificulta a independência da indústria de defesa e segurança.

A Coreia do Sul e o Brasil são países relativamente em desenvolvimento no mercado de indústria de defesa em comparação com Estados Unidos e alguns países da Europa. Os dois países possuem capacidades suficientes em P&D e produção de sistemas de armas convencionais, mas permaneceram limitados em P&D e produção no campo de sistemas de armas avançados. Em particular, ambos ainda não se encontram livres da dependência de tecnologias essenciais e partes de sistemas de armas de países avançados. A dependência do sistema de armas acabado evoluindo para a dependência técnica. De fato, entre os sistemas de armas que a Coreia do Sul está empenhando grandes esforços para exportar, pode-se ver que a exportação em si é difícil, de fato,

uma vez que os sistemas de armas usam suporte técnico dos EUA ou peças de fabricação norte-americana ou de alguns outros poucos países. Recentemente, a exportação de FA-50 da Coreia do Sul foi cancelada devido ao embargo de armas britânico, o que prova isso. No caso do Brasil, o desenvolvimento do tanque Osório pode ser visto como um bom exemplo da dependência da indústria de defesa dos países em desenvolvimento em relação aos países de defesa avançada. Tal fenômeno prejudica a justificativa do fomento à indústria nacional de defesa.

No entanto, desde o fim da Guerra Fria, um número crescente de Estados em desenvolvimento vem construindo e investindo em indústrias de defesa nacionais. À medida que aumenta o número de produtores e fornecedores no sistema, a cooperação industrial entre eles promete integrar as indústrias de defesa em todo o mundo.

Na presente dissertação, que concerne à cooperação na indústria de defesa entre a Coreia do Sul e o Brasil, são investigados e esclarecidos os pré-requisitos para tal cooperação entre os dois países. Para isso, a dissertação está organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo, é apresentada uma revisão dos principais conceitos relacionados a esta pesquisa antes de efetivar uma análise comparativa entre a segurança na América do sul e no Nordeste Asiático. A unidade de análise que essa pesquisa assume é o sistema de segurança regional como parte do sistema de segurança internacional. Para entender isso, é necessária a compreensão conceitual sobre segurança. Primeiramente, será explicado mais detalhadamente sobre a ameaça e a vulnerabilidade, conceitos relevantes por se constituírem em componentes-chave de segurança. Depois disso, será apresentada uma revisão sobre o conceito de segurança do ponto de visto teórico. Na sequência, a apresentação será orientada ao conceito de securitização da Escola de Copenhague e à Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) de Buzan.

No segundo capítulo, será analisado o ambiente de segurança do Nordeste Asiático e da América do Sul, com base na Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) de Buzan. Por meio de uma análise de segurança em nível regional, serão elaboradas as características da Coreia do Sul e do Brasil. Em particular, o ambiente de segurança da Coreia do Sul será analisado, em detalhe, com foco nos países vizinhos, incluindo a Coreia do Norte, e o ambiente de segurança do Brasil, em conexão com duas sub-regiões, Norte Andino e Cone Sul.

No terceiro capítulo será avaliada a indústria de defesa na Coreia do Sul e no Brasil. A primeira parte consiste na definição geral da indústria de defesa e no conteúdo do mercado da indústria de defesa na era global. Na segunda parte serão analisados os países em desenvolvimento em relação à indústria de defesa e explicada sua dependência comum. Além disso, com base no processo de desenvolvimento da indústria de defesa da Coreia do Sul e do Brasil, serão comparadas as características da indústria de defesa dos dois países. A seguir, com base no ambiente de

segurança analisado e no nível da indústria de defesa dos dois países, serão investigados e esclarecidos os pré-requisitos para tal cooperação entre os dois países.

Nas considerações finais, será retomada a comparação quanto às características do ambiente de segurança do Nordeste Asiático e da América do Sul com base nos conceitos de defesa e segurança. Além disso, se discutirá a construção do poder militar, que é a chave para a defesa e segurança, ou seja, a indústria de defesa, e serão explicados os pré-requisitos para o desenvolvimento da indústria de defesa e a cooperação entre os países.

## 2 AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS

### 2.1 O Conceito de segurança

O interesse pela sobrevivência do ser humano é tão antigo quanto a história da existência da vida humana. Entre os vários temas da política internacional, a questão de sobrevivência sempre foi considerada como prioridade e, desde então, a questão de segurança esteve atrelada à sobrevivência, de forma concomitante e necessária.

Do ponto de vista histórico, o conceito contemporâneo de “segurança” prova ser uma combinação “*Chimeric*” de a) Intenção dos antigos atenienses de impedir a destruição de seu império; b) Conotação religiosa romana “*securitas*” e c) A intenção hobbesiana de impedir guerra civil (J. FREDERIK, 2007, p. 263). Do ponto de vista etimológico, “segurança” é derivado do latim “*securitas*”, uma palavra composta dos elementos “*se- (without)* e *cura*” (*care, carefulness, concern*). Portanto, “*securitas*” significa “*freedom from the care, unconcern, composure*” (J. FREDERIK, 2007, p.264-265). Aqui, “*the*” também é usado para limitar ansiedades ou preocupações específicas.

Uma das primeiras análises mais metódicas sobre o conceito de segurança foi desenvolvida pelo teórico Arnold Wolfers. Ele afirmou que a segurança, num sentido objetivo, mede a ausência de ameaças aos valores adquiridos e, em um sentido subjetivo, a ausência de medo de que esses valores sejam atendidos (WOLFERS, 1962, p.150). Em outras palavras, a ausência de existência ameaçadora é a melhor segurança. Outrossim, outro teórico, David Baldwin, definiu o termo segurança de forma mais ampla, destacando-o como uma baixa probabilidade de dano ao valor obtido. Segundo sua definição, o dano de valor pode ser causado por ameaças artificiais e também por ameaças não artificiais, como desastres naturais. Outro teórico, Barry Buzan, definiu o conceito de segurança de maneira bem divergente dos autores supramencionados: “O debate sobre segurança é sobre liberdade de ameaças. Quando esse debate ocorre no contexto do sistema internacional, a segurança passa a ser a capacidade do Estado e da sociedade de manter identidades independentes e funções estatais” (HA, 2012, p.236).

O motivo pelo qual um país está ou sente-se inseguro refere-se à possibilidade de que outros Estados possam intencionalmente ameaçar os seus interesses nacionais e, ao país, faltar-lhe a capacidade para responder a essas ameaças, apresentando, então, uma grande vulnerabilidade. Pode-se dizer que no sentido do Estado, a segurança é “a ausência de ameaça”, mas no sentido político, seria “uma ação de redução da vulnerabilidade”. Então, acrescentando informações

seguindo os diferentes níveis de análise descritos acima, mostra-se possível definir “segurança” de forma mais precisa, possibilitando a aplicação de definições mais específicas, abordando desde a segurança para o indivíduo até a de nível internacional, bem como a de diversos setores dentro do país. Portanto, a segurança pode ser classificada como segurança privada, nacional e internacional, ao mesmo tempo que pode ser categorizada como segurança política, econômica, social, militar, ambiental, dentre outros. Por exemplo, pode-se empregar o termo segurança privada no sentido de proteger os interesses de um indivíduo (direitos humanos, direito à vida, etc.) de ameaças externas; segurança nacional, para garantir o interesse (povo, território, soberania) do país de ameaças externas e internas; segurança internacional, para garantir o interesse (antiguerra, prevenção da proliferação de Armas de Destruição em Massa) do sistema internacional das ameaças internas (KIM, 2009, p.9-10).

### 2.1.1 Ameaça

Em geral, ameaças são palavras e ações intencionais com objetivo de intimidar outras pessoas. O sujeito que gera a ameaça deve ter a capacidade e a intenção de ameaçar. Do ponto de vista etimológico, “ameaça” deriva da palavra latina “*minacia*”. Pode significar: a) palavra ou gesto intimidativo; b) promessa de castigo ou malefício; c) prenúncio ou indício de coisa desagradável ou temível, de desgraça, de doença. Em todos os casos, é algo que indica, que mostra, que anuncia ou prenuncia um dano, uma desgraça. Não é a própria desgraça ou dano, mas seu anúncio, seu indicativo, seu sinal (SAINT-PIERRE, 2018, p.65). Ou seja, as ameaças são o resultado de uma combinação de capacidade e intenções de ameaçador e receptor.

As ameaças podem ser diferenciadas de acidentes sem intenções ou perigos causados por fenômenos naturais. Sendo assim, as ameaças podem ser estabelecidas quando existem cinco fatores:

- 1) *O ameaçador*, aquele que ameaça, a fonte ou o sujeito da ameaça, quem profere, ou gesticula ou apresenta os sinais da ameaça. O emissor do sinal que o receptor reconhece como sendo a causa eficiente da sua intranquilidade
- 2) *O sinal* (o referente) ameaçador, a ameaça propriamente dita, a constituição material do sinal interpretado que contém o prenúncio, os indicativos do que poderia suceder: as cores, a fumaça, o movimento de tropas, etc
- 3) *O sinalizado* (o referido), o representado pelo sinal, o que a ameaça representa ou sinaliza ou significa; aquele estado de coisas que colocaria o ameaçado em posição desagradável e não desejada: o veneno, o desastre, o ataque, o enfarte, a tempestade, o atentado, o castigo, o sofrimento, a morte.
- 4) *O receptor*, a unidade que recebe, percebe e interpreta o sinal de ameaça; aquele que sente ou pressente a possibilidade da constituição de um estado de coisas desagradáveis. Aquele que, através da

decodificação do sinal, percebe quem ameaça, o emissor, como sendo potencialmente capaz de realizar o dano a que o sinal se refere. É aquele que, ante a possibilidade de ter sua tranquilidade alterada, de perder seu estado de segurança ou sua existência, se sente ameaçado, teme ou prepara sua defesa 5) *O ameaçado*, o aspecto ou elemento sobre o qual recai a ameaça. Pode ser a unidade perceptiva como um todo ou um elemento, um aspecto ou uma parte dela. A ameaça pode recair sobre o meio ambiente ou sobre os homens. Neste último caso pode recair sobre a unidade político-territorial (nação) ou sobre um grupo social (étnico, racial, religioso, econômico) ou sobre os indivíduos (humana) (SAINT-PIERRE, 2018, p. 69)

A ameaça em si mesma não constitui um perigo. O perigo pode ser externo a nós; a ameaça, não, pois a ameaça se constitui em nós, o perigo tem existência própria. A ameaça é uma representação, um sinal, uma certa disposição, gesto ou manifestação percebida como o anúncio de uma situação não desejada ou de risco para a existência de quem percebe. Portanto, a ameaça não é estritamente um objeto que possamos analisar em si mesmo, mas uma relação que deve ser avaliada em todos os seus componentes (SAINT-PIERRE, 2018, p.66).

Normalmente, o termo “ameaça” aparece como uma preocupação estratégica relativa à função que caberia às Forças Armadas na nova correlação de forças que se seguiu à Guerra Fria. Daí que o conceito de ameaça seja por definição fundante e operativamente anterior ao de segurança. O conceito de segurança, como objetivo da atividade da defesa, é tão geral, vago e ambíguo que resulta inútil do ponto de vista prático, isto é, de nada serve se o que procuramos é um princípio orientador para uma concepção estratégica independente de definições impostas de antemão ou por terceiros. Entretanto, a ameaça é um conceito que permite uma concepção estratégica autônoma, pois ela se constitui sempre *na e para* uma percepção. Precisamente por isso, as ameaças são percebidas sempre e apenas por uma unidade decisória, isto é, por uma unidade política, inclusive quando esta decida operar em regime de cooperação regional para garantir a segurança dos seus cidadãos (SAINT-PIERRE, 2018, p. 68).

Por fim, a ameaça pode influenciar diretamente um setor do Estado, sendo possível afetar indiretamente um setor de outro Estado. Dependendo da forma de ameaça, sendo ela direta ou indireta, isso ocorre de forma cruel ou não. Ainda, a ameaça também pode ser aplicada a setores sociais, assim como pode ou não afetar a humanidade. Logo, a ameaça pode surgir em vários setores além do setor militar.

### 2.1.2 Vulnerabilidades

De uso menos frequente, também o conceito de vulnerabilidade às vezes é confundido

com o de ameaça. Do ponto de vista estratégico, com a palavra “vulnerabilidade” nos referimos às deficiências ou debilidades que nos colocam em desvantagem ante um eventual combate (SAINT-PIERRE, 2018, p.70).

De fato, há duas razões pelas quais pessoas ou países não estão livres de insegurança. Uma é a suposição de que as ameaças sempre existiram no passado e continuarão a existir na história. A outra se deve à percepção de que existe um limite para a capacidade de superar determinadas ameaças. Portanto, a insegurança será “ameaça menos capacidade”. Supondo que sempre existam ameaças de qualquer tipo, a razão pela qual as pessoas ou os países se sentem mais inseguros é por causa dos limites de suas habilidades. Mesmo que exista uma ameaça, o país que é capaz de responder à ameaça não se sente muito inseguro. Isso ocorre porque ele está confiante de que pode punir o país que o ameaça. A razão pela qual o país está inseguro é porque ele acha que não possui a capacidade. Portanto, ao discorrermos acerca da questão de segurança, o fator importante a ser tratado é a incapacidade de superar a insegurança, a qual pode ser entendida como vulnerabilidade (KIM, 2009, p.26).

Por fim, a imbricação entre as vulnerabilidades e as ameaças reside na percepção destas. Com efeito, a consciência das vulnerabilidades aumenta a sensibilidade às ameaças.

## **2.2 Segurança do ponto de vista teórico**

### **2.2.1 (Neo) Realismo**

Existe um consenso de que a segurança é essencialmente ausência de ameaças aos valores fundamentais de indivíduos e grupos, mas há divergências quanto ao fato de o foco da discussão de segurança ser individual, nacional, internacional, global. A maioria dos estudos sobre segurança durante a Guerra Fria se baseia na segurança nacional definida do ponto de vista militar. O principal interesse de estudiosos e políticos desse período era concentrar-se apenas nas forças armadas para lidar com as ameaças estatais.

A partir do Tratado de Vestfália, em 1648, os Estados têm sido considerados os atores mais poderosos nos sistemas internacionais. Eles se tornaram "o padrão universal de legitimidade política", sem nenhuma autoridade superior para regular suas relações entre si. Isso significa que a segurança foi vista como a obrigação prioritária dos Estados. Eles consideram que não há alternativa a não ser buscar sua própria proteção no que foi descrito como um mundo de autoajuda (BAYLIS, 2011, p.234). O realismo, o qual é representado por Nicolau Maquiavel, Thomas

Hobbes, George Hegel e Hans Morgenthau, basicamente tem o conceito de que a sociedade internacional é anárquica, e a relação de conflito entre Estados soberanos é essencial. De acordo com Morgenthau, os humanos originalmente têm instintos egoístas e agressivos, e os Estados têm essas características tão bem quanto os humanos. É por isso que a lógica da Guerra de todos contra todos (*Bellum omnium contra omnes*) também se aplica entre os Estados. Além disso, Bull explicou a razão pela qual a sociedade internacional é anárquica.

*The Hobbesian prescription for international conduct is that the state is free to pursue its goals in relation to other states without moral or legal restrictions of any kind. Ideas of morality and law, on this view, are valid only in the context of a society, but international life is beyond the bounds of any society. If any moral or legal goals are to be pursued in international politics, these can only be the moral or legal goals of the state itself. Either it is held (as by Machiavelli) that the state conducts foreign policy in a kind of moral and legal vacuum, or it is held (as by Hegel and his successors) that moral behavior for the state in foreign policy lies in its own self-assertion. The only rules or principles which, for those in the Hobbesian tradition, may be said to limit or circumscribe the behavior of states in their relations with one another are rules of prudence or expediency. Thus, agreements may be kept if it is expedient to keep them, but may be broken if it is not (BULL, 1977, p. 25).*

Essa visão pessimista das relações internacionais continuou com estudiosos posteriores, como Kenneth Waltz e John Mearsheimer. A partir de 1980, Kenneth Waltz contribuiu para o neorealismo no livro *“Theory of International politics”*. O neorealismo é também chamado realismo estrutural, no sentido de enfatizar o núcleo do argumento. Waltz argumenta que os sistemas são compostos de uma estrutura e suas unidades de interação. As estruturas políticas são mais bem conceitualizadas como tendo três elementos: um princípio de ordenação (anárquico ou hierárquico), o caráter das unidades (funcionalmente semelhantes ou diferenciadas) e a distribuição de capacidades (WALTZ, 1979, p.88-99). Além disso, ele afirma que dois elementos da estrutura do sistema internacional são constantes: a falta de uma autoridade abrangente significa que seu princípio ordenador é a anarquia, e o princípio de autoajuda significa que todas as unidades permanecem funcionalmente iguais. Consequentemente, a única variável estrutural é a distribuição de capacidades, com a principal distinção entre sistemas multipolares e bipolares.

A diferença entre o realismo estrutural de Waltz e o realismo clássico, como Morgenthau, está na percepção do impacto do sistema internacional nas escolhas da conduta de cada Estado. No realismo clássico, considera-se que as características do Estado e os atributos gerais, como a busca pelo poder, expressos como o interesse nacional perseguido pelo Estado, são as principais variáveis na sua escolha de ação. Nenhum significado especial é dado ao sistema internacional, onde não há autoridade central para impor normas transnacionais que regulam o comportamento

do Estado. A falta de regulamentação apenas dá sentido ao sistema internacional na medida em que a luta é permitida livremente (RHEE, 2006, p.627).

Em contraste, Waltz argumenta que o sistema internacional tem um efeito decisivo na escolha da ação do Estado. Desse modo, ver o sistema internacional como uma anarquia é o mesmo que olhar pelo ponto de vista do realismo tradicional, porém, a anarquia tem um “princípio de ordem”, e esse princípio envolve o efeito decisivo na escolha da ação do Estado. Assim, de acordo com a visão neorealista, a segurança nacional e a insegurança são, em grande parte, determinadas pela estrutura do sistema internacional. A teoria é baseada nas seguintes suposições:

- 1) O sistema internacional é anárquico. Anarquia não significa necessariamente caos, mas que não há autoridade central para regular o comportamento do Estado.
- 2) Um Estado que possui soberania tentará inevitavelmente possuir uma força militar agressiva para defender seu país e expandir seu poder. Assim, os países são perigos potenciais um para o outro.
- 3) A característica do sistema internacional é que a incerteza leva à falta de confiança. Os Estados devem sempre estar em guarda, porque nunca podem ter certeza das intenções de seus vizinhos.
- 4) Como os países tentam manter a independência e a soberania, a sobrevivência de um país é a motivação mais básica que afeta o comportamento do Estado.
- 5) O Estado é razoável, mas sempre há a possibilidade de erro de julgamento. Em um mundo incompleto de informações, as nações hostis em potencial são motivadas a não revelar seus poderes nacionais precisamente para confundir o outro. Isso pode levar a erros sobre interesses "reais" do Estado (BAYLIS, 2011, p.300).

Tomados em conjunto, a razão pela qual o Estado é instável do ponto de vista realista é que, apesar de outros países se ameaçarem, ele não tem a capacidade de lidar com eles. Assim, o Estado tenta reduzir sua vulnerabilidade para sobreviver e prosperar, por meio de seu poder nacional, especialmente seu poder militar. Os meios de autoconfiança na anarquia são realizados por esforços internos, como melhoria da capacidade econômica e esforços externos para fortalecer sua aliança e enfraquecer a aliança dos países, o que, por sua vez, leva à imitação e socialização de outros países. Assim, o realismo insiste que o resultado desse processo é um equilíbrio de força. Afinal, o que os realistas sugerem pode ser visto como redução da vulnerabilidade, em vez de reduzir a ameaça.

### 2.2.2 (Neo) Liberalismo

O liberalismo, o qual é representado por Hugo Grócio, John Locke, Immanuel Kant e Wilson, resume-se em 6 aspectos; 1) o Estado não é o único ator no sistema internacional; 2) a

respeito da relação internacional, não existe apenas o conflito, mas também a cooperação; 3) através da cooperação, é possível fazer um jogo de “*non-zero-sum*”, ou seja, ambos conseguem gerar ganho; 4) para a expansão da civilização, as disputas internacionais devem favorecer os meios pacíficos; 5) o poder militar não é único meio para disputa internacional e; 6) através das normas internacionais, os comportamentos ameaçadores do Estado podem ser restritos (KIM, 2009, p 41).

Autores da abordagem liberal argumentam que as forças militares não são o único meio de resolver disputas nas relações internacionais. Os liberais argumentam que a cooperação não apenas reduz as ameaças e cria benefícios mútuos, mas também reduz as ameaças ao se expandir para outras áreas. Eles argumentam que as medidas de segurança do realismo, as quais são focadas na redução de vulnerabilidades, eram problemáticas, pois sugeriam novas medidas de segurança focadas na redução de ameaças. Eles acreditam que a expansão da democracia liberal e da economia mundial pode levar a oportunidades de cooperação e expansão de normas entre os países, o que, por sua vez, pode reduzir a ameaça.

Na década de 1980, apesar das tensões e conflitos entre os Estados, o sistema internacional não entrou em colapso e se manteve no nível apropriado. Para explicar esse fenômeno, surgiu o novo liberalismo, também conhecido como neoliberalismo. Diferente do realismo, que defende a necessidade de medidas como equilíbrio de poder para manter a paz e a ordem da sociedade internacional, o neoliberalismo defende a necessidade das normas e regras de conduta, um alto grau de interdependência e valores entre o Estado e a sociedade, bem como um sistema para mantê-las. Os neoliberais combinaram as opiniões dos realistas com as dos liberais para fornecer uma nova perspectiva sobre as relações internacionais. No interesse pela institucionalização, eles argumentam que, embora a política mundial não estivesse formalmente organizada, ela não carecia completamente da instituição e dos processos ordenados e, portanto, precisava de atenção às instituições que influenciavam o comportamento nacional. Em particular, o neoliberalismo concorda com a anarquia, que é a suposição básica dos realistas, mas revela uma posição liberal de que a cooperação é possível mesmo na anarquia. Sob o sistema anárquico, a cooperação internacional é possível. Em conclusão, os neoliberais enfatizaram a interdependência e a cooperação das relações de segurança.

O neoliberalismo compartilha muitos pontos com o neorealismo. No entanto, o que se distingue claramente é que, do ponto de vista do neoliberalismo, os neorealistas se concentram em conflitos ou concorrência excessivos para minimizar a possibilidade de cooperação em um sistema internacional anárquico (BAYLIS, 2011, p.300).

### 2.2.3 Construtivismo

Historicamente, todas as teorias das relações internacionais se desenvolveram dentro da estrutura básica de uma ordem internacional anárquica, ou seja, sem uma autoridade centralizada. No entanto, a ordem internacional não era uma desordem completa porque não havia autoridade transnacional. Após a implementação do sistema de Vestfália, a ordem internacional havia sido ordenada o suficiente para ser chamada de “a sociedade de nações”. Enquanto se estabelecia uma teoria que explica a ação do Estado baseado no sistema de Vestfália, a ordem internacional era considerada uma constante, não como uma variável. Porém, devido à Guerra Fria, a ordem sofreu muitas alterações, pois não se considerava mais como algo constante, mas sim como algo que varia (RHEE, 2006, p.633).

Após a década de 1990, o foco da discussão era como e quem estabelecia a ordem internacional e por que ela se alterava constantemente. Alguns estudiosos, utilizando a sociologia como a ferramenta para entendê-la, acreditavam que como a sociedade, as tribos e os clãs foram criados por seres humanos devido às suas necessidades, organizações e sistemas sociais foram criados por eles também e, portanto, a ordem internacional foi criada pelos Estados constituintes. No artigo “*Anarchy is what states make of it: the social construction of power*”, Wendt critica a ideia do neorrealismo, a qual defende a necessidade da política de poder, pois a organização internacional anárquica obriga a implementação de “autoajuda” dos Estados, contradizendo que a anarquia não obriga a implementação deste, mas é o Estado que opta por implementar a “autoajuda” devido ao processo de interdependência. Ele explicou a anarquia da seguinte forma:

*I argue that self-help and power politics do not follow either logically or causally from anarchy and that if today we find ourselves in a self-help world, this is due to process, not structure. There is no "logic" of anarchy apart from the practices that create and instantiate one structure of identities and interests rather than another; structure has no existence or causal powers apart from process. Self-help and power politics are institutions, not essential features of anarchy. Anarchy is what states make of it (WENDT, 1992, p.394).*

Ele afirma que a estrutura não é definida como algo material, e sim social. Argumenta-se que a estrutura é o produto das relações sociais, que consiste em fatores como entendimento compartilhado, expectativas e conhecimentos. Por exemplo, o dilema da segurança é uma estrutura social composta de entendimento intersubjetivo, e os Estados sempre assumem o pior caso para as intenções um do outro, porque desconfiam um do outro. Como resultado, o Estado define seus próprios interesses no nível de autoajuda. A comunidade de segurança, por outro lado, é uma

estrutura social muito diferente, consistindo em conhecimento compartilhado, em que os Estados tentam resolver disputas sem guerra, confiando um no outro (BAYLIS, 2011, p.305).

A natureza do sistema influencia no significado e na influência dos poderes materiais ou dos interesses nacionais. Isso significa que, se os Estados na ordem internacional confiarem uns nos outros, acreditarão que seguirão os princípios acordados um com o outro e trocarão e agirão com essas expectativas. Essa ordem construirá a estrutura. Em conclusão, do ponto de vista do construtivismo, o sistema internacional é determinado pelo poder ideológico, e não pelo poder físico, e a identidade e os interesses dos atores são socialmente construídos por ideias compartilhadas. Pelo processo de interdependência, o sistema e os agentes se constituem simultaneamente. Nesse contexto, a mudança social atribuída pelo construtivismo decorre da constante modificação das leis sociais na medida em que os membros alteram os seus papéis e valores por meio de seus discursos. Portanto, não existe regra que não mude para sempre e, por diálogo, elas sofrem mudanças constantes, mudando e sendo substituídas por novas regras.

Do ponto de vista construtivista, o ambiente de segurança não é apenas algo físico, mas cultural e institucional, e esse ambiente cultural afeta não apenas a motivação das ações nacionais, mas também o caráter básico do país, ou seja, a identidade. Assim, os construtivistas acreditam nestes cinco aspectos: 1) o ambiente cultural molda os interesses de segurança nacional ou a política de segurança nacional; 2) o ambiente cultural molda a identidade nacional; 3) a diferença na identidade nacional ou a mudança na identidade nacional afetam os interesses ou políticas gerais de segurança nacional; 4) o esboço da identidade nacional afeta a estrutura normativa (ambiente cultural) existente entre os Estados como regimes e a comunidade de segurança e 5) as políticas nacionais reproduzem e reconstróem a estrutura cultural e a estrutura institucional. O construtivismo não se esforça em termos de buscar informações mais completas sobre o oponente, a expectativa da possibilidade de distinguir ataque de defesa e mudanças na estrutura da distribuição do poder na política internacional. O construtivismo insiste em melhorar as relações entre os Estados para resolver interrelações conflitantes e expandir a base cultural que pode ser compartilhada para criar uma identidade coletiva entre os Estados (KIM, 2009, p 49).

Tabela 1 - Comparação de alternativas para segurança nacional

	(Neo)Realismo	Liberalismo	Neoliberalismo	Construtivismo
Sistema Internacional	Anarquia	Interdependência	Anarquia + Interdependência	Construção recíproca
Interesse Principal	Interesses Nacionais	Interesses Individuais/ Globais	Interesses Nacionais / Globais	Cultura / Instituição
Cooperação	Negativo, Preocupação de traição, Valor do Interesses relativos	Positivo, Valor do Interesses absolutos	Positivo, Traição e Interesses relativos podem ser superados por regimes	Cooperação de acordo com identidade social
Foco de segurança	Redução de vulnerabilidades	Redução de ameaças	Redução de ameaças e vulnerabilidades	Redução de ameaças e vulnerabilidades
Alternativas para segurança	Autodefesa, Aliança, Equilíbrio de poder	Direito Internacional, Segurança Coletiva, Controle de armas, Integração	Cooperação multilateral de segurança	Expansão da base cultural, Construção da identidade coletiva

Fonte: KIM (2009, p.51)

### 2.3 Escola de Copenhague e expansão do conceito de segurança

O conceito tradicional de segurança visava principalmente impedir o exercício da violência por meios militares. Até os anos 1980, a segurança era predominantemente definida do ponto de vista militar. O principal ator de segurança era o Estado, e o nível de análise era o sistema nacional ou internacional. Nos anos 90, com o advento da era pós-Guerra Fria, a cooperação e a coexistência começaram a se tornar uma questão importante, e os estudiosos que estudavam o desenvolvimento de teorias e políticas que lidavam principalmente com a guerra nuclear perderam direção. Durante a Guerra Fria, a identidade do inimigo em potencial era muito clara, e muitos estudiosos lidavam apenas com várias questões militares, como sistemas de armas, sistemas de controle e estratégias de alianças. No entanto, quando a bipolarização desapareceu e uma nova ordem internacional começou, o conceito de segurança existente, concentrando-se apenas no papel militar, começou a ser desafiado pela nova agenda de segurança. Quando a sobrevivência do Estado foi simplesmente ameaçada pelo mundo exterior, o Estado priorizou a segurança com base em questões militares. No entanto, essa segurança simples enfrentou forte oposição à medida que

a ameaça externa desapareceu, e pessoas e políticos naturalmente desviaram sua atenção para o setor não militar. Quando humanos pensaram que não havia ameaça direta, exigiram melhorar sua qualidade de vida. Além disso, os padrões de vida foram enfatizados e o conceito de segurança orientada para o Estado não era mais identificado com a segurança militar.

Os estudiosos que foram pioneiros em novos campos de estudo de segurança em torno do “*Copenhagen Peace Research Institute*”, estabelecido em Copenhague, na Dinamarca, em 1985, começaram a propor novas teorias de segurança. Eles são chamados de “*Copenhagen School*”. A Escola de Copenhague tentou construir um conceito de segurança mais abrangente, alinhado com a era pós-Guerra Fria, longe da estreita agenda de segurança focada no lado militar, centrada nos atores nacionais. Isso vem da experiência histórica da dinâmica europeia da segurança. Eles levantaram a questão de qual conceito de segurança era apropriado para a posição europeia, que havia sido atormentada pela brecha entre as superpotências, e tentaram encontrar uma resposta (MIN, 2009, p.18-19).

A Escola de Copenhague mencionou pela primeira vez o conceito de segurança social. A segurança social foi definida como a capacidade de manter as características essenciais das sociedades sob condições variáveis e ameaças possíveis ou reais (BUZAN; HANSEN, 2009, p.213). Enquanto o Estado era único objeto de referência para a segurança política, militar, ambiental e econômica no passado, na segurança social, a “sociedade” é o objeto de referência para a segurança social. A segurança social se posiciona entre o nacionalismo tradicional, estudos de paz que buscam a segurança mundial, e a segurança crítica, porque ela limita o possível objeto referente a duas unidades coletivas, Estado e sociedade, e exclui o indivíduo e o global. Segundo Wæver, parece razoável ser conservador ao longo desse eixo [objeto referente], aceitando que a segurança seja influenciada de maneiras importantes pela dinâmica no nível dos indivíduos e pelo sistema global, mas não pela propagação de termos pouco claros, como segurança individual e segurança global (BUZAN; HANSEN, 2009, p.213).

A teoria da segurança social fez referência a 'ameaças possíveis ou reais' e ainda estava, em certa medida, vinculada a uma definição objetiva de segurança, embora a ênfase em como os atores políticos apontassem a identidade como sendo ameaçada tivesse um elemento construtivista. Essa ambiguidade foi posteriormente resolvida em favor de uma concepção discursiva de segurança, na medida em que a abordagem de “securitização”, desenvolvida por Wæver, tornou a definição de segurança dependente de sua construção bem-sucedida no discurso (BUZAN; HANSEN, 2009, p 213).

### 2.3.1 Características da teoria da Escola de Copenhague

A teoria da segurança da Escola de Copenhague é, em uma palavra, a maior característica da expansão do conceito de segurança. Barry Buzan enfatiza dois elementos que contrastam com o conceito de segurança tradicional. O primeiro é a diversificação do objeto referente de segurança. Com relação à diversificação do objeto referente, no passado, o Estado era considerado o único objeto de segurança, mas agora vários objetos que abrangem as unidades sub e transnacionais devem ser incluídos no conceito de segurança. O novo paradigma visa não apenas o Estado, mas também indivíduos, grupos, sistemas regionais e sistemas internacionais. A diversificação do objeto referente não se limita aos níveis individual, nacional e global, mas também inclui um novo tipo de análise. Os cinco níveis de análise no livro “*Security: A New Framework For Analysis*” são os seguintes:

1) *International systems, meaning the largest conglomerates of interacting or interdependent units that have no system level above them. Currently, this level encompasses the entire planet, but in earlier times several more or less disconnected international Systems existed simultaneously (Buzan and Little 1994).* 2) *International subsystems, meaning groups of units within the international system that can be distinguished from the entire system by the particular nature or intensity of their interactions with or interdependence on each other. Subsystems may be territorially coherent, in which case they are regional (the Association of Southeast Asian Nations [ASEAN], the Organization of African Unity [OAU]), or not (the Organization for Economic Cooperation and Development, the Organization of Petroleum Exporting Countries), in which case they are not regions but simply subsystems.* 3) *Units, meaning actors composed of various subgroups, organizations, communities, and many individuals and sufficiently cohesive and independent to be differentiated from others and to have standing at the higher levels (e.g., states, nations, transnational firms).* 4) *Subunits, meaning organized groups of individuals within units that are able (or that try) to affect the behavior of the unit (e.g., bureaucracies, lobbies)* 5) *Individuals, the bottom line of most analysis in the social sciences (BUZAN; WÆVER, 1998, p. 6).*

Barry Buzan prestou atenção especial à cooperação regional de segurança entre Estados, em especial à nova unidade, a região. Ele enfatizou que a amizade e a inimizade histórica entre Estados geograficamente vizinhos formaram padrões especiais nas relações de segurança, chamando esse tipo de padrão de complexo de segurança (*security complex*). O complexo de segurança se refere coletivamente à anarquia estrutural das relações de segurança causada pela amizade e inimizade históricas e pela distribuição desigual dos poderes regionais. Isso logo enfatizou a necessidade de complexo regional de segurança, que considera as condições regionais, além das iniciativas de segurança das superpotências que visam o mundo.

Além disso, o setor de segurança foi ampliado. A ampliação do setor de segurança significa que a segurança se estende além da segurança militar tradicional, passando por segurança política, segurança econômica, segurança social e segurança ambiental. Buzan descreve o setor de segurança:

*Generally speaking, 'the military security concerns the two-level inter play of the armed offensive and defensive capabilities of states, and states' perceptions of each other's intentions. Political security concerns the organizational stability of states, systems of government and the ideologies that give them legitimacy. Economic security concerns access to the resources, finance and markets necessary to sustain acceptable levels of welfare and state power. Societal security concerns the sustainability, within acceptable conditions for evolution, of traditional patterns of language, culture and religious and national identity and custom. Environmental security concerns the maintenance of the local and the planetary biosphere as the essential support system on which all other human enterprises depend (BUZAN; WÆVER, 1998, p. 8).*

No passado, as discussões sobre segurança eram realizadas apenas no setor militar, especialmente em áreas com interesses estratégicos. No entanto, na era pós-Guerra Fria, esses setores são tão amplamente distribuídos que, é claro, o conceito de segurança deve ser ampliado. Buzan afirmou várias razões, mas, acima de tudo, que a prioridade da política e da escolha social está mudando devido ao fortalecimento da tendência de interdependência que ocorre no nível global. Ele também enfatiza que o principal objetivo da segurança tem sido reduzir as “vulnerabilidades” internas em vez de ameaças externas. Além disso, como o conceito estratégico de segurança da era da Guerra Fria foi integrado a uma teoria mais complexa das relações internacionais, o estudo contribuiu muito para o surgimento do amplo conceito de segurança (MIN, 2009, p.6).

Desde os anos 1990, as características do construtivismo que valoriza a intersubjetividade e a reflexão foram incorporadas à teoria da segurança da Escola de Copenhague. A partir deste ponto, ela enfatizou a natureza do “*speech-act*” dos comportamentos de segurança, indo além da estrutura simples de reconhecer a segurança como uma ameaça objetiva ou subjetiva. Isso significa que, qualquer que seja a questão, ela é considerado a “ameaça” e, quando é destacado como questão social, o próprio ato se torna a “segurança”. A segurança não se limita à ação objetiva de ameaças externas, mas refere-se à ação social pela qual aqueles que discutem segurança percebem ameaças e emitem atributos de crise (MINb, 2009, p.28)

Dessa maneira, a Escola de Copenhague aplicou o conceito de “*securitization*” para teorizar o ato de segurança como um ato de “*speech-act*”. De acordo com esse conceito, a segurança é intersubjetiva, e não simplesmente objetiva ou subjetiva. A “*securitization*” é descrita a seguir:

*Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization. It is the intersubjective establishment of an existential threat with a saliency sufficient to have substantial political effects. In theory, any public issue can be located on the spectrum ranging from nonpoliticized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented as an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure). In principle, the placement of issues on this spectrum is open: Depending Upon circumstances, any issue can end up on any part of the spectrum (BUZAN; WÆVER, 1998, p.23-24).*

Assim, Rita Taureck resume o seguinte:

*By stating that a particular referent object is threatened in its existence, a securitizing actor claims a right to extraordinary measures to ensure the referent object's survival. The issue is then moved out of the sphere of normal politics into the realm of emergency politics, where it can be dealt with swiftly and without the normal (democratic) rules and regulations of policymaking. For security this means that it no longer has any given (pre-existing) meaning but that it can be anything a securitizing actor says it is. Security is a social and intersubjective construction. That is the meaning of security (TAURECK, 2006, p.2).*

Uma das características dos problemas de segurança é que o sujeito e o objeto da segurança são incluídos simultaneamente no conceito. O conceito de segurança contém um mecanismo dinâmico no qual objetos e sujeitos são determinados. Especialmente, é o poder discursivo da securitização que reúne atores e objetos: atores securitizantes são definidos como 'atores que securitizam questões esclarecendo algo - um objeto referente - existencialmente ameaçado'; objetos referenciais, como 'coisas que parecem estar existencialmente ameaçadas' e que têm uma reivindicação legítima de sobrevivência (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998, p.36). À primeira vista, isso parece criar uma conceitualização muito aberta da segurança, mas a Escola de Copenhague colocou explicitamente a securitização como uma maneira de limitar o aumento excessivo da segurança e, assim, responder a uma crítica fundamental tradicionalista dos alargadores (BUZAN; HANSEN, 2009, p.214). O processo de reconhecimento da ameaça à sobrevivência é um processo social que ocorre no relacionamento mútuo entre o sujeito e o objetivo.

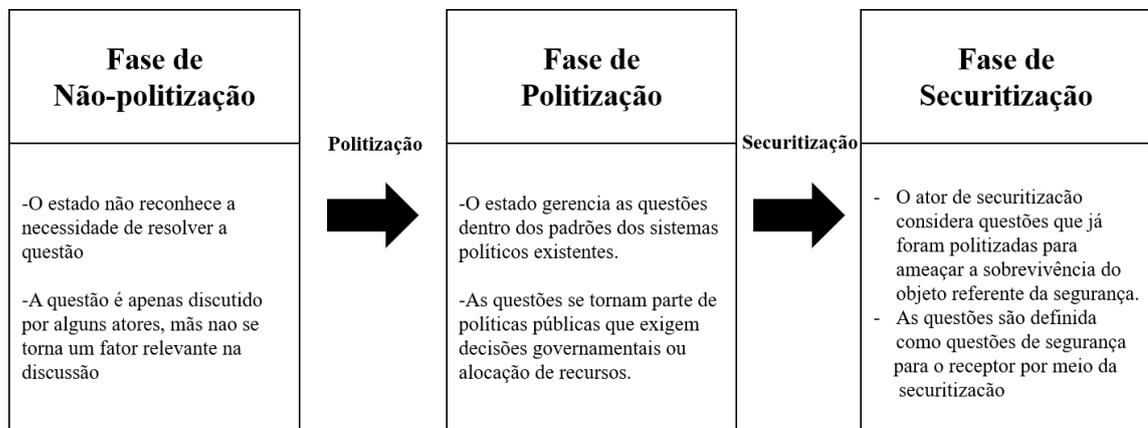
Além disso, a securitização tem uma estrutura retórica relacionada à sobrevivência.

*The distinguishing feature of securitization is a specific rhetorical structure (survival, priority of action "because if the problem is not handled now it will be too late, and we will not exist to remedy our failure" In security discourse an*

*issue is dramatized and presented as an issue of supreme priority, and thus by labelling it 'security' an agent claims a need for and a right to treat it by extraordinary means. For the analyst to grasp this act, the task is not to assess some objective threats that "really" endanger some object to be defended or secured; rather, it is to understand the processes of constructing a shared understanding of what is to be considered and collectively responded to as a threat (BUZAN, 1997, p.14).*

Em conclusão, o processo de securitização consiste no processo de reconhecimento da "ameaça à sobrevivência" e da "ação social de emergência" para lidar com a ameaça.

Figura 1 - Processo de securitização



Fonte: KIM (2019, p.14)

### 2.3.2 Teoria do complexo regional de segurança

Após ser apresentada pela primeira vez em 1983 por Buzan, a teoria do Complexo Regional de Segurança (TCRS) tornou-se mais predominante. Esse conceito absorveu o conceito de securitização sugerido pela Escola de Copenhague e tentou politizar a teoria e expandir o objetivo e o setor de aplicação. A TCRS compreende as questões de segurança do ponto de vista da correlação. Em outras palavras, essa teoria argumenta que as questões de segurança podem ser analisadas de maneira mais ampla e prática considerando regiões, em vez de sistemas nacionais ou internacionais, como unidades analíticas essenciais (LEE, 2013, p.7).

Do ponto de vista da Escola de Copenhague, segurança é um "fenômeno de correlação" que está intimamente relacionado à relação entre os atores ou entre o ator e a estrutura. Como a segurança em si está interrelacionada, para entender adequadamente as questões de segurança de um país em particular, é necessário compreender os padrões internacionais de interdependência na segurança que ele tem. No entanto, como a segurança de um país está correlacionada com a

segurança de outros países, é impossível compreender completamente a interdependência da segurança apenas entendendo o nível do sistema internacional. Para complementar isso, é necessário estudar a segurança em nível regional, vinculando o nível do sistema internacional ao nível nacional. Isso ocorre porque, ao entender as relações de segurança entre países regionais e entre superpotências e países regionais, a correlação de segurança pode ser compreendida de forma mais holística. Em particular, dada a premissa simples de que as ameaças políticas e militares são percebidas mais fortes à medida que a distância está mais próxima, o estudo em nível regional é natural. Portanto, pode-se entender que a segurança regional é uma tendência de segurança seguida pela formação de um sistema de interação política e social capaz de um certo grau de integração e demarcação regional dentro de uma região geográfica dividida por continentes e oceanos (LEE, 2013, p.10).

Buzan afirma que é importante entender a distribuição de poder e os padrões de amizade e inimizade para definir a segurança regional. Em particular, a dinâmica de amizade e inimizade é enfatizada. Amizade refere-se a um relacionamento abrangendo expectativas de proteção e apoio, enquanto inimizade significa um relacionamento formado pelo medo ou pela desconfiança. Claro que pode haver indiferença ou neutralidade entre amizade e inimizade. Os países que compartilham um padrão de amizade, inimizade ou indiferença com origens históricas e geopolíticas são chamados de complexo de segurança. Ele se refere coletivamente à anarquia estrutural das relações de segurança causada pela mistura de sentimentos históricos e distribuição desigual de poder na região. É um conceito que abrange a interdependência positiva e negativa como compartilhamento e competição de interesse, e pode existir e funcionar independentemente.

Na obra “*Region and Power*”, os autores formulam a definição de complexo regional de segurança para desviar o enfoque centrado no Estado e no âmbito político-militar, incluindo a possibilidade de diferentes atores e vários setores de segurança, “um conjunto de unidades cujos maiores processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, estão tão interconectados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos em separado” (FERREYRA: SOARES, 2018, p 180). Em outras palavras, pode-se dizer que o complexo regional de segurança se refere a um complexo regional no qual uma relação de interdependência de segurança expressa por securitização ou dessecuritização com base na proximidade geográfica é composta por um padrão notável, pois o CRS está relacionado à força relativa da interdependência da segurança, o que por sua vez constitui o padrão de segurança regional formado pela distribuição de poder e pelo relacionamento de amizade e inimizade. Assim, a estrutura essencial de um CRS incorpora quatro variáveis: a) fronteira, que diferencia o CRS de seus vizinhos; b) estrutura anárquica, o que significa que o CRS deve ser composto por duas ou mais unidades autônomas; c)

polaridade, que abrange a distribuição do poder entre as unidades; e d) construção social, que abrange os padrões de amizade, rivalidade e inimizade entre as unidades. Qualquer mudança significativa em algum desses componentes poderia alterar a dinâmica e o tipo de CRS. A questão está em avaliar se tais mudanças enfraquecem a estrutura, são indiferentes ou a reforçam (BUZAN; WÆVER, 2003, p.53).

Além disso, existem quatro formas de avaliar a influência das alterações na dinâmica de um CRS: a) manutenção do *status quo*: a estrutura do complexo permanece intacta; b) transformação interna: a estrutura essencial se modifica pelas forças internas do complexo; c) transformação externa: há uma modificação na distribuição do poder ou nos padrões de amizade, rivalidade ou inimizade por adição ou subtração de um Estado ao subsistema; d) sobreposição ou “*overlay*”: imposição de potências externas sobre o complexo, restringindo sua dinâmica. Considerando essas condições, Buzan analisou vários tipos de CRS. O primeiro passo é estabelecer uma distinção entre CRS-*padrão* e CRS *centrado* (BUZAN; WÆVER, 2003, p.53).

*A standard RSC is broadly Westphalian in form with two or more powers and a predominantly military-political security agenda. In standard RSCs, polarity is defined wholly by regional powers and may vary from uni to multipolar. In standard RSCs, unipolarity means that the region contains only one regional power.[...] Within a standard RSC the main element of security politics is the relationship among the regional powers inside the region.[...] Centered RSCs come in three (potentially four) main forms. The first two forms are the special cases in which an RSC is unipolar, but the power concerned is either a great power (e.g., Russia in the CIS) or a superpower (e.g., the United States in North America), rather than just a regional power. [...] The third form of a centered RSC is very different, involving a region integrated by institutions rather than by a single power. The EU provides the example, hanging halfway between being a region in the form of a highly developed security community, and being a great power in its own right with actor quality at the global level (BUZAN; WÆVER, 2003, p.55).*

Buzan e Wæver também lidam com os complexos que não se encaixam em nenhuma categoria, mas que se vinculam com elas. Esses casos resultam da existência de uma série de potências de nível global dispersas por todo o sistema, que criam duas possibilidades de CRS centrados: complexos regionais de grandes potências e supercomplexos (BUZAN; WÆVER, 2003, p.58).

*In a great power RSC, the polarity of a region is defined by more than one global level power being contained within it. This was traditionally the case in Europe, and is now the case in East Asia, where China and Japan form the core of a bipolar great power RSC. Great power RSCs have to be treated differently from ordinary RSCs for two reasons. First, their dynamics directly affect balancing calculations at the global level in ways that one would not expect from a standard RSC. Second, because great powers are involved, one would expect wider*

*spillover into adjacent regions, in other words, a higher intensity of interregional interaction than would normally be the case.[...]Either way, such intense spillover may well bind together what would otherwise be separate RSCs into supercomplexes with one or more great powers at their core. In such cases the security constellation becomes more elaborate than usual. Instead of there being just three main levels (domestic, regional, and global) to take into account, one may have to add a fourth, superregional, level to replace the normally weak interregional one. In a supercomplex, the interregional level is strong and sustained, as it has been between Northeast Asia and South Asia, but not so strong as to override the regional dynamics in the penetrated RSC (in this case, South Asia) (BUZAN; WÆVER, 2003, p.59-60).*

Os tipos de CRS estão resumidos da seguinte forma:

Tabela 2 - Resumo dos Tipos de Complexo de Segurança

Type	Key features	Example(s)
<b>Standard</b>	Polarity determined by regional powers	Middle East, South America, Southeast Asia, Horn, Southern Africa
<b>Centred</b>		
Superpower	Unipolar centred on a superpower	North America
Great power	Unipolar centred on a great power	CIS, potentially South Asia
[Regional power]	Unipolar centred on a regional power	none
Institutional	Region acquires actor quality through institutions	EU
<b>Great power</b>	Bi- or multipolar with great powers as the regional poles	Pre-1945 Europe, East Asia
<b>Supercomplexes</b>	Strong interregional level of security dynamics arising from great power spillover into adjacent regions	East and South Asia

Fonte: BUZAN; WÆVER (2003, p.62)

## 2.4 Características regionais

### 2.4.1 Nordeste da Ásia

Nordeste da Ásia refere-se à sub-região norte e leste da Ásia, centrado na Península Coreana, China e Japão, inclusive Mongólia, Rússia e Estados Unidos. O Alaska, que faz parte dos Estados Unidos, e a Rússia, como Eurásia, estão conectados com o norte da Ásia

geologicamente, além de geopoliticamente conectados por meio de vários tratados e acordos assinados com os países do Nordeste da Ásia.

Mapa 1 - Nordeste Asiático



Fonte: The Economic Research Institute for Northeast Asia (ERINA)

No Nordeste da Ásia, o confronto na península coreana continuou e o Japão optou por permanecer um parceiro subordinado dos Estados Unidos. O confronto militar da Guerra Fria desapareceu, mas apenas para dar mais liberdade de ação à China, cujo peso na região estava aumentando rapidamente (BUZAN; WÆVER, 2003, p.144). Por outro lado, nesta região, enquanto permanecem os resquícios da Guerra Fria, destaca-se o padrão de amizade/inimizade negativa evocada pela expansão imperial do Japão, como *Dok-do* (nome japonês *Takeshima*) e *Senka-ku* (nome chinês *Diàoyúidǎo*). Além disso, juntamente com as ameaças nucleares da Coreia do Norte após a Guerra da Coreia, houve a necessidade de tratar sobre questões de segurança não tradicionais, como direitos humanos, meio ambiente e energia (LEE, 2013, p.21).

A principal característica é que as questões de segurança tradicionais dominam as questões de segurança não tradicionais. As questões de segurança que estão surgindo na região são frequentemente atribuídas ao legado do imperialismo japonês e ao legado da Guerra Fria, simbolizado por alianças de confronto, como a aliança EUA-Japão, a aliança Coreia do Sul-EUA e a aliança Coreia do Norte-China. Esse fenômeno torna hostil o padrão de relacionamento de interdependência de segurança do CRS do Nordeste asiático. Como resultado, está dificultando a cooperação regional e a formação de um regime de segurança regional em questões de segurança



espanhol, com a influência absoluta da religião católica. Desse modo, pode se encontrar muitos elementos em comuns com os países colonizadores, como idioma, religião, costumes, cultura, etc. No presente estudo, embora existam treze países na América do Sul, não será incluída a Guiana Francesa.

Mapa 2 - América do Sul



Fonte: Info Escola (2020)

Havia um profundo senso de comunidade entre os países sul-americanos. Em comparação com as outras regiões, pode-se considerar que houve poucos conflitos e guerras de interesses regionais, assim sendo uma região que tem como tradição resolvê-los por meio de negociações pacíficas. No século XX, entre os anos 1932 e 1935, apesar de ter tido apenas uma guerra, entre Bolívia e Paraguai, o diplomata argentino Carlos Saavedra Lamas pôs fim ao conflito por meio de conciliação. Pode-se falar, portanto, que a América do Sul é relativamente pacífica em comparação com outras regiões.

Isso não impediu, contudo, que houvesse a intervenção de outros países, tais como os Estados Unidos, o qual teve uma grande influência sobre a América do Sul como um todo. Em

1832, o presidente James Monroe publicou uma doutrina que tinha como base libertar as Américas dos europeus. Por outro lado, devido à doutrina de Monroe, os Estados Unidos começaram a intervir diretamente nos países da América do Sul, resultando em insatisfações com os Estados Unidos e os seus sistemas, o que fez com que os países da América do Sul buscassem a sua identidade e, assim, a cooperação entre eles.

Em particular, o relacionamento dos EUA com diferentes países e sub-regiões na América do Sul se torna mais modelado pela distância, e a parte norte é o principal objeto de atenção. O aumento da interação - impulsionado em parte pelo aumento da capacidade de interação, em parte pelas mudanças políticas domésticas - cria mais cooperação no Cone Sul, mas no norte andino reativou alguns conflitos interestatais, encontrou expressão transnacional em problemas de segurança transfronteiriça e atraiu os EUA (BUZAN; WÆVER, 2003, p.337). Buzan analisa o *status* atual da América do Sul da seguinte maneira:

*South America is increasingly developing as two subcomplexes with contradictory trends. The Southern Cone is on what is locally taken to be a quite robust, irreversible route to integration. With Argentine–Brazilian rapprochement firmly in place and all border questions solved, the subregion is beyond being a security regime, approaching a security community. It is in the grey zone between the two kinds of RSC, normal and centered. In the northern (Andean) part of the continent, on the other hand, security is increasingly structured by the drugs issue, US involvement, and domestic instability that keeps the border conflicts alive in that part (BUZAN; WÆVER, 2003, p.340).*

Em outras palavras, a América do Sul lida com questões de segurança de natureza mais regional do que o Nordeste da Ásia.

### 3 AMBIENTE DE SEGURANÇA DAS REGIÕES

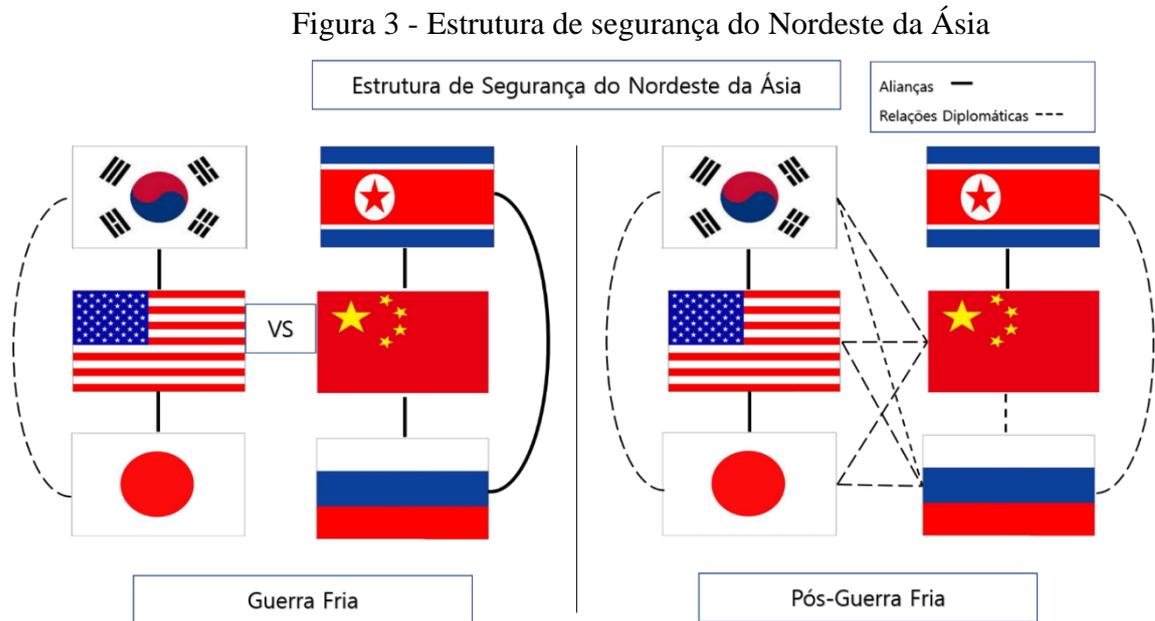
#### 3.1 Ambiente de segurança do Nordeste da Ásia

Na região do Nordeste Asiático, ao mesmo tempo que os interesses das quatro potências Estados Unidos, China, Japão e Rússia estão complexamente interligados, ainda há elementos de instabilidade que influenciam diretamente na problemática de segurança regional, envolvendo a questão nuclear da Coreia do Norte. Além disso, no espectro social, econômico e de segurança, coexistem a interdependência desses países e seus conflitos recíprocos de aspecto político, diplomático e de segurança, ao passo que existe nessa região a configuração peculiar de um padrão contraditório na segurança e nas relações mútuas, contemplando o “fortalecimento da cooperação econômica” com o “aprofundamento do conflito político e militar”.

Buzan e Wæver (2003) defendem que a região Nordeste da Ásia formou uma dinâmica de segurança como um CRS independente até a Guerra Fria, mas, após a década de 1980, de acordo com as transformações no âmbito dos intercâmbios econômicos e do ambiente de segurança política no pós-Guerra Fria, o CRS do Nordeste Asiático se integrou ao CRS da região Norte da Ásia. Tal posição foi adotada na década de 1990, após o ingresso do Vietnã na ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*) e no ARF (*ASEAN Regional Forum*), fatores que representaram o avanço da institucionalização da integração regional do Sudeste Asiático, percebidos em veemente concomitância com a expansão da influência da China sobre o Sudeste e Nordeste Asiáticos. De fato, no pós-Guerra Fria, a reciprocidade da segurança política e econômica da região do Leste Asiático está se tornando mais evidente, sobretudo: 1) Na atenção dedicada aos desdobramentos e às tendências nas Potências Regionais, como a China e o Japão; 2) No contraste entre o Sudeste Asiático e o Nordeste Asiático, esse que ainda vive uma continuação da Guerra Fria, com o avanço da regimentação da segurança; 3) Na influência advinda do Super Complexo de Segurança encabeçado por Japão, Índia, Austrália, etc., motivado pelo reconhecimento da ameaça da China; 4) No pós-Guerra Fria, então, quando o nível de intervenção dos EUA vem sofrendo ajustes (BUZAN; WÆVER, 2003).

No Nordeste Asiático da Guerra Fria, que mantinha a ordem mundial com um sistema bipolar fortemente antagônico, a região presenciou um aumento elevado das tensões. Com o advento da era pós-Guerra Fria, a comunidade internacional se pluralizou, e defender a nação de ameaças não tradicionais desponta como elemento importante para se formular a estratégia de cada

país. Contudo, no caso do Nordeste Asiático, ainda se trata de uma área com alto índice de ameaças tradicionais. Após a Guerra Fria, a relação entre os principais países da região mudou, como segue:



Fonte : Elaboração própria, baseada em JOO; YOO; KIM; CHO (2018, p.14-16)

Assim, em comparação com a era da Guerra Fria, depois do pós-Guerra Fria, a estrutura de segurança mudou um pouco à medida que ocorreu a cooperação entre os países nos campos da política, economia e diplomacia. No entanto, ainda há conflitos não resolvidos, e a administração Trump dos Estados Unidos e o rápido crescimento recente da China trouxeram outra mudança. As características dignas de atenção referentes à situação recente do Nordeste Asiático podem ser resumidas da seguinte forma: primeiro, a competição pela supremacia entre os EUA e a China está se desenvolvendo de forma ativa. Os EUA também estão fortalecendo sua resposta ofensiva para prevenir a China, que está emergindo rapidamente em termos econômicos e militares. Por outro lado, a China está reforçando sua cooperação com a Rússia, uma vez que seu empenho para fazer frente aos EUA são independentes. Em segundo lugar, a relação entre a Coreia do Sul e o Japão está se deteriorando. O conflito histórico entre ambos os países se estendeu nas áreas econômica, diplomática e na opinião pública, e o fim do Acordo Geral de Segurança de Informações Militares entre Coreia do Sul e Japão (*GSOMIA: The General Security of Military Information Agreement*) foi apenas mais um fator agravante na guerra econômica sangrenta que está em curso, em que nenhum dos lados aparenta querer ceder em primeiro lugar. Terceiro, uma relação de solidariedade mais estreita entre a Coreia do Norte e a China, e a Coreia do Norte e a Rússia formou-se recentemente. Embora possa parecer muito cedo para perceber um bloco coeso entre esses três

países, Coreia do Norte, China e Rússia, à medida que a competição entre os Estados Unidos e a China se intensifica, o valor estratégico da Coreia do Norte aumenta em comparação com o passado. Também, pode-se citar o enfraquecimento da Aliança Coreia do Sul-EUA. Trump está mais interessado em rever a divisão dos custos da defesa do que em renovar promessas de defesa como aliado da Coreia do Sul. A Aliança Coreia do Sul-EUA provavelmente verá sua influência diminuir na região, já que o governo da Coreia do Sul também está prestando atenção à Coreia do Norte em vez de priorizar o fortalecimento daquela aliança (CHOI; SHIN; KANG, 2019, p.2).

Devido à influência da era da Guerra Fria e às características mencionadas acima, os países da região estão investindo fortemente na área de defesa, estando classificados entre os dez primeiros do mundo em gastos de defesa. Como se pode verificar nos registros dos últimos três anos, os gastos de defesa vêm aumentando. A seguir está uma tabela que compara os gastos com defesa dos países da região:

Tabela 3 - Comparações de gastos em defesa no Nordeste da Ásia

Ano	Gastos em defesa (US \$m)			Gastos em Defesa per capita (US \$)			Gastos em defesa % do PIB		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
EUA	598.722	631.161	684.568	1.833	1.917	2.063	3,07	3,07	3,19
China	154.353	170.504	181.135	111	122	130	1,28	1,28	1,28
Japão	45.692	47.011	48.590	361	373	386	0,94	0,95	0,94
Rússia	45.715	45.151	48.206	321	318	340	2,89	2,72	2,94
Coreia do Sul	35.876	39.215	39.764	701	763	770	2,21	2,28	2,44
Coreia do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, baseada em MILITARY BALANCE (2020)

Como tal, os países da região estão fazendo grandes esforços para fortalecer a segurança nacional. De acordo com a *Global Fire Power*, a agência de avaliação do poder militar dos EUA, cinco países, exceto a Coreia do Norte, estão entre os seis primeiros, agindo como um fator que ameaça a segurança na região.

Tabela 4 - Classificação de força militar no Nordeste da Ásia<sup>1</sup>

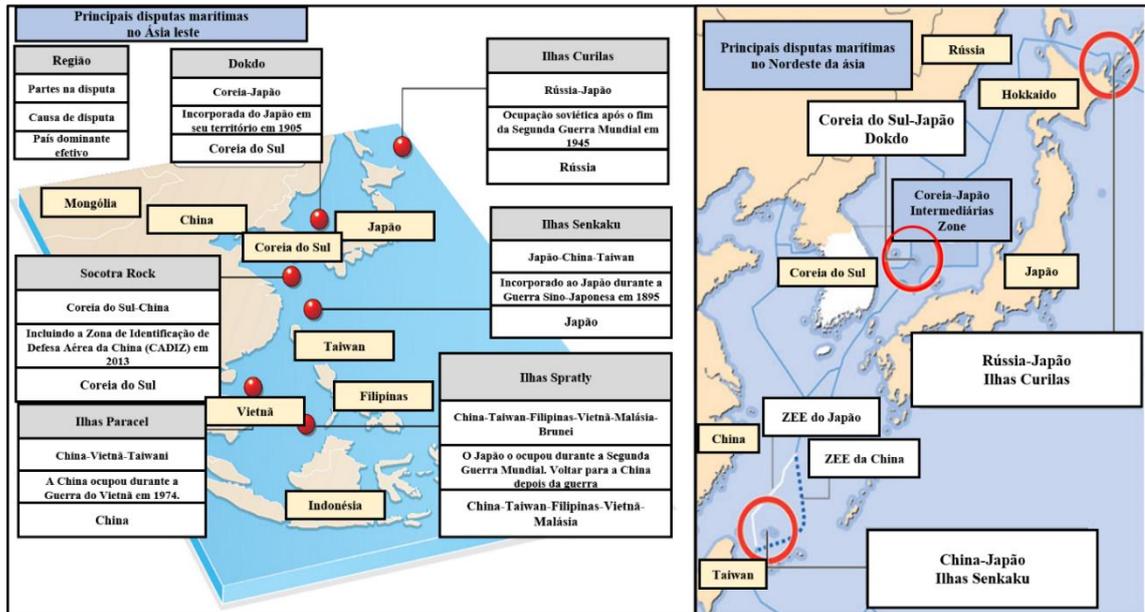
Classificação		Power Index	Pessoal Ativo	Caças	Tanques	Porta-aviões	Submarinos
1	EUA	0,0606	1.4000.000	2.085	6.289	20	66
2	Rússia	0,0681	1.013.628	873	12.950	1	62
3	China	0,0691	2.183.000	1.232	3.500	2	74
5	Japão	0,1501	247.160	279	1.004	4	20
6	Coreia do Sul	0,0109	580.000	414	2.614	2	22
25	Coreia do Norte	0,3718	1.280.000	458	6.045	0	83

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados de GLOBAL FIRE POWER (2020)

Assim, embora os países da região tenham um alto nível de poder militar no mundo, a instabilidade da segurança persiste. Na recente conjuntura internacional no Nordeste Asiático, chamam a atenção a questão da Coreia do Norte e da Península Coreana, bem como a competição pela hegemonia entre os Estados Unidos e a China, em que a Ásia se torna o ponto principal. As tensões entre os EUA, Japão, China e países do Sudeste Asiático também estão aumentando devido a questões territoriais como *Diaoyudao* (nomenclatura chinesa), também chamada de Ilha *Senkaku* (nomenclatura japonesa) e Ilhas *Spratly*.

<sup>1</sup> A classificação Global Firepower utiliza mais de 50 fatores individuais para determinar a pontuação PowerIndex de uma determinada nação ('PowreIndex', 0,0000 considerado 'perfeito') com categorias que variam de poder militar e financeiro a capacidade logística e geografia. Meios convencionais, como capacidade nuclear, não são levados em consideração.

Figura 4 - Principais disputas na região



Fonte: Elaboração própria, baseada em KWON (2011) e CHAE;PARK (2013)

Da mesma forma, existem várias disputas na região. Enquanto a cooperação e a interdependência no setor econômico se incrementam, o nível de cooperação no setor de segurança ainda não é elevado. Em outras palavras, a instabilidade e a incerteza seguem aumentando no setor de segurança. Esse fenômeno é chamado de “Paradoxo Asiático”. Como tal, os países da região continuam a envidar esforços para garantir a superioridade militar de seu país.

### 3.2 Características específicas dos países

#### 3.2.1 Estados Unidos

Os EUA adotaram em sua Estratégia de Segurança Nacional (NSS: *National Security Strategy*), sob a égide de “Paz através da Força”, e em sua Estratégia de Defesa Nacional (NDS: *National Defense Strategy*), a especificação da China e da Rússia como “Potências revisionistas”, e a competição estratégica de longo prazo com esses países foi formalizada. Por meio da execução de uma Estratégia para o Indo-Pacífico, os EUA estão fortalecendo a cooperação bilateral e multilateral com países da região, concentrando-se na cooperação no “G4” com EUA, Japão, Austrália e Índia. Em particular, incrementou-se o orçamento de defesa, continuando a expandir os investimentos para a modernização militar, como a promoção do alocamento da máquina bélica

nas regiões da Ásia-Pacífico, fortalecimento do poderio bélico convencional, modernização das capacidades de dissuasão nuclear e fortalecimento das capacidades de defesa antimísseis no continente dos Estados Unidos (REPUBLIC OF KOREA, 2018, P. 11).

A Estratégia de Segurança Nacional da Administração Trump, publicada no final de 2017, é um documento que inclui os interesses de segurança nacional dos EUA, ambiente de segurança internacional, desafios de segurança, direcionamentos e medidas de resposta. Este documento atraiu historicamente a atenção de muitos países e teve grande influência na conjuntura internacional. Em primeiro lugar, a Estratégia de Segurança Nacional de 2017 contém os quatro interesses nacionais vitais dos Estados Unidos, expressos como os quatro pilares da segurança nacional. Os quatro pilares propostos pela administração Trump são: primeiro, 'Proteger o povo americano, a Pátria e o modo de vida'; segundo, 'Promover a prosperidade da América'; terceiro, 'Preservar a paz através da força'; quarto, 'Aumentar a influência americana'. Considerando que a Estratégia de Segurança Nacional de 2015 do governo Obama foi escrita em torno de quatro interesses principais: segurança, prosperidade, valor e ordem internacional, podemos inferir que o governo Trump promoveu a valorização do termo “segurança”, nos parágrafos primeiro (Pilar 1: Proteger o Povo americano, a Pátria e o modo de vida) e terceiro (Pilar 3: Preservar a paz através da força). Enquanto enfatiza a segurança de tal forma, uma seção chamada “a Estratégia em um Contexto Regional” foi criada separadamente para explicar a ordem internacional separadamente dos quatro pilares. Além disso, o governo Trump atribuiu mais ênfase à economia dos seus predecessores, refletindo problemas econômicos vistos primeiro da perspectiva dos EUA, como a resolução de desequilíbrios nas balanças comerciais, eliminação de barreiras comerciais e aumento das oportunidades de exportação, contemplados na estratégia de segurança nacional (WHITE HOUSE, 2017, p.4)

A estratégia de segurança nacional da administração Trump aborda a região do Indo-Pacífico como a primeira de suas estratégias regionais. Tal fator demonstra que a região do Indo-Pacífico é sua prioridade máxima e que ela possui o maior impacto sobre os interesses nacionais dos Estados Unidos. O governo Obama já havia implementado uma política de reequilíbrio e priorizou a região da Ásia-Pacífico, contudo, ao expandir seu escopo para o Indo-Pacífico, os EUA planejam expandir as metas de cooperação militar e econômica para essa região. Em particular, apesar de levantar preocupações de que o conceito Indo-Pacífico englobe a China, o uso de tal conceito regional pode ser visto como uma sugestão de política pública ofensiva dos Estados Unidos no futuro. Na mesma linha, essa estratégia de segurança nacional enfatiza a competição nas relações com a China e a Rússia, afirmando que “China e Rússia almejam

constituir um mundo antitético aos valores e interesses dos EUA” assim, definindo-os como revisionistas da ordem mundial liberal liderada pelos Estados Unidos. Essa é uma grande diferença em relação à estratégia de segurança nacional do governo Obama, que considerava a China um parceiro. Devido a essa mudança, uma série de reclamações estão sendo manifestadas na China e na Rússia por meio de diversos canais. Outra característica da estratégia de segurança do governo Trump, bem revelada na Estratégia de Segurança Nacional 2017, é “Paz através da Força”. Além da China e Rússia, mencionadas acima, enfatiza-se a vontade de suprimir ameaças tradicionais como a Coreia do Norte e o Irã, bem como ameaças não tradicionais de atores não estatais com base no “poder esmagador”. Para este fim, a Estratégia de Segurança Nacional de 2017 abrangeu o conteúdo do reforço das capacidades militares, capacidade de munição e utensílios, capacidade de armas nucleares, capacidades espaciais, capacidades cibernéticas e capacidades de inteligência. De tal modo, os Estados Unidos podem ser avaliados como refletindo o pensamento prioritário americano (America First) do Governo Trump, ao mesmo tempo em que mantêm a orientação estratégica tradicional para manter a ordem mundial centrada nos EUA (CHOI; SHIN, 2017, p.2-3).

Do ponto de vista militar, em maio de 2018, os Estados Unidos renomearam o *United States Pacific Command* (USPACOM) para o *United States Indo-Pacific Command* (USINDOPACOM) e reforçaram sua presença militar na região, reforçando o treinamento militar e a cooperação em matéria de segurança. Além disso, refletindo os novos requisitos operacionais, o *Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons* (JAM-GC) foi desenvolvido para estabelecer um sistema de apoio militar combinado ideal. Enquanto isso, o sistema de armamento nuclear triaxial vem sendo modernizado, a saber, o míssil balístico intercontinental (ICBM, sigla em inglês), o míssil balístico lançado por submarino (SLBM, sigla em inglês) e o bombardeiro estratégico subsônico de longo alcance a jato. Também se está promovendo o estabelecimento de um sistema de defesa antimísseis em múltiplas camadas. Caças *stealth* (aviões furtivos), como F-22 e F-35, aeronaves de patrulha marinha (MPA, sigla em inglês) P-8 Poseidon, navio submersível com motor nuclear (SSN, sigla em inglês), veículo subaquático não tripulado, bombardeiro estratégico, etc., estão sendo implantados na região Ásia-Pacífico.

Em agosto de 2018, o presidente Trump assinou o *National Defense Authorization Act* (NDAA), chancelado com o apoio do Senado e da Câmara dos Representantes, para aumentar as despesas de defesa ano após ano para promover a “Paz através da Força”, lançado as diretrizes para um uso estável do orçamento. A Lei de Autorização de Defesa promoveu um aumento de US \$ 17 bilhões em despesas de defesa em comparação com o ano anterior (US \$ 71 bilhões, 3,1% do PIB), possibilitando um incremento nas tropas da ordem de 24.100 militares, fortalecendo a

preparação pré-guerra, resposta a novas ameaças, planos de modernização específicos para militares e apoio aos aliados.

No caso do Exército, o efetivo das tropas, que hoje equivalem a um efetivo de 476.000, receberam um acréscimo de 15.000, e o reforço foi promovido, incluindo 3.000 veículos táticos e 200 veículos blindados multiuso. Enquanto isso, em junho de 2018, para liderar a promoção da modernização militar, o *Army Future Command* (AFC) foi criado, sob o controle do Departamento do Exército dos Estados Unidos. A Marinha aumentou o efetivo de suas tropas de hoje com 512.000 na ordem de 8.600 homens e teve aprovado um projeto de construção de força bélica, incluindo dois Navios Submersíveis Nucleares (SSN, sigla em inglês), um Porta-Aviões e três *Destroyers*. A Força Aérea também incrementou o tamanho de suas tropas, hoje com 325.000, na ordem de 4.000 homens, e elevou os orçamentos existentes para aquisição e melhoria de desempenho de aeronaves, aeronaves de reabastecimento aéreo multifuncional e aeronaves de transporte. Também se estão reforçando as capacidades de ataque em solo e guerra eletrônica do F-22 e se está desenvolvendo um bombardeiro de ataque de longo alcance (LRS-B, sigla em inglês) para substituir o B-2 e o B-52. Esforços também estão em andamento para fortalecer a postura de segurança nos setores cibernético e espacial. Em agosto de 2017, o *U.S. Cyber Command* (USCYBERCOM) foi atualizado para um sistema de comando integrado com um sistema de comando independente e, em agosto de 2018, foi anunciado oficialmente o plano da criação da *United States Space Force* (USSF) para responder com eficácia aos desafios no campo espacial. Continuam assim os esforços dos EUA a fim de manter uma vantagem comparativa nos campos de segurança emergentes (REPUBLIC OF KOREA, 2018, p.12-14)

Em relação à questão da Península Coreana, o Documento de Estratégia de Segurança Nacional se referiu à Coreia do Norte dezessete vezes no total, descrevendo a questão da Coreia do Norte em termos de: ameaça ao território continental dos EUA, defesa antimísseis, Estados degenerados, ditaduras, ameaças a aliados e cooperação com aliados. "É um país que desenvolve armas nucleares, químicas e biológicas que podem ameaçar o território continental dos EUA, ao passo que deixam seu próprio povo faminto". Em particular, foi definido como "um país que desenvolve armas nucleares capazes de matar milhões de americanos". Para responder a essa Coreia do Norte, os EUA "constroem um sistema de Defesa de Mísseis (MD, sigla em inglês) em cooperação com o Japão e a Coreia do Sul" e "se preparam para as provocações norte-coreanas com poder militar esmagador que reforcem a opção pela desnuclearização da Península Coreana". Na Estratégia de Segurança Nacional 2015, as menções à Coreia do Norte não passaram de três vezes, e a postura mediante a Coreia do Norte do Governo Obama é criticada no Governo Trump

por sua política de paciência estratégica. Percebe-se que a vontade de resolver o problema nuclear é extremamente robusta (KIM, 2017, p.3-4).

### 3.2.2 China

A China, no 19º Congresso do Partido Comunista Chinês em outubro de 2017, promoveu as bases para a modernização total do socialismo a fim de construir uma sociedade *Xiaokang* (termo que se refere a uma relativo conforto e bem-estar social) de 2020 a 2035, como um projeto-piloto para o segundo mandato do poder de Xi Jinping. Até 2050, a meta estabelecida foi a de “desenvolver-se como uma potência de classe mundial” por meio da construção em grande escala de uma rica e bela potência socialista e, por meio dela, fomentar um exército forte de primeira classe, assim, no futuro, espera-se que a China promova políticas externas destinadas a se tornar uma potência global (REPUBLIC OF KOREA, 2018, p.11).

A China tem conservado um ambiente pacífico para o desenvolvimento econômico ao longo dos últimos 30 anos, contudo, enfrenta questões de segurança muito mais complexas do que nunca no presente. Portanto, desde a posse da liderança de Xi Jinping, a China adotou uma estratégia de segurança mais ativa para resolver essas ameaças à segurança interna e externa e fortalecer sua influência global. O Conceito de Segurança Nacional da China é o chamado “Novo Conceito de Segurança” e “Conceito de Segurança Abrangente” passando pelo “Conceito de Segurança Cooperativa”, “Segurança Comum” e “Segurança Sustentável”, os quais, de uma forma compreensiva, constituem a visão de segurança nacional da China. O “Conceito de Segurança Nacional Geral”, proposto recentemente por Xi Jinping, teve sucesso e desenvolveu o conceito de segurança nacional herdado de sucessivos líderes chineses e, mais especificamente, sua aplicação à Ásia constitui o “Novo Conceito de Segurança Asiático”. O “Novo Conceito de Segurança Asiático” reflete a recente situação de segurança na China e pode-se dizer que é um conceito de segurança asiático liderado pela China com o objetivo de enfraquecer o sistema de alianças regionais da Ásia e dos EUA (YOO, 2019, p.111-112).

Seu conteúdo resume-se nos “Cinco Elementos Principais” e nas “Cinco Relações Principais”. Os cinco elementos são: segurança popular como fim, segurança política como base, segurança econômica como base, seguranças militar, cultural e social como garantia e segurança internacional como pilar para trilhar o caminho da segurança com características chinesas. Com o intuito de realizar segurança de forma holística, defende-se que as Cinco Relações Principais devam ser enfatizadas. Em outras palavras, valoriza-se a “segurança interna”, assim como a

“segurança externa”, na busca pelo desenvolvimento, pela transformação e pela estabilidade internamente, criando paz e segurança na China e buscando paz, cooperação e prosperidade pública externamente. Além disso, valoriza-se a “segurança territorial” e a “segurança popular” e toma-se o povo e o humano como base. A segurança nacional é destinada ao povo e, ao mesmo tempo, depende dele. Solidificando a base pública da segurança nacional, coloca-se ênfase na “segurança não tradicional” combinada à “segurança tradicional”. Por fim, também prioriza “questões de desenvolvimento” e “questões de segurança”. Assim, os chineses valorizam a "auto-segurança" e a "segurança comum" também (YOO, 2019, p.117-118).

Embasando-se no Conceito Segurança Nacional Chinês, Xi Jinping afirmou que "a segurança asiática deve ser liderada por países asiáticos" pela primeira vez na "Conferência sobre Interações e Fortalecimento da Confiança na Ásia (CICA, sigla em inglês)", realizada em Xangai em maio de 2014. Nessa oportunidade, foi introduzido o “Novo Conceito de Segurança Asiático”, que sucedeu o “Novo Conceito de Segurança” criado por Jiang Zemin, entretanto, o conceito de segurança de Xi Jinping veio a enfatizar a "segurança asiática [liderada] pelos países asiáticos" (YOO, 2019, p.119). O que ocorre de fato é que a China está tentando retirar dos Estados Unidos a liderança da sociedade asiática, tomando a iniciativa na comunidade internacional, sobretudo na Ásia, por meio da apresentação de sua consciência asiática; sobretudo, nas recentes disputas territoriais nos mares do Leste e do Sul da China, como parte do esforço para excluir os EUA, a China pôs em prática seu Conceito de Segurança, que é um aviso indireto aos Estados Unidos para que não interfiram nos assuntos da Ásia, e, rejeitando o sistema de alianças, que é o legado do sistema da Guerra Fria liderado pelos Estados Unidos, deixou claro que os países asiáticos podem buscar a sua própria segurança, excluindo os EUA.

Com base nesse conceito de segurança, em julho de 2019, a China anunciou "a Defesa Nacional da China na Nova Era", sugerindo novos objetivos de política de defesa, tais como: 1) Proteção resoluta da soberania, segurança e interesses de desenvolvimento nacional; 2) Não-busca de hegemonia, expansão ou esferas de Influência; 3) Nova era de defesa ativa com implementação da orientação estratégica militar; 4) Continuação do fortalecimento das Forças Armadas à maneira chinesa; 5) Contribuição à construção de uma comunidade para o futuro da humanidade. Em particular, no Capítulo 3, o exército chinês descreveu claramente a missão dos militares chineses em termos de Proteção da Soberania Territorial Nacional e dos Direitos e Interesses Marítimos e Proteção de Interesses nas Principais Esferas de Segurança. Especificamente, a proteção da soberania nacional e dos direitos marítimos é a seguinte: 1) Defesa de fronteira do Mar Amarelo, Mar da China Meridional (Mar do Sul da China), Mar da China Oriental, execução da lei de operações conjuntas marítimas e resposta a ações no ar em alto-mar; 2) Defesa aérea e

reconhecimento aéreo e alerta preventivos e monitoramento dinâmico do espaço aéreo nacional e da força aérea; 3) Reforço dos preparativos para a luta militar marítima para a reunificação com Taiwan e realização de atividades de patrulha no mar e no ar ao redor da ilha de Taiwan. A proteção dos interesses na área de segurança e segurança são as seguintes: 1) Gestão de armamentos nucleares, aumento da dissuasão nuclear estratégica; 2) Gestão integrada de recursos de informação, rastreamento e identificação de situação espacial, gestão de segurança de ativos espaciais e abertura externa da capacidade espacial; 3) Construção de capacidades de proteção cibernética correspondentes ao status internacional da China; 4) Consolidação das fronteiras cibernéticas nacionais (CHINA, 2019).

Embora a política de defesa da China seja defensiva e possa ser vista como uma política de defesa e estratégia militar pacífica e orientada para a estabilidade, paz regional e global, por um lado, pode ser vista como uma estratégia militar e ativa na expansão externa para manter sua posição de domínio em competição com os EUA.

Do ponto de vista militar, a China está promovendo a modernização das forças armadas e o estabelecimento de um sistema de comando de guerra conjunto altamente eficiente. No 19º congresso do Partido Comunista, Xi Jinping apresentou um roteiro para a realizar a mecanização e a informatização até o ano de 2020, atingir a modernização militar e de defesa até 2035 e construir um exército de classe mundial em meados do século 21 para a construção de uma potência mundial. Além disso, a fim de modernizar o sistema de armas no *The National People's Congress* (NPC) de 2018 e na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC, sigla em inglês), o orçamento de defesa aumentou na ordem de 8,1% ano a ano, chegando a atingir RMB 1.069 trilhão. Também, teve lugar a promoção de uma reforma militar para atingir a meta de redução do efetivo militar em 300.000 soldados dentro de dois anos e seis meses, desde a declaração de redução em 2015. O Exército está realizando a transição da defesa regional para a mobilidade transregional, de acordo com as demandas estratégicas de operações de manobra e ataque e defesa multidimensionais com crescente sustentabilidade. A Marinha está desenvolvendo gradualmente operações em alto-mar por meio da Defesa Costeira e Defesa do Mar próximo, dando sequência ao desenvolvimento de porta-aviões *Liaoning* em 2012. Também, está promovendo a melhoria das capacidades de lançamento de longo alcance, incluindo esforços para comissionar o primeiro porta-aviões doméstico. Sob a influência das guerras modernas, como a Guerra do Golfo e a Guerra de Kosovo, a Defesa Aérea mudou sua estratégia da forma orientada para uma combinação de ataque e defesa. Como resultado, o número de Caças de Intercepção dedicados à missão de defesa aérea nacional diminuiu, enquanto bombardeiros e bombardeiros de caça para missão ofensiva aumentaram exponencialmente. Além disso, o número de Sistemas

Aéreos de Alerta e Controle antecipado (AEW & C, sigla em inglês), aeronaves de transporte e aeronaves de reabastecimento aéreo multifuncional que oferecem suporte a capacidades operacionais de longa distância também estão mostrando uma tendência crescente e a rápida modernização está progredindo, como com a continuação da introdução de novas aeronaves de caça. A *People's Liberation Army Rocket Force* (PLARF) se concentra na melhoria da capacidade de contra-ataque e capacidade de ataque de precisão de médio e longo alcance, com o DF-26, um míssil balístico de alcance intermediário de próxima geração (IRBM, sigla em inglês), e o DF-41, um novo míssil balístico intercontinental (ICBM, sigla em inglês) integrando a busca pelo desenvolvimento estratégico. Além disso, conhecem-se novos projetos para fazer frente ao sistema de Defesa de Mísseis (MD, sigla em inglês) dos EUA, como a realização do lançamento de teste do DF-17, um novo míssil balístico de médio alcance (MRBM, sigla em inglês) capaz de acoplar um veículo planador hipersônico (HGV, sigla em inglês) na ogiva. A Força de Apoio Estratégico é uma nova classe militar criada em 31 de dezembro de 2015 para melhorar a qualidade das capacidades operacionais militares, guerra de informação, guerra eletrônica e guerra cibernética. Ela é conhecida por realizar missões como guerra cibernética, guerra psicológica e guerra espacial (REPUBLIC OF KOREA, 2018, p.14-15)

A China é o país que mais exerce influência sobre a Coreia do Norte nas questões relativas à Península Coreana e, em termos econômicos, pode-se dizer que a China é um parceiro comercial muito importante da Coreia do Sul. No entanto, o conflito se intensificou quando a Coreia do Sul e os EUA iniciaram oficialmente as discussões sobre a implantação do sistema *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD). Como resposta, a China promoveu retaliação contra a implantação do THAAD na Península Coreana em todas as áreas, incluindo o político, o econômico e o militar. As medidas retaliatórias da China somente se atenuaram, cessando o conflito entre os dois países, após o acordo anunciado pelo Ministério das Relações Exteriores de ambos os países em 31 de outubro de 2017 (Os três NÃO: não implantação adicional do THAAD, não incorporação do sistema de defesa antimísseis dos EUA e não conclusão da aliança militar Coreia do Sul-EUA-Japão).

Contudo, as tensões podem aumentar novamente, já que a China insiste na retirada do THAAD de forma integral. Em particular, se o conflito entre os dois países se intensificar, não se pode excluir a possibilidade de que escale até uma manifestação armada na jurisdição marítima (Rochedo de Socotra, zona econômica exclusiva, etc.)(BAEK, 2017, p.106). A relação entre a Coreia do Norte e a China não é apenas baseada na aliança de sangue, porém a China ainda considera a Coreia do Norte estrategicamente importante. Em outras palavras, no que diz respeito à questão nuclear norte-coreana, a China não aprova o próprio desenvolvimento nuclear da Coreia

do Norte, mas acredita que possui certa vantagem estratégica que pode reduzir a influência dos Estados Unidos na região. Uma vez que as negociações com os Estados Unidos forem bem-sucedidas, tanto a aliança entre a Coreia do Sul e os EUA quanto a presença norte-americana na Península Coreana podem ser enfraquecidas. Portanto, a China se aproveita deliberadamente da Coreia do Norte para fortalecer sua influência na região e considera-se que o nível de pressão chinesa sobre a Coreia do Norte seja relativamente baixo.

### 3.2.3 Japão

O Japão persiste na posição de manter o princípio de 'exclusivamente defensivo' com base em sua constituição pacífica, porém defendendo a 'contribuição proativa para a paz baseada no princípio de cooperação internacional'. Em nome da realização da segurança e da paz, da estabilidade e da prosperidade do Japão na comunidade internacional, o país vem buscando uma transição para uma política de defesa mais ativa do que antes. Além disso, refletindo as mudanças no ambiente de segurança, como a questão nuclear e os mísseis da Coreia do Norte, assim como o reforço militar da China, o conceito de “Força de Defesa Conjunta Dinâmica” vem se transformando no conceito de “Defesa Multi-Domínio” desde 2018 (REPUBLIC OF KOREA, 2018, p.11-12).

O Japão está fornecendo indícios de que intervirá ativamente nas questões de segurança do Leste Asiático em cooperação com os Estados Unidos, abandonando sua tradicional defesa passiva do território. Desde a inauguração do 2º Gabinete de Abe, em 2012, vem-se justificado o exercício do direito de legítima defesa coletiva visando ao restabelecimento no Japão em um Estado Normal, através da legalização da posse de poderio militar e do aprimoramento das leis e sistemas relacionados à segurança. Em particular, há uma tendência de reforçar a cooperação internacional com a aliança EUA-Japão, a fim de controlar a expansão da influência da China e melhorar o status diplomático e de segurança correspondente à força nacional. Após a inauguração do 2º Gabinete Abe, o Japão anunciou novas políticas de segurança, como a Estratégia de Segurança Nacional, as Diretrizes do Programa de Defesa Nacional e o Programa de Defesa de Médio Prazo. De acordo com essas medidas, a aceleração do avanço marítimo da China e o desenvolvimento de mísseis nucleares e balísticos da Coreia do Norte são definidos como uma ameaça à comunidade internacional e o maior fator de instabilidade na segurança do Nordeste da Ásia e, para dissuadi-la, justifica-se o aumento da capacidade de defesa independente do Japão e a aliança EUA-Japão. O Japão desviou-se do princípio da defesa exclusiva, o que significa não

estar dotado de capacidade ofensiva e se dedicar apenas à defesa, tornando-se um Estado Normal como fato consumado no sentido militar (PARK, 2019, p.2-3).

Do ponto de vista militar, o Japão está expandindo o papel das *Japan Self-Defense Forces* (JSDF), ao revisar a interpretação constitucional do exercício dos direitos de autodefesa coletiva em julho de 2014, de acordo com a causa do pacifismo ativo. Além disso, por meio da revisão das Diretrizes para Cooperação em Defesa EUA-Japão, em abril de 2015, e da manutenção da Legislação para Paz e Segurança, em setembro, no caso extremo de alguma ameaça contra a existência do país, mesmo que não haja ataque armado direto, o direito à autodefesa coletiva prevê o emprego das forças armadas. Em particular, caso seja considerada uma situação que tenha um impacto decisivo para o país, o apoio de retaguarda, como reabastecimento e suporte de munição, é possível sem restrições geográficas, não apenas para os militares dos EUA, mas também para os militares de outros países. De semelhante modo, a missão e o escopo de atividades da JSDF foram expandidos, aplicando-se ao resgate de cidadãos japoneses no exterior e à proteção das forças dos EUA e estrangeiras atuando em cooperação com as Forças de Autodefesa, garantindo a segurança e adicionando missões patrulha e guarda da parte das Operações de Manutenção da Paz (PKO, sigla em inglês).

No final de 2018, com o ambiente de segurança sofrendo alterações, como a questão nuclear e os mísseis da Coreia do Norte e o reforço militar da China, os conceitos “Força de Defesa Conjunta Dinâmica” e “Força de Defesa Multidomínio” passaram a ser refletidos sobre o conceito já existente. Na base de suporte dessa iniciativa, as Diretrizes do Programa de Defesa Nacional e o Programa de Defesa de Médio Prazo foram revisados, e os gastos com defesa em 2018 aumentaram 1,3% em relação ao ano anterior, somando aproximadamente 5.298,6 bilhões de ienes. A *Japan Ground Self Defense Force* (JGSDF) busca garantir alta mobilidade e capacidade de vigilância para responder imediatamente a diversas situações em suas ilhas. Para tanto, em abril de 2018, o *Ground Central Command* (GCC) foi estabelecido para operar de forma rápida e flexível os militares e a brigada, e uma unidade de observação da costa foi instalada nas ilhas próximas à Ilha *Senkaku* (chamada pelos chineses de *Diaoyudao*). Na ocasião, também foi criada a *Amphibious Rapid Deployment Brigade* (ARDB), responsável pelas operações anfíbias. A fim de responder imediatamente a eventos emergenciais em suas ilhas no futuro, algumas divisões e brigadas devem ser reorganizadas em divisão móvel ou em brigadas.

A *Japan Maritime Self-Defense Force* (JMSDF) está promovendo um reforço e uma melhoria das capacidades de resposta da Força de Escolta da Frota, da Força Submarina da Frota e do Corpo de Frota para garantir a defesa da área marítima circunvizinha e a segurança das rotas de tráfego marítimo. A *Japan Air Self Defense Force* (JASDF) mantém o Controle de Aeronaves

e a Ala de Alerta para constante alerta e monitoramento do espaço aéreo japonês. A fim de fortalecer a postura de defesa na região sudoeste, o *Airborne Early Warning Surveillance Group* foi estabelecido em Okinawa em abril de 2014 e, em janeiro de 2016, caças F-15 vieram para incrementar a frota. Em 2023, novos caças (total de 42 unidades do F-35A), novas sirenes de alerta, drones aerotransportados, novos aviões-tanque e aeronaves de transporte deverão ser totalmente implantados.

Para se preparar para a guerra cibernética, o *Grupo de Defesa Cibernética* (CDG) e o *Command Control Communication Computers Systems Command* (C4SC) foram estabelecidos em março de 2014, integrando as funções de guerra cibernética do Exército, da Marinha e das Forças de Autodefesa Aérea, aumentando o número de unidades para melhorar o desempenho da missão e, a longo prazo, as duas tropas deverão ser combinadas para que, em 2020, seja estabelecido o *Space and Cyber Defense Command*. Além disso, até 2022, o Japão planeja estabelecer um sistema para monitorar satélites e estabelecer uma unidade especializada para monitorar o espaço. Além desses aprimoramentos da máquina de guerra, a organização militar foi reorganizada para que as forças de autodefesa marítima e aérea pudessem ser comandadas de forma integrada, criando separadamente um ‘Comando Integrado’ para que o *Joint Staff Office* (JSO) pudesse reduzir sua fragilidade em concentrar-se na operação de tropas em caso de vários incidentes, assim como prestar assistência ao Primeiro Ministro (REPUBLIC OF KOREA, 2018, p.15-16)

Em termos de suas características, a priori, a autodefesa do Japão vem aumentando notavelmente desde 2012, e os limites das áreas de atividade da força de autodefesa praticamente desapareceram. Em particular, as restrições geográficas à cooperação de defesa entre os EUA e o Japão desapareceram. Em termos das esferas de atuação, além das áreas de cooperação estratégica existentes entre os EUA e o Japão, como terrestre, marítima e aérea, o escopo da cooperação se expandiu para as áreas espacial e cibernética. Em terceiro lugar, sob a visão de um Indo-Pacífico livre e aberto, o escopo da parceria de cooperação de segurança do Japão está se expandindo globalmente, e a prioridade da cooperação de segurança com a Coreia do Sul vem relativamente sofrendo diminuição. Em quarto lugar, ao passo que a política de segurança do Japão enxerga o fortalecimento do poder militar da China como uma ameaça, seus mecanismos de freio e controle estão se tornando mais evidentes, ao mesmo tempo em que Japão promove o reforço da cooperação de defesa com a China, como, por exemplo, com a promoção do diálogo sobre segurança (PARK, 2019, p.19).

À medida que as ameaças nucleares e de mísseis norte-coreanos se tornam mais visíveis e avançadas, emerge a necessidade de cooperação entre a Coreia do Sul e o Japão, e o regime de

Abe está trabalhando ativamente para estabelecer uma relação de cooperação de segurança entre a Coreia do Sul e o Japão. No entanto, devido às diferenças de consciência histórica entre a Coreia e o Japão, a cooperação prática é limitada e as questões de sentimento nacional têm uma influência maior nas decisões políticas do que a cooperação para lidar com as ameaças à segurança. Em particular, o anúncio da decisão da rescisão do Acordo de Segurança Geral de Informações Militares (GSOMIA: *The General Security of Military Information Agreement*) em agosto de 2019 ilustra bem esse exemplo. Concomitantemente, espera-se que as disputas marítimas entre a Coreia do Sul e o Japão se intensifiquem, dada a probabilidade nula do Japão desistir de reclamar direitos territoriais marítimos e jurisdição sob a Ilha *Dok-do* e a *JDZ (South Korea-Japan Joint Development Zone)* (BAEK, 2017, p.107). Todavia, a Península Coreana nunca é excluída da percepção do Japão sobre o ambiente de segurança e, em particular, as questões nucleares e os mísseis norte-coreanos são considerados como ameaças diretas à segurança do Japão, e fortes sanções e pressões devem continuar até que a Coreia do Norte alcance a desnuclearização completa, uma questão tida pelo Japão como um problema pendente a resolver.

#### 3.2.4 Rússia

No caso da Rússia, estima-se que o país persiga uma política externa mais ativa e resoluta na arena internacional, como no palco do Nordeste Asiático, Europa e Oriente Médio, para efetivar a “Ressurreição da Grande Potência Rússia”. Não apenas a fim de superar as sanções econômicas internacionais em protesto contra a anexação da Península da Crimeia, como também para desenvolver a região do Extremo Oriente, a *New Eastern Policy (NEP)* vem sido promovida ativamente, enquanto, aparentemente, a influência militar russa em estreita colaboração com a China deverá se ampliar na região da Ásia-Pacífico (REPUBLIC OF KOREA, 2018, p.12).

Após a crise ucraniana, a Rússia em geral reconheceu as crescentes ameaças à sua soberania, especialmente ameaças militares, do exterior e, com base nisso, sua doutrina militar foi revisada em 26 de dezembro de 2014. A nova doutrina militar reflete as concepções sobre as guerras modernas e contém o princípio do uso do poder militar como uma diretriz para o planejamento estratégico nacional e para a estratégia militar para a defesa nacional. Em particular, aponta para as ações militares ocidentais que quebram o equilíbrio de poder sob a ordem internacional existente, como o movimento da OTAN para o leste e a expansão do sistema de Defesa de Mísseis dos EUA como grandes ameaças militares à Rússia. Em relação a essas ameaças, a doutrina militar também enfatiza o chamado “conceito de dissuasão não nuclear”,

enfatizando o reforço do alerta por meio do poder militar geral, incluindo a dissuasão dependente de armas nucleares. A Estratégia de Segurança Nacional, revisada e anunciada em 31 de dezembro de 2015, da mesma forma considera a estratégia agressiva de segurança dos EUA, a expansão da defesa antimísseis, a expansão da OTAN, a guerra cibernética e de inteligência e as forças armadas islâmicas como suas maiores ameaças à segurança militar.

Sob a égide dessa estratégia de segurança nacional, a Rússia anunciou o “Programa Nacional de Armamento 2018-2027 (*Russia's State Armament Program 2027*)”, o qual se encontra em andamento, e Putin continua a aumentar os gastos com defesa e a promover a modernização militar, fortalecendo o sistema de dissuasão nuclear, expandindo o treinamento de simulação de guerra real e enfatizando a importância da introdução e implantação de ativos estratégicos avançados. Além disso, a Rússia avaliou recentemente que a política internacional e a ordem econômica estão mudando seu centro do Ocidente para a região da Ásia-Pacífico, e promove sua ressurreição como um ator estratégico regional enquanto busca mudanças com uma política orientada para o Leste Asiático com foco em afirmar a posição da Rússia na região.

Putin, que está encarregado de seu quarto mandato, expressou sua determinação em responder ativamente ao *America First* de Trump e em manter um cenário competitivo estratégico e militar entre os dois países nas principais questões internacionais. Em particular, Putin declarou publicamente sua forte disposição de responder à visão de Trump da Rússia como um grande rival e ameaça na Estratégia de Segurança Nacional. Um exemplo ilustrativo é o conflito entre a Rússia, os Estados Unidos e o Ocidente que ainda está em curso devido à crise na Síria e às sanções econômicas. O rublo despencou no início de 2018 devido a sanções econômicas adicionais contra a anexação da Península da Crimeia pela Rússia e seu apoio ao governo sírio. Enquanto Trump alertava no *Twitter* que haveria um “*big price to pay*”, a resolução do Conselho de Segurança da ONU contra a Síria busca colocar pressão econômica sobre o governo sírio, porém a Rússia tem exercido poder de veto. Após os ataques aéreos dos EUA e do Ocidente contra as instalações de armas químicas da Síria, o conflito entre os EUA e a Rússia tem se intensificado (YOON, 2018, p.95).

Do ponto de vista militar, a Rússia tem se esforçado para construir uma força de defesa nacional capaz de responder ativamente às ameaças internas e externas por meio de reformas drásticas de defesa, como a reorganização da estrutura e da organização militar, o aumento dos salários dos soldados e a melhoria do ambiente de habitação militar. Em particular, como resultado do aumento de sua máquina de guerra, até 2017, 59% dos equipamentos de combate foram modernizados e a dissuasão nuclear foi reforçada pela criação e expansão de unidades (*Strategic Missile Forces* ou *Strategic Rocket Force*) operando mísseis balísticos intercontinentais (ICBM)

*Yars*. A partir de 2018, houve o investimento de aproximadamente US\$ 34 bilhões para modernizar o sistema de armas nos oito anos seguintes.

O país vem respondendo ainda ativamente às ameaças existentes por setor, realizando treinamento especializado para cada distrito militar em uma ampla variedade de ambientes operacionais. O Exército está aprimorando o desempenho das operações combinadas por meio de treinamento de simulação em cada distrito militar. O Distrito Militar Ocidental conduziu o exercício *Zapad-2017* para se preparar para ameaças da OTAN nas regiões fronteiriças, com a participação de um míssil balístico intercontinental (ICBM) e de mais de 13.000 soldados. Estiveram presentes importantes sistemas de armas estratégicas, como o 'RS-28 *Sarmat*' e o último tanque 'T-14 *Armata*'. A Marinha construiu três submarinos nucleares estratégicos da classe *Borei* (SSBN) em 2018 para fortalecer a dissuasão nuclear. Em particular, a Marinha russa vem fortalecendo suas capacidades de resposta militar em um cenário competitivo e estratégico na região, melhorando suas capacidades operacionais marítimas combinadas por meio de exercícios combinados regulares com a China no ano de 2017. As Forças Aeroespaciais estão desenvolvendo um caça multifuncional (MIG-35) e um caça *stealth* (Su-57), com o objetivo de se efetivarem em 2018. Também, há o bombardeiro pesado estratégico supersônico (TU-160) para o qual se espera contribuir na dissuasão nuclear por meio de projetos de melhoria de desempenho. As Forças de Mísseis Estratégicos obtiveram sucesso no lançamento *de facto* do míssil balístico intercontinental Topol-M em 2017, e armaram três unidades do míssil balístico intercontinental *Yars* (Rocket Troop).

Enquanto isso, o Distrito Militar Oriental estabeleceu uma divisão estratégica de bombardeiros com o TU-95 e o TU-22 como foco principal em 2017 e promoveu treinamento de mobilização de aeronaves em grande escala, treinamento de pouso de forças especiais e treinamento de contraterrorismo no Extremo Oriente. Em particular, a Frota do Pacífico da Rússia substituiu o batalhão de defesa aérea S-300 existente pelo batalhão de defesa aérea S-400, para fortalecer as forças de defesa aérea. Espera-se que Putin mantenha a política externa e a estratégia militar existentes em seu quarto período no poder, e deve, ainda, expandir sua influência militar na região da Ásia-Pacífico, enquanto desenvolve a região atrasada do Extremo Oriente por meio da promoção da nova política oriental (REPUBLIC OF KOREA, 2018, p.16-17).

A Rússia está defendendo uma solução pacífica para o problema da Península Coreana. Embora não haja um confronto direto entre a Coreia do Sul e a Rússia, pode-se ver que o confronto foi formado como consequência da aliança Coreia do Sul-EUA. Conforme mencionado anteriormente, a Rússia é reticente com a aliança com os EUA e com o sistema de Mísseis de Defesa em termos da segurança na região do Extremo Oriente. Geralmente, a Rússia mantém uma

postura ativa e severa em questões de segurança no Nordeste da Ásia, como em sua declaração de que atacará a base do *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD), implantada na Península Coreana, num caso de emergência. Embora a cooperação esteja sendo buscada no campo econômico, espera-se que o relacionamento entre a Coreia do Sul e a Rússia seja levado adiante com os campos de segurança e economia separados (BAEK, 2017, p.107) .

Em relação à Coreia do Norte, uma cúpula entre Putin e Kim Jong-un foi realizada em abril de 2019, com a Rússia mostrando uma reação muito positiva à declaração de desnuclearização do Norte em 2018. Não houve acordos ou declarações em especial nessa cúpula, porém essa reunião tem um significado em si mesma, uma vez que ocorreu após a catastrófica cúpula de Hanói entre EUA-Coreia do Norte em fevereiro de 2019. Do ponto de vista russo, as negociações EUA-Coreia do Norte, que haviam sido extremamente lentas, proporcionaram uma boa oportunidade para fortalecer a posição e a influência da Rússia sobre o Nordeste Asiático e sobre a Península Coreana. Embora as negociações de desnuclearização da Coreia do Norte tenham sido conduzidas com foco na Coreia do Norte, nos Estados Unidos e na China, com a Rússia acabando sendo marginalizada da questão nuclear norte-coreana, através dessa oportunidade, a Rússia trouxe à tona a importância da retomada do Diálogo a Seis (*Six-Party Talks*), o que eleva o seu valor e prestígio na questão em debate.

### 3.2.5 Península Coreana

A Coreia do Norte, desde a sucessão do regime em 2011, tem se concentrado em atividades diplomáticas para escapar de sanções e isolamento causado pelo desenvolvimento de seu programa nuclear, juntamente com esforços para assegurar a liderança nas relações intercoreanas. De semelhante modo, vem infringindo contínuas provocações, como o desenvolvimento de armas de destruição em massa, incluindo mísseis nucleares e balísticos, aumento de armamento bélico convencional, provocações armadas em áreas fronteiriças, ciberataques e invasão do espaço aéreo sul-coreano por meio de pequenos UAVs. Apesar disso, desde o ano de 2018, com a declaração do objetivo de desnuclearização, a Coreia do Norte tem buscado estabelecer seu *status* perante a sociedade internacional, enfatizando a imagem da paz com o intuito de melhorar suas relações externas e as relações intercoreanas (REPUBLIC OF KOREA, 2018, p.18). No entanto, após o término sem negociação da cúpula EUA-Coreia do Norte em Hanói em 2019, a vontade de negociar a desnuclearização diminuiu e o país apresentou um comportamento reticente em fazer concessões, assim, no final de 2019, a Coreia do Norte concluiu

que seria difícil resolver sua diferença de posição com os Estados Unidos nas negociações de desnuclearização. De modo que declarou seu empenho total para neutralizar a pressão e a censura das forças inimigas e abrir um novo caminho para a construção da pátria socialista, constantemente agindo como uma ameaça na Península Coreana, no Nordeste da Ásia e no mundo.

Historicamente, a Coreia do Norte realizou até 3.040 provocações militares contra a Coreia do Sul na última metade do século. Mesmo levando em consideração a peculiaridade das relações intercoreanas, em que a dualidade de “confronto e cooperação” coexiste, a agressão militar, a infiltração e as provocações da Coreia do Norte contra o Sul trouxeram disfunções nas relações inter-coreanas. Embora a Coreia do Norte mostre externamente intenções de reconciliação e paz, na realidade ela mantém sua tática de que seu propósito deve ser alcançado por meio da guerra e da força. Em outras palavras, quando a Coreia do Norte enfrenta a questão da unificação e das relações intercoreanas, as provocações militares também são usadas (GIL, 2016, p.41).

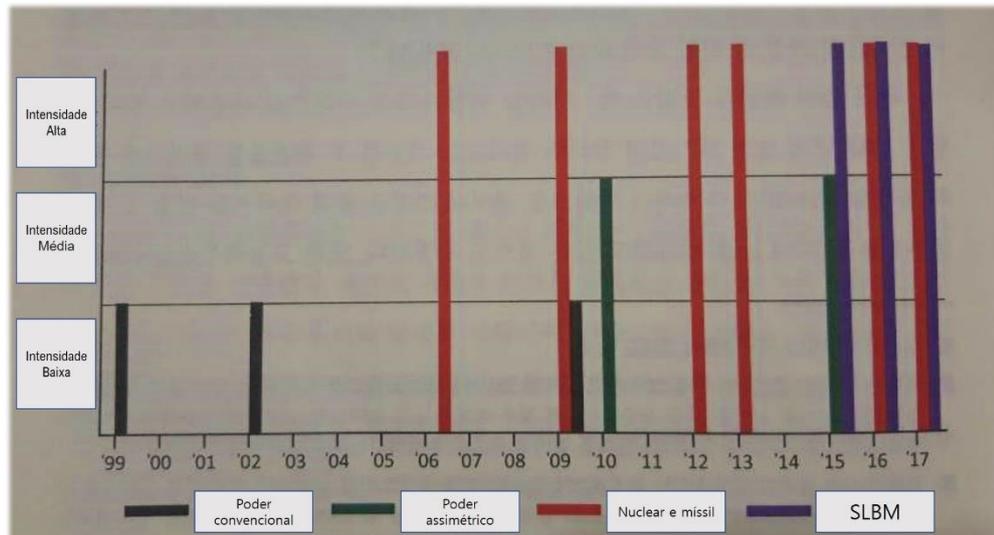
Além disso, as ameaças nucleares e de mísseis da Coreia do Norte são reconhecidas como uma ameaça às comunidades internacionais e regionais além da Península Coreana, e a posse de armas nucleares pela Coreia do Norte é considerada um fato. A Coreia do Norte reconhece que as capacidades nucleares e de mísseis devem ser asseguradas para a sobrevivência do regime e do sistema, e não seria exagero dizer que há pouca possibilidade de a Coreia do Norte desistir de suas armas nucleares. No processo de resolução das ameaças nucleares e de mísseis da Coreia do Norte, os países da região são forçados a seguir uma política em relação à Coreia do Norte que combina controles e cooperação centrados em si mesmos, a fim de formar uma estrutura favorável à sua. Com isso, a Península Coreana se tornou um espaço onde se concentra o poder dos países da região.

Do ponto de vista militar, a Coreia do Norte continua a aumentar seu poder militar de acordo com o princípio de “autodefesa em defesa” com base na “ideologia de autossuficiência”. Enquanto mantém as estratégias militares centradas em ataques de surpresa e guerra de guerrilha, várias estratégias e táticas estão sendo buscadas. Mesmo após a sucessão do regime, a Coreia do Norte tentou assumir a liderança por meio de ações militares em áreas de fronteira, como a Linha de Demarcação Militar (MDL, sigla em inglês) e a Linha Limite do Norte (NLL, sigla em inglês), melhorando seletivamente o desempenho das armas convencionais, bem como das tropas de forças especiais, de tropas cibernéticas e de outras forças assimétricas foram aprimoradas.

No caso do poder militar convencional, a Coreia do Norte basicamente tem muito mais quantidade do que a Coreia do Sul, mas é inferior em qualidade. A Coreia do Norte maximizou o efeito ofensivo por meio de provocações surpresa e, nos últimos anos, ao mesmo tempo em que aprimora continuamente as armas convencionais, está aumentando intensamente seu poder assimétrico, como artilharia de longo alcance, poder subaquático e veículos aéreos não tripulados.

De fato, no caso dos submarinos (barcos) norte-coreanos, a resposta imediata da Coreia do Sul foi limitada, pois a identificação da origem da provocação foi limitada e, no caso da artilharia de manga longa, causou enormes danos à Coreia do Sul devido ao seu poder destrutivo. A figura a seguir mostra o *status* atual das provocações da Coreia do Norte por ano e por poder:

Gráfico 1 - Status de provocação da Coreia do Norte por ano e poder



FONTE: BAEK (2017, p.208)

Como pode ser visto no gráfico, os meios de provocação da Coreia do Norte estão se tornando cada vez mais fortes, de poder convencional às ameaças nucleares e de mísseis. Pode-se analisar que isso ocorre porque a Coreia do Norte tem que realizar provocações mais fortes do que antes para manter seu regime e atingir seus objetivos políticos. Especialmente no caso de armas nucleares e mísseis, a Coreia do Norte continua garantindo a justificativa para sua posse, alegando que os testes nucleares e os lançamentos de mísseis são expressões do direito à autodefesa, bem como contramedidas reais contra ameaças nucleares e direitos legítimos de Estados soberanos. Além disso, a Coreia do Norte está usando posse de armas nucleares e mísseis para demonstrar as capacidades de seu sistema e garantir a superioridade militar por meio da promoção de armas nucleares (BAEK. 2017 p.140). De acordo com o livro branco da Coreia do Sul, a Coreia do Norte garantiu o material nuclear por meio do reprocessamento de barras de combustível residuais após operar o reator 5MWe na instalação nuclear de *Yong-byon* na década de 1980. Desde então, de outubro de 2006 a setembro de 2017, foram realizados um total de seis testes nucleares. Estima-se que a Coreia do Norte possua cerca de 50 kg de plutônio, que pode fazer armas nucleares por meio de vários reprocessamentos de varetas de combustível residuais, e também se estima que tenha uma quantidade significativa de urânio altamente enriquecido (HEU, sigla em inglês). Além disso,

foi analisado que a capacidade de miniaturizar armas nucleares atingiu um nível considerável (REPUBLIC OF KOREA, 2018, p.25). A Coreia do Norte continua a desenvolver mísseis balísticos como meio de transporte de ogivas nucleares e está aumentando sua ameaça, diversificando seus meios. Assim, nos países vizinhos da Coreia do Sul, incluindo a Coreia do Norte, esforços ferozes ainda estão em andamento entre as potências para obter superioridade militar. Os Estados Unidos, a China e a Rússia já estão investindo pesadamente para se prepararem para a próxima geração de guerra com mísseis, e a corrida armamentista já começou. O Japão também está participando da corrida armamentista revisando várias leis relacionadas à segurança e investindo em áreas de segurança com o objetivo de se tornar um Estado normal. No caso da Coreia do Norte, já está tentando restaurar a cooperação com a China e a Rússia e solidificar seu *status* de potência nuclear de fato. Dada a tendência atual, existe uma grande possibilidade de ninguém se retirar desta corrida armamentista e, como resultado, é provável que a corrida armamentista volte a ocorrer no Nordeste da Ásia.

Neste momento, espera-se que os Estados regionais se movam em seu próprio benefício. No caso da Coreia do Sul, em vez de alcançar a cooperação multilateral no Nordeste da Ásia, uma economia pacífica ou a unificação entre as duas Coreias, é preciso ter cuidado com as respostas às pressões dos países vizinhos e da rota independente da Coreia do Norte (CHOI; SHIN; KANG, 2019, p.13-14). Do ponto de vista militar, a Coreia do Sul está em uma situação em que não pode suprimir completamente nenhuma ameaça única em preparação para todas as provocações norte-coreanas e as ameaças militares de países vizinhos. Se a Coreia do Sul se concentrar exclusivamente nas ameaças nucleares e de mísseis da Coreia do Norte, sua capacidade de deter provocações da Coreia do Norte e de países vizinhos por outros meios inevitavelmente enfraquecerá. Portanto, em resposta a várias ameaças, a Coreia do Sul deve se concentrar em retaliar e rejeitar ataques inimigos, desenvolvendo um conceito de dissuasão. Para responder a essas ameaças, a Coreia do Sul está aplicando uma 'estratégia de dissuasão customizada'.

A estratégia de dissuasão customizada é uma estratégia conjunta de dissuasão e resposta otimizada para a situação na Península Coreana, levando em consideração as características da liderança norte-coreana e as ameaças nucleares e de mísseis. É uma estratégia de dissuasão e resposta que está um passo além do conceito geral de dissuasão estendida fornecido pelos Estados Unidos. A estratégia de dissuasão customizada inclui contramedidas militares e não militares que podem ser implementadas em todas as situações de crise, desde o estágio em que a Coreia do Norte ameaça usar armas nucleares diretamente. A estratégia de dissuasão customizada é significativa porque pode maximizar o efeito de dissuasão e resposta às ameaças nucleares e de mísseis norte-coreanos, construindo uma base para uma resposta conjunta, aproveitando ao máximo os

métodos e ferramentas de dissuasão possuídos pela Coreia do Sul e pelos Estados Unidos (REPUBLIC OF KOREA, 2018, p.51).

Como tal, a Coreia do Sul tem que continuar a fortalecer sua capacidade e postura para responder às várias ameaças da Coreia do Norte e dos países vizinhos. Em particular, a Coreia do Sul deve desenvolver e garantir sua própria capacidade de dissuasão e resposta.

### **3.3 Ambiente de segurança da América do Sul**

A América do Sul está cada vez mais se desenvolvendo como dois subcomplexos com tendências contraditórias. O Cone Sul está no que é considerado localmente como uma rota de integração bastante robusta e irreversível. Com a aproximação argentino-brasileira firmemente estabelecida e todas as questões de fronteira resolvidas, a sub-região está além de um regime de segurança, aproximando-se de uma comunidade de segurança. Ele está na zona cinza entre os dois tipos de CRS, normal e centrado. Já na parte norte (andina) do continente, a segurança está cada vez mais estruturada pela questão das drogas, envolvimento dos Estados Unidos e instabilidade doméstica que mantém vivos os conflitos de fronteira naquela parte (BUZAN; WÆVER, 2003, p.337).

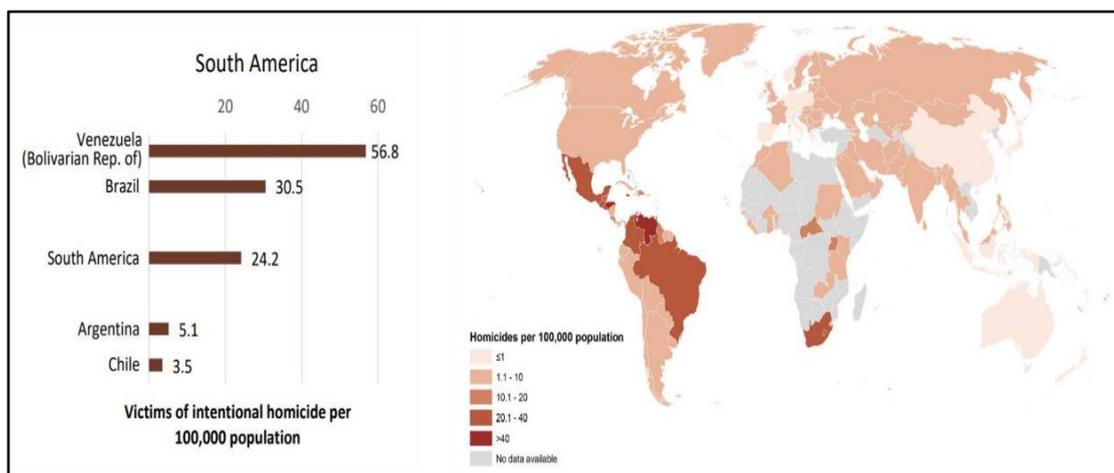
Em debates sobre segurança internacional, a América Latina geralmente não aparece como uma "região problemática" e, portanto, não figura com destaque na agenda global. Particularmente, um foco exclusivo na segurança tradicional, que é a guerra interestadual, muitas vezes levou especialistas e formuladores de políticas a acreditar que a América Latina é uma "zona de paz". Apenas dois conflitos militarizados transformaram-se em guerra durante a segunda metade do século XX: a chamada Guerra do Futebol entre El Salvador e Honduras em 1969 e o confronto entre Equador e Peru em 1995. Além disso, a Argentina iniciou a guerra das Malvinas com a Grande Grã-Bretanha em 1982. De acordo com o conjunto de dados de conflito armado UCDP/PRIIO, apenas a Europa teve um número menor de conflitos interestaduais durante o período de 1946 a 2014. No entanto, as preocupações tradicionais de segurança interestadual não são obsoletas, já que a região continua a exibir numerosos latentes ou disputas e rivalidades em pequena escala alimentadas por ideologia, hegemonia, território, recursos e migração. Ao mesmo tempo, os países são afetados por ameaças generalizadas à vida das pessoas (MARES; KACOWICZ, 2016, p. 2).

O fim da Guerra Fria foi um ponto de ruptura. O autoritarismo foi substituído por regimes democráticos e o “mal da inflação” foi exorcizado. O fim dos regimes militares na década de 1980

possibilitou processos de reaproximação e marcou uma nova tendência de democratização e estabilidade econômica. Os Estados Unidos também tiveram que reformular sua postura em relação à região no pós-Guerra Fria e estabelecer novas relações de poder com seus vizinhos do sul. Este novo contexto trouxe uma metamorfose na segurança. Gradualmente, o foco se expandiu das preocupações tradicionais de segurança - com ênfase na capacidade do Estado de deter ou derrotar um ataque - para incluir também a segurança humana. A criminalidade urbana, o tráfico de drogas ou a degradação ambiental passaram a ser vistos e estudados como grandes ameaças (RODRIGO, 2014, p.1).

De acordo com o estudo global sobre homicídio do UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime), a característica mais marcante das tendências regionais de homicídio é a taxa persistentemente alta nas Américas, embora a tendência geral estável mascare os desenvolvimentos dinâmicos no nível sub-regional. A América do Sul experimentou originalmente um forte aumento em sua já elevada taxa sub-regional, seguido por uma queda que durou até 2010 e foi seguida por outro aumento de 2011 em diante (UNODC, 2017, p.26). A figura a seguir compara as taxas de homicídios de países da América do Sul e países do mundo:

Figura 5 - Taxa global de homicídios no mundo e países com taxas de homicídio mais altas e mais baixas na América do Sul, 2017



FONTE: UNODC (2017, p.17-18)

Conforme mostrado na figura acima, em comparação com outros países em desenvolvimento, a América Latina enfrenta problemas agudos com relação à violência. Excluindo todas as sub-regiões da África, para as quais não há dados completos disponíveis, a América Central e a América do Sul, com 25,9 e 24,2 por 100.000 habitantes, respectivamente,

foram as sub-regiões com as maiores taxas médias de homicídio em 2017 (UNODC, 2017, p.16). Em outras palavras, os países da América do Sul geralmente apresentam taxas de homicídio mais altas do que países de outros continentes. Por isso, a segurança pública é considerada o problema mais importante da região. O tráfico de drogas, o crime organizado e o legado de guerras civis e violência política são os principais fatores por trás do aumento dos níveis de criminalidade na região.

Com base nesses fatos e antecedentes históricos, David R. Mares e Arie M. Kacowicz descrevem as características de segurança da América do Sul. No livro “*Routledge Handbook of Latin America*”, defendem que a América do Sul depara-se com uma agenda de segurança regional com características regionais, bem como com uma agenda de segurança global voltada para outras regiões e países, e observa-se que existem três padrões de segurança na região.

O primeiro é o latino-americanismo vs. o pan-americanismo e o prisma das relações EUA-América Latina. Como tema básico na formação e evolução da América Latina como sociedade internacional regional, as aspirações supranacionais de unidade regional foram desenvolvidas por dois pan-americanismos que se sobrepõem. O bolivarianismo se expressou nos congressos latino-americanos do século 19, nos esforços regionais para resolver as guerras civis centro-americanas na década de 1980 pelos grupos Contadora e Río e nos atuais esquemas de integração econômica, política e de segurança em toda a região, do MERCOSUL à UNASUL e à CELAC. Por outro lado, o pan-americanismo se refletiu em uma série de conferências interamericanas realizadas desde 1889, nos trabalhos do Tratado do Rio desde 1947 e da OEA desde 1948, bem como em numerosas instituições interamericanas, incluindo as recentes Cúpulas Presidenciais das Américas desde 1994. O pan-americanismo e o latino-americanismo representam, então, os dois eixos nos quais as discussões sobre segurança se articularam historicamente na região. Por exemplo, pode-se argumentar que o sistema de segurança interamericano contemporâneo é o resultado das políticas de segurança frequentemente contraditórias empreendidas pela hegemonia hemisférica (os Estados Unidos) em contraposição às dos governos dos países da América Latina e do Caribe, a fim de garantir sua segurança nacional e, ao mesmo tempo, reforçar a segurança coletiva das Américas.

O segundo são os padrões de segurança tradicional: guerra, paz e conflito. Os temas clássicos dos estudos estratégicos, particularmente a discussão da defesa e estratégia nacional com base em avaliações das capacidades do Estado e ameaças à integridade territorial, constituem a maioria das teorias, ideias e ideologias presentes em publicações e debates públicos na região a respeito de segurança regional. A peculiar realidade da região (uma longa paz internacional, mas violenta e elusiva) tem se refletido na proliferação de conflitos territoriais e disputas militarizadas

interestaduais (MARES; KACOWICZ, 2016, p. 24-25). Embora as perspectivas de uma grande guerra entre os países latino-americanos sejam distantes, permanecem algumas tensões em relação a disputas não resolvidas. Exemplos de disputas fronteiriças e territoriais salientes na região incluem Argentina e Reino Unido (Ilhas Malvinas) ou Colômbia e Nicarágua (setores de exploração de petróleo *offshore* em águas caribenhas disputadas). Embora alguns desses conflitos estejam adormecidos ou latentes e, eventualmente, possam escalar para além da mera tensão, não há evidências de uma grave crise interestatal ou guerra emergente no futuro próximo (DOMÍNGUEZ, 2017, p.62-63). Além disso, na América do Sul, há um agrupamento de sua agenda de segurança que consiste em conflitos territoriais de longa data e disputas de fronteira - "ameaças tradicionais". Os territórios e fronteiras em disputa têm sido objeto de crises diplomáticas, ou mesmo se transformado em arenas de operações militares dentro das guerras ocorridas na região. Apesar do argumento otimista sobre o surgimento de uma comunidade de segurança pluralista e incipiente no Cone Sul da América do Sul, ainda existem crenças ortodoxas na América do Sul sobre o objeto primário da segurança; a saber, a sobrevivência do estado-nação (e/ou do regime dominante) a um ataque externo ou a uma subversão interna. Em ambos os casos, a ameaça e o uso da força para dissuadir e defender-se dos chamados inimigos do Estado continuam sendo o principal meio de busca e manutenção da segurança para enfrentar essas ameaças tradicionais publicadas pelos países sul-americanos (MARES; KACOWICZ, 2016, p. 24-25).

O terceiro são os padrões de segurança não tradicional. Como em outras partes do mundo, os termos do debate sobre segurança na América Latina mudaram dramaticamente nos últimos 25 anos. Desde o fim da Guerra Fria, os países (e povos) da região enfrentam novos tipos de desafios de segurança e têm sido duramente pressionados para enfrentá-los com eficácia, tornando as questões tradicionais de guerra e paz irrelevantes para lidar com os interesses domésticos (internacionais e domésticos) e os problemas de segurança nacional e internacional. Assim, ao ampliar o conceito de segurança, podemos incluir questões como aumento do desemprego, desigualdade e pobreza; marginalidade de muitos setores da população; violações recorrentes de direitos humanos; degradação ambiental; ameaças ao desenvolvimento democrático e ao bem-estar econômico; e estabilidade política e econômica. O conceito expandido de segurança permite enfocar as chamadas novas ameaças e riscos à segurança que surgem com a intensificação dos processos de globalização. Essas ameaças transcendem as fronteiras dos Estados e frequentemente derivam de atores não estatais. (MARES; KACOWICZ, 2016, p.25-26).

Atualmente, a agenda de segurança da região exige a gestão simultânea de crises internas, conflitos interestatais e ameaças transnacionais. Embora localizados em diferentes níveis de

análise - nacional ou intra-estadual, regional (internacional) ou interestadual e transnacional - os três grupos de conflito são frequentemente inter-relacionados e tendem a se sobreporem nas áreas de fronteira da região. Além disso, nas últimas duas décadas tem havido uma tentativa de construir estruturas regionais para fazer frente a essas ameaças, embora nem sempre de forma eficaz (MARES; KACOWICZ, 2016, p. 26). Nesse contexto, as organizações sub-regionais têm se tornado cada vez mais importantes na definição de políticas de segurança. No entanto, suas agendas são diferentes e dependem do que são percebidas como as ameaças mais importantes à segurança. Geralmente, os países do Cone Sul se concentram na perspectiva de segurança cooperativa, mas algumas tensões ainda persistem, considerando que o Norte Andino, como região de cultivo de drogas, está mais interessado no combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e questões associadas. Quanto à percepção das questões de segurança e as formas de enfrentá-las, há diferenças entre o Cone Sul e o Norte Andino.

### 3.3.1 Norte Andino

A Cordilheira dos Andes se estende ao longo da costa oeste da América do Sul e é formada por 7 países, incluindo Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Argentina e Chile. Geopoliticamente, o Norte Andino se refere a cinco países, exceto Argentina e Chile, e eles formam o Norte Andino, o complexo de segurança da sub-região da América do Sul.

Os países da região têm dificuldades políticas, econômicas e militares e são avaliados por sua falta de capacidade de resolver problemas de segurança por conta própria. Instabilidade política, estagnação econômica, crescente desigualdade social, conflitos ideológicos e étnicos, divisões sociais, todos os problemas que caracterizam os países em desenvolvimento existem na região. Apesar das expectativas de democracia e prosperidade econômica nos países após a independência colonial e a Guerra Fria, isso ainda não se concretizou. Os conflitos violentos que surgem dentro do Estado devido à falta de controle do próprio Estado, bem como as atividades de organizações criminosas vinculadas ao tráfico de drogas e armas, são ameaças representativas à segurança na região. Essas ameaças são atores não estatais na segurança e, ao mesmo tempo, têm um caráter transnacional que ultrapassa fronteiras.

Outra característica é a intervenção dos Estados Unidos, força externa. Considerando seus interesses e segurança nacionais, os Estados Unidos intervieram diretamente na região por um mercado liberal, proteção dos direitos humanos e integração democrática sob o nome de “guerra às drogas” na região. As políticas representativas dos EUA na região são o Plano Colômbia e a Iniciativa Andina de Combate às Drogas.

Desde o governo Reagan, a visão básica da guerra às drogas por governos sucessivos é uma forma realista de pensar com essa característica. Deste ponto de vista, o sistema internacional está em um estado desordenado, então o estado deve assumir sua própria estratégia de autoajuda para defender seus interesses nacionais. Os Estados Unidos viram um novo inimigo surgido no Hemisfério Ocidental após o pós-Guerra Fria, como um substituto para o comunismo como droga. O governo Reagan dos Estados Unidos logo classificou a guerra contra as drogas como um conflito de baixa intensidade e incluiu as organizações de comércio de drogas como alvos. Essa característica da política de drogas dos Estados Unidos era apenas para conter o influxo de drogas com base na força e no poder militar no setor de abastecimento e não no lado da demanda. Portanto, o complicado problema das drogas foi formulado apenas como uma ameaça externa no nível da segurança nacional.

À medida que a lógica da Guerra contra o Terror se espalhou após o 11 de setembro, a lógica do narcoterrorismo substituiu a lógica da guerra contra as drogas no Hemisfério Ocidental. Isso se transformou no significado de antinarcóticos como contrainsurgência ou contraterrorismo (LEE, 2005, p.167). Do ponto de vista do narcoterrorismo, os grupos guerrilheiros FARC e ENL foram classificados pelos EUA como organizações terroristas que prejudicam a estabilidade local. A eficácia da lógica da guerra às drogas e do terrorismo às drogas nos Estados Unidos ainda é questionada porque a plantação de coca não diminuiu e apenas intensificou a guerra civil colombiana, embora os Estados Unidos tenham investido enorme ajuda militar e considerável força de trabalho desde o Plano Colômbia (LEE, 2005, p.165).

Assim, a crise multifacetada na região e o efeito cascata da crise colombiana ameaçaram a estabilidade regional, a democracia e as perspectivas econômicas. Para resolver isso, uma abordagem cooperativa entre os países da região para as ameaças à segurança foi tentada. Os líderes procuraram coordenar as políticas econômicas, desenvolver métodos de gestão cooperativa de fronteiras e abordar o problema das drogas da perspectiva dos países locais, não do ponto de vista dos Estados Unidos.

Em meio a essa confusão, os governos de esquerda na América Latina, liderados por Hugo Chávez, da Venezuela, se opuseram ao regionalismo aberto e defenderam uma forma fechada de regionalismo. Ao invés de buscar o mercado global, eles buscaram a soberania e o desenvolvimento equilibrado da América Latina. Na mesma linha, enfatizaram a dimensão social da integração regional e deram grande atenção à pobreza e à insatisfação. Em particular, a ALBA, uma comunidade regional oficialmente lançada pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez e pelo cubano Fidel Castro em 2004, baseia-se na cooperação entre os Estados membros e no multipolarismo contra a hegemonia dos Estados Unidos, utilizando o dinheiro do petróleo da

Venezuela como principal recurso e buscando a construção de uma nova ordem internacional. No entanto, essa tentativa de cooperação regional também não conseguiu resolver o problema fundamentalmente. O ex-presidente Chávez impôs uma política socialista e uma política populista ao mesmo tempo em que nacionalizava à força as empresas de petróleo, mas as finanças do governo foram destruídas pela queda dos preços do produto. Nos últimos anos, os venezuelanos escaparam da fome e fugiram para o exterior, especialmente na Colômbia, com o maior número de refugiados (LIM, 2015, p.5-6).

Os efeitos da crise econômica e política na Venezuela continuam a ocupar a atenção dos governos regionais e de suas forças de segurança. O Brasil e a Colômbia mobilizaram elementos das forças de segurança como resultado do influxo de cidadãos venezuelanos (IISS, 2019, p.382). Especialmente a situação na fronteira da Colômbia com a Venezuela em 2018–19 se tornou uma questão estratégica fundamental na região (IISS, 2020, p.392). Esse fenômeno criou uma crise de fronteira entre os países da região e está aumentando a incerteza de segurança.

Assim como intensifica-se a possibilidade de disputas entre países da região, potências emergentes extrarregionais também se engajam com mais força na região e deslocam os tradicionais parceiros Estados Unidos e Europa. A Rússia, em algum momento, começou a restabelecer suas relações com alguns países. Em meio ao isolamento diplomático geral, o regime de Maduro manteve contatos estreitos com a Rússia, que teria fornecido apoio financeiro em 2019. Conselheiros militares russos permanecem no país, aparentemente para fornecer suporte técnico para contratos de equipamento militar em andamento. A Rússia continuou a fornecer treinamento e suporte técnico a Caracas, incluindo pessoal para realizar a manutenção do equipamento militar de origem russa. A Rússia também tem participado de exercícios militares conjuntos com as Forças Armadas da Venezuela, inclusive em áreas como combate aéreo, defesa aérea e logística (IISS, 2020, p.393).

Os países da Ásia-Pacífico, especialmente a China, estão desenvolvendo uma cooperação cada vez mais estreita com a América Latina, principalmente com a intenção de obter acesso aos recursos naturais da região. Embora o impacto da ascensão da China seja principalmente político e econômico, também tem uma série de implicações para a segurança. A China também tem impacto direto nas forças armadas e nas políticas de defesa da região. Os militares da região expandiram gradualmente suas interações de educação e treinamento com o Exército de Libertação do Povo (P.L.A.: *People's Liberation Army*) e compraram armas e equipamentos de vendedores chineses (SUAREZ; VILLA; WEIFFEN, 2017, p.8). Por exemplo, a Venezuela forneceu aos fabricantes de defesa chineses sua primeira oportunidade de vender itens finais sofisticados para a região, comprando radares móveis JYL-1, caças K-8 e aeronaves de transporte

Y-8 e Y-12. O Equador, então, seguiu o exemplo da Venezuela, comprando quatro radares JYL-2, enquanto a Bolívia comprou seis de seus próprios K-8s . Além da venda de armas, o Exército de Libertação do Povo (P.L.A.) está expandindo gradualmente suas interações de educação e treinamento com militares da região (ELLIS, 2016, p.296-297).

Em conclusão, a instabilidade política e econômica de alguns países aumenta as incertezas quanto à segurança nacional e regional. Com a migração de refugiados ou grupos criminosos transnacionais que cruzam as fronteiras, o mais importante é a insegurança física da região, devido à existência de alguns conflitos violentos em curso ou ressurgentes e, em todos os países, à falta de controle estatal sobre um território significativo e às fronteiras porosas que permitem a fácil movimentação de drogas, armas e conflitos. Além disso, o sistema de Estado instável permitiu a intervenção de forças externas, criando uma nova ameaça à segurança regional.

As maiores ameaças teriam origem não em políticas de poder adotadas por Estados, mas na incapacidade destes de adotarem políticas públicas no enfrentamento de suas vulnerabilidades sociais. Neste caso, os principais problemas não seriam “de” fronteira questão de defesa, mas estariam “na” fronteira questão de segurança. Sob tal inversão, a ameaça passaria a ser o vizinho fraco, incapaz de controlar seu próprio território, e não o vizinho forte (MEDEIROS FILHO, 2014, p.22-23).

### 3.3.2 Cone Sul

A região do Cone Sul é a sub-região no sul do continente sul-americano e é composta por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. De acordo com Buzan, as mudanças mais dramáticas no CRS sul-americano ocorreram no subcomplexo do Cone Sul, onde três desenvolvimentos importantes transformaram uma formação de conflito de longa data em algo que se aproxima de uma comunidade de segurança; (a) aproximação entre Argentina e Brasil; (b) integração regional no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e (c) resolução de questões de fronteira (BUZAN; WÆVER, 2003, p.322-323).

Desde o fim da Guerra Fria, os estados latino-americanos se engajaram em medidas mais específicas de fortalecimento da confiança (CBM : Confidence-building measures). A crescente cooperação e revisão das animosidades tradicionais entre Chile e Argentina e Argentina e Brasil, respectivamente, são um exemplo disso. Bastante semelhante à prática da diplomacia dos Estados avançados da Europa Ocidental, a ideia de guerra militarizada entre esses antigos adversários tornou-se, em certa medida, impensável no cenário diplomático. As regras de confiança mútua

entre Brasil e Argentina incluem a institucionalização de canais de comunicação entre os dois presidentes e altos funcionários (imitando os hábitos diplomáticos europeus), discussões sobre a participação conjunta em missões de paz e o estabelecimento de cooperação na área da tríplice fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai) a fim de abordar aspectos do tráfico de drogas, contrabando e terrorismo.

As ações conjuntas do Brasil e da Argentina também incluíram o desenvolvimento do veículo leve de combate (denominado 'Gaúcho'), que está em fase final de avaliação operacional nos dois países antes do início da produção. Desde 2002, os países encaminham relatórios sobre CBMs à OEA, seguindo a Resolução 2398 da Assembleia Geral 'Fortalecimento da Confiança e da Segurança nas Américas', aprovada em 2008, que estabelece a apresentação anual de relatórios sobre CBMs praticados pelos países do hemisfério. Esse procedimento de submissão anual institucionaliza a lógica do diálogo sustentado entre os Estados e se baseia em sua eficácia. Os CBMs podem ser de natureza bilateral ou multilateral; neste último caso, são realizados com a participação de forças militares de mais de dois países ou por meio de organizações como a UNASUL na América do Sul ou as organizações de integração na América Central (SUAREZ; VILLA; WEIFFEN, 2017, p.86).

Dados de 2016 da Organização dos Estados Americanos (OEA) mostram que, na América do Sul, 92,07% das medidas de fortalecimento da confiança (CBM) são bilaterais, enquanto 7,93% são multilaterais. Destes, quase um terço é praticado entre Argentina e Brasil. Além disso, a participação conjunta de países da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Peru e Paraguai) nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPKO) no Haiti também oferece apoio adicional à presença observada de mecanismos comunitários de segurança participativos na região. O Brasil, por exemplo, tem tentado neutralizar as suspeitas sobre práticas de equilíbrio de poder promovendo os esforços de participação conjunta de seus vizinhos sul-americanos na missão haitiana. A cooperação institucionalizada que surge das trocas entre soldados sul-americanos potencializa interações e percepções positivas e amplia a comunidade por meio de práticas explícitas e implícitas de socialização do aprendizado. No mesmo contexto, países da América Latina (como Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, República Dominicana, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Peru, Paraguai e Uruguai) se envolveram na preparação de Livros Brancos de Defesa como um caminho para ampliar a consciência da comunidade e comunicar a importância do diálogo de segurança em toda a região (VILLA; CHAGAS-BASTOS; BRAGA, 2019, p.82-83).

As medidas de dissuasão nuclear entre os dois maiores países da América do Sul também são um exemplo de prática institucionalizada de consulta sobre questões de segurança na região.

Ambos os países tiveram programas nucleares ativos durante a Guerra Fria, o que gerou suspeitas em ambos os lados. Ao contrário do que se esperava, em 1991, os dois países decidiram instituir a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). A prática de autocontenção por ambos os países contribuiu para a institucionalização normativa das questões de segurança na região. Esse alinhamento pode ser visto como o embrião de empreendimentos comuns como o Mercosul. Antes desta iniciativa, a atividade bilateral mais significativa foi a assinatura do memorando Mecanismo de Entendimento sobre Consulta e Coordenação de Defesa e Segurança, em abril de 1997. O documento confirmou a confiança mútua entre os dois países e o respeito mútuo por suas forças armadas e indicou que qualquer iniciativa no campo da defesa e segurança seria previamente acordada entre os dois governos (SAINT-PIERRE;WINAND, 2006).

Esses exemplos são indicações explícitas de práticas de segurança da comunidade no Cone Sul. No entanto, os países da região estão se esforçando para fortalecer suas capacidades militares, mesmo em circunstâncias limitadas.

O Brasil, por exemplo, destina grande parte de suas tropas e equipamentos militares às suas fronteiras, principalmente no sul. Essa prática de dissuasão tradicional, associada ao equilíbrio rígido, simboliza os fios restantes de rivalidades e suspeitas passadas em relação à Argentina. Estima-se que o Comando Militar do Sul (SMC) responda por 25% do exército brasileiro, 90% do equipamento militar blindado brasileiro, 100% da artilharia autopropulsada, 75% das armas de artilharia, 75% dos equipamentos de engenharia, e 75% da cavalaria mecanizada. Além disso, o SMC concentra 25% da força de trabalho do exército brasileiro e todos os mais modernos tanques blindados adquiridos recentemente pelo Brasil - como o Leopard, que foi enviado para os Estados do Paraná e Santa Catarina. Em contraste, a concentração de tropas e equipamento militar em uma região de uma comunidade de segurança madura, como visto na Europa Ocidental, por exemplo, está localizada nas áreas centrais de um país, não em suas fronteiras; este é um fator essencial para gerar confiança mútua entre os Estados. A concentração de tropas na fronteira pode promover percepções equivocadas, gerando desconfiança desnecessária, e pode ser percebida como uma ameaça pelos vizinhos do país. Paradoxalmente, o Exército brasileiro anunciou sua intenção, a partir de 2004, de transferir unidades militares blindadas dos grandes centros urbanos para batalhões de treinamento no campo. A realidade, porém, é diferente. A transferência propriamente dita foi feita em meados da década de 2000, dos centros urbanos do Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) para destinos no Sul - próximos à fronteira com a Argentina. Isso só aumentou a concentração já distorcida de unidades blindadas na região SMC (VILLA; CHAGAS-BASTOS; BRAGA, 2019, p.83-84).

Depois que o presidente Jair Bolsonaro assumiu o cargo no Brasil, em janeiro de 2019, as Forças Armadas continuam empenhadas em modernização e reequipamento, com notáveis aquisições de capacidade planejadas. Apesar de restrições orçamentárias substanciais, o Brasil está tentando modernizar seus equipamentos em todos os domínios. Os principais desenvolvimentos de plataforma incluem PROSUB (um submarino com propulsão nuclear e quatro com propulsão diesel-elétrica) e a aquisição, em 2018, de um antigo porta-helicópteros do Reino Unido. O Brasil possui uma base industrial de defesa bem desenvolvida, em todos os domínios, com capacidade de projetar e fabricar equipamentos para suas forças armadas. O setor aeroespacial é significativo, com algumas empresas privadas, como Avibras e Embraer, exportando para clientes internacionais. As empresas locais também estão envolvidas no programa de segurança de fronteiras SISFRON. Existem parcerias industriais, incluindo transferência de tecnologia e suporte de P&D, com o Grupo Naval da França (PROSUB) e o Saab da Suécia (FX-2). Além disso, em agosto de 2019, Bolsonaro autorizou uma operação de Garantia da Lei e da Ordem para permitir destacamentos militares para a região amazônica, em meio a incêndios florestais generalizados ali. As Forças Armadas estão entre as mais capacitadas da região (IISS, 2020, p.390).

Além do mais, o Brasil busca aumentar sua capacidade de projeção de poder, ampliar a vigilância da região amazônica e das águas costeiras e desenvolver ainda mais sua indústria de defesa, embora as dificuldades econômicas continuem a afetar sua capacidade de desenvolver essas ambições. O Brasil mantém laços militares com a maioria de seus vizinhos, incluindo intercâmbio de pessoal e treinamento militar conjunto com Chile e Colômbia. Também existe cooperação no domínio da defesa com a França, a Suécia e os EUA, centrada em aquisições, aconselhamento técnico e formação de pessoal. A frota de transporte aéreo do Brasil permite desdobrar forças de forma independente. Contribui com pequenos contingentes para várias missões da ONU em toda a Europa, o Oriente Médio e a África subsaariana (IISS, 2020, p.405).

Na Argentina, os militares perderam toda a credibilidade devido ao fracasso econômico e militar (guerra das Malvinas) e tiveram pouca influência após a mudança de poder (BUZAN; WÆVER, 2003, p.321). No entanto, do lado argentino, o projeto do submarino nuclear brasileiro teve um impacto significativo na energia nuclear regional. Em 2010, altos funcionários da defesa de Buenos Aires fizeram fortes declarações sobre como seu país deveria responder às intenções do vizinho, afirmando que a Argentina não poderia estar na vanguarda dessa tecnologia e nunca deveria renunciar à intenção de possuir um submarino nuclear (CARNEIO, 2012, p.12).

As Forças Armadas da Argentina se concentram principalmente na segurança de fronteira, vigilância e operações antidrogas, em parte devido ao aumento da atividade do tráfico

de drogas dentro e ao redor do país, e cooperam com a Bolívia e o Paraguai. Além disso, as Forças Armadas participam de exercícios multinacionais e exercícios bilaterais de manutenção da paz com o vizinho Chile. Existem recursos de implantação limitados e o estoque de equipamentos está cada vez mais obsoleto, com a modernização dificultada por recursos limitados. A Força Aérea enfrenta desafios significativos de disponibilidade de equipamento e a Marinha viu sua capacidade diminuir em áreas como guerra anti-submarina, guerra contra minas e alerta aerotransportado. A Argentina possui uma capacidade nativa de fabricação de defesa que cobre sistemas terrestres, marítimos e aéreos, embora as fortunas da indústria tenham diminuído nos últimos anos devido à falta de investimento. A empresa de aviação estatal FAdeA tem capacidade de manutenção de aeronaves, mas depende de assistência externa para algumas tarefas de fabricação (IISS, 2020, p.398).

O Livro Branco do Chile de 2017 destacou os papéis centrais de garantir a soberania e a integridade territorial, mas também indicou uma mudança crescente em direção a papéis militares não tradicionais, como socorro em desastres, assistência humanitária e manutenção da paz. O Chile mantém laços militares com a maioria de seus vizinhos. Programas de intercâmbio de pessoal e cooperação em P&D estão em andamento com Brasil e Colômbia. A cooperação em defesa com os Estados Unidos está centrada em aquisições, assessoria técnica e treinamento de pessoal. O treinamento ocorre regularmente em âmbito nacional, e as forças armadas participam rotineiramente de exercícios internacionais (IISS, 2020, p.409).

Por outro lado, o país continua melhorando a cooperação em segurança com a Argentina por meio do fortalecimento dos acordos em matéria de defesa. Por exemplo, os esforços de ambos os países para estabelecer medidas de confiança mútua, como uma força de operação de paz binacional (em 2005), um acordo para criar um sistema de homologação de gastos de defesa e uma iniciativa de *joint venture* para construir equipamentos militares. O país também foi um dos principais promotores de soluções regionais para problemas de segurança regional, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Por outro lado, o Chile continuou a aumentar seus gastos com defesa, tornando-se uma das principais potências militares da América do Sul. Embora o Chile não tenha uma rivalidade histórica com o Brasil, o país adotou indiretamente uma estratégia de predominância militar em relação a seus vizinhos e uma estratégia indireta de equilíbrio de poder em direção a uma potencial hegemonia regional (FLEMES; WEHNER, 2015). Em meados de 2019, um plano de atualização foi iniciado para os F-16s do Chile; alguns deles estão chegando ao fim de sua vida operacional. Devido a um risco reduzido de conflito convencional e crises de fronteira, as prioridades mudaram para refletir um novo foco na vigilância do litoral de águas azuis e capacidades de asa rotativa. O Chile possui uma base

industrial de defesa desenvolvida, com a ENAER realizando manutenção de aeronaves. ASMAR e FAMAE são as principais empresas marítimas e terrestres, respectivamente, com a primeira construindo um novo quebra-gelo que aumentará a capacidade do Chile de apoiar as operações na Antártica (IISS, 2020, p.409).

No Cone Sul, os três principais países seguiram caminhos diferentes, mas em nenhum o retorno militar ao poder parece realista. É uma crença amplamente difundida que a região passou de uma 'formação de conflito' com forte ênfase em rivalidades, equilíbrio de poder e alianças na direção de uma comunidade de segurança baseada em normas e valores comuns (por exemplo, democracia e integração regional) e caracterizada por práticas de solução pacífica de conflitos. Eles estabeleceram padrões de amizade e inimizade com base em percepções de ameaças e não em capacidades materiais. Mesmo as preocupações com a modernização militar nos países vizinhos e o equilíbrio militar resultante não impediram os governos de buscar cooperação (SUAREZ; VILLA; WEIFFEN, 2017, p.14). Portanto, existem padrões observáveis da comunidade de segurança na região, conforme demonstrado pelas iniciativas de cooperação multilateral e os acordos de integração regional envolvendo defesa e segurança.

No entanto, também existem preocupações de que os desenvolvimentos recentes na região possam contribuir para uma revitalização das ameaças tradicionais. Por exemplo, a expansão das relações comerciais extrarregionais leva ao aumento da competição entre os Estados quanto ao acesso a recursos, rotas comerciais ou investimento estrangeiro em projetos de infraestrutura. Além disso, as ameaças à segurança transnacional em conjunto com a porosidade das fronteiras podem ter um efeito incremental nas disputas interestaduais. As atividades ilícitas concentram-se nas fronteiras e, portanto, têm o potencial de alimentar suspeitas mútuas e reacender conflitos de fronteira.

### 3.3.3 O papel do Brasil na região

Na América do Sul, o país chave é o Brasil. O Brasil é o único país que se afirma como potência global e se considera potência hegemônica na América do Sul. Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o poder, em janeiro de 1995, ele estava convencido de que o Brasil deveria ser um legislador global e que, para cumprir esse papel, o país deveria acabar com sua dependência de energia e tecnologia importadas, as *commodities* estratégicas finais, e reduzir a desigualdade, que privou o Brasil da influência necessária para se sentar à mesa com as grandes potências mundiais. Ele também estava determinado a manter a estabilidade política e o equilíbrio

econômico que considerava indispensáveis em uma economia global. Em um grau incrível, ele foi bem-sucedido. Tão bem-sucedido, que seu sucessor, Lula, deu continuidade e ampliou os programas sociais que movimentavam o índice de previdência social, deu continuidade às políticas fiscais que mantiveram a moeda estável e se mantiveram dentro das regras do jogo para que a estabilidade política fosse mantida. A pretensão hegemônica do Brasil na América do Sul é um *leitmotiv* constante na UNASUL e em outras organizações regionais (SUAREZ; VILLA; WEIFFEN, 2017, p.38-39).

Embora as diferenças entre o Cone Sul e o Norte Andino sejam marcantes o suficiente para justificar vê-los como subcomplexos distintos, o Brasil continua sendo o eixo que mantém unida a CRS sul-americana. O Brasil é obviamente central para o Cone Sul, mas também tem interesses diretos e indiretos no Norte Andino (BUZAN; WÆVER, 2003, p.332). A geografia torna o Brasil o conector potencial, desde que o Brasil defina sérios problemas de segurança em seu norte esparsamente povoado. O papel do Brasil é ter uma grande influência no CRS sul-americano. O Brasil é a chave do Cone Sul, mas também uma potência regional no norte. A seguir está o poder militar dos países sul-americanos:

Tabela 5 - Comparações de gastos em defesa no América do Sul

Ano	Gastos em defesa(US \$m)			Gastos em Defesa per capita(US\$)			Gastos em defesa % do PIB		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Brasil	29.245	27.551	27.467	141	132	131	1,42	1,24	1,13
Argentina	6.172	4.317	3.265	139	97	72	0,96	0,83	0,73
Chile	4.426	4.701	4.566	249	262	253	1,59	1,58	1,55
Uruguai	515	481	442	153	143	131	0,86	0,81	0,74
Paraguai	273	311	288	39	44	40	0,70	0,74	0,71
Venezuela	741	-	-	24	-	-	0,51	-	-
Colômbia	10.151	10.570	10.451	213	219	215	3,27	3,21	3,19
Bolívia	543	503	479	49	44	42	1,44	1,24	1,13
Equador	1.565	1.698	1.590	96	103	95	1,50	1,57	1,47
Peru	2.166	2.266	2.206	70	73	70	1,01	1,03	0,96

Fonte: Elaboração própria, baseada em MILITARY BALANCE (2020)

Observando os números dos países da região, a maioria dos países está cortando gastos de defesa. Além disso, mesmo em comparação com a Coreia do Sul (US \$m 39,764, em ano 2019),

que tem os menores gastos de defesa no Nordeste da Ásia, exceto a Coreia do Norte, todos os países da região gastam menos. Em geral, o nível de gastos de defesa e poder militar são proporcionais, e o nível de poder militar dos países da América do Sul é mais baixo do que os países do Nordeste da Ásia.

Tabela 6 - Classificação de força militar na América do Sul

Classificação		Power Index	Pessoal Ativo	Caças	Tanques	Porta-aviões	Submarinos
10	Brasil	0,1988	334.500	43	437	0	6
37	Colômbia	0,6045	295.000	21	0	0	11
40	Peru	0,6219	90.000	17	146	0	5
41	Venezuela	0,6499	343.000	38	390	0	2
43	Argentina	0,6521	83.515	24	370	0	2
47	Chile	0,7668	77.000	44	300	0	4
63	Bolívia	0,9942	35.000	0	54	0	0
64	Equador	1,0062	40.000	9	232	0	2
95	Uruguai	1,8909	25.000	0	78	0	0
113	Paraguai	2,1898	10.500	0	13	0	0

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados GLOBAL FIREPOWER (2020)

Como pode ser visto pelos dados acima, o Brasil possui forças Armadas avantajadas na região, o que conduz a um papel muito importante na segurança regional.

No artigo “Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva”, os autores buscaram realizar uma expansão do entendimento do CRS da América do Sul, mas atualizando descrições de polaridade da região, do papel protagonista do Brasil e das instituições com perfil potencial securitizador atualmente ativas nessa constelação de segurança. Eles estabeleceram uma hipótese e a explicaram da seguinte maneira:

O Brasil tem um papel de centralizador dos dois subcomplexos sul-americanos, o Norte-andino e o Cone Sul. Isso faz com que o CRS regional seja descrito como centrado, em que a potência unipolar não é uma potência global, inaugurando, assim, um primeiro caso empírico desse tipo de CRS[...] Torna-se necessário então, para compreendermos a adequada categorização do CRS da América do Sul, ver se o Brasil, como potência unipolar, consegue dominar as dinâmicas de segurança da região. Nossa hipótese, a ser explorada a partir da seção seguinte, é que sim. E isso se dá por duas razões: (1) tendo sua posição relativamente diminuída na agenda de prioridades dos EUA, a América do Sul fica mais livre para explorar a dinâmica regional de segurança. Sendo a penetração dos EUA

menor, portanto, abre-se a possibilidade de novos atores exercerem um maior protagonismo. Esse protagonismo é, contudo, aquiescido, uma vez que o nível global continua a influenciar o CRS; (2) a partir dessa autonomia consentida, o Brasil passa a exercer um maior protagonismo no CRS, aproximando as agendas de segurança ainda mais dos dois subcomplexos. (FUCCILE; REZENDE, 2013).

Segundo os autores, essa aproximação se dá via institucionalização, e dois fenômenos são marcantes: a criação da Unasul e, em especial, do seu Conselho de Defesa Sul-americano, e a entrada da Venezuela no Mercosul como membro pleno. O protagonismo exercido pelo Brasil na criação da Unasul e do seu Conselho de Defesa o qualifica como ator central para o CRS, exercendo sua hegemonia regional via institucionalização e agregação para um processo de integração regional.

Ao longo do processo de discussão e de institucionalização da UNASUL e do seu CDS, diferentes questões foram sendo colocadas, não somente pelo Brasil, mas tendo o Brasil como protagonista: o enfrentamento da questão do narcotráfico na região, os conflitos sub-regionais (Peru e Equador), o interesse em frear os “ímpetus bolivarianos” na região, o interesse em evitar uma “corrida armamentista na região”, a solidificação do Atlântico Sul como área de paz, livre de armas nucleares e importante para a projeção do Brasil no SI, as resistências à materialização de uma política de desenvolvimento da região a partir da liderança dos EUA e o interesse brasileiro em consolidar uma política externa em novas direções (Sul–Sul), dando maior atenção à integração sul-americana (FUCCILE; REZENDE, 2013).

Por outro lado, parece ser de grande importância assinalar que, a partir da segunda década deste século XXI, observam-se rupturas políticas em diferentes países sul-americanos, que apontam para uma crise do período de governos de esquerda na região e para a ascensão de forças sociais e políticas comprometidas com a orientação político-ideológica neoliberal.

Em especial pelo protagonismo brasileiro, o Impeachment de Dilma Rousseff no Brasil, em 2016, simboliza a crise dos projetos de desenvolvimento que orientaram as políticas governamentais em muitos países sul-americanos a partir dos anos 2000, comprometidos com o enfrentamento das desigualdades sociais, com maior integração econômica das classes populares e de trabalhadores e com projetos de integração regional capazes de afirmar a perspectiva Sul-Sul. Mais do que isso, expressaram mudanças nas políticas dos governos nacionais, agora mais afinadas com a perspectiva neoliberal. Mais do que crise dos projetos de desenvolvimento, os eventos elencados simbolizaram a possibilidade de um novo período na América do Sul, com um maior alinhamento com os países da América do Norte (especialmente os EUA) e da Europa (CADONÁ; OLIVEIRA, 2017, p.281-282).

Em 2019, um governo de direita foi iniciado no Brasil e formalizou a sua saída da UNASUL para integrar o Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL). Como alternativa ao bloco em declínio, e após a UNASUL, autoridades de Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Guiana e Chile, como anfitriões, se reuniram em março de 2019 para inaugurar o PROSUL.

Essas mudanças levantam questões sobre o papel do Brasil como protagonista na região. Não se pode esquecer que, quando a UNASUL e o próprio CDS foram criados, o Brasil era governado por Luís Inácio Lula da Silva, que alavancou sua projeção no cenário internacional com uma política externa afirmativa, com ênfase na Relação Sul–Sul e apostando em processos de integração envolvendo os países situados fora do eixo EUA–Europa–Japão. Isso repercutiu na própria atuação do país na América do Sul, onde o Brasil, efetivamente, buscou ser protagonista, alcançado liderança nas dinâmicas integrativas, como é o caso da UNASUL, numa perspectiva, inclusive, de unir os dois subcomplexos presentes na região (Cone Sul e Norte Andino). A atuação do Brasil naquele período, nessa direção, também buscou afirmar seus interesses de projeção internacional, sendo ilustrativo disso a sua candidatura (naquele contexto) para ocupar um dos assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU. A orientação política do Brasil naquele período, assim, orientava-se tanto a partir de um interesse de reforçar sua liderança na América do Sul, através de um processo de institucionalização integrativa capaz de projetar e assegurar sua hegemonia política na região, quanto do seu interesse em ocupar um espaço de maior importância no contexto global, seja por meio das instituições já existentes e junto aos países de maior importância política e econômica, seja pelo estabelecimento de novas relações, com países localizados em diferentes regiões do “Sul” (CADONÁ; OLIVEIRA, 2017, p.290).

No entanto, no processo de discussão e de implementação das ações do CDS, expressaram-se diferentes tipos de dificuldades. Em especial, a proeminência assumida pelo Brasil nesse projeto de integração, num momento em que o país enfrenta uma crise não somente política, mas também econômica, coloca em risco diferentes expectativas até então criadas. Nessa direção, pode-se colocar em questão a continuidade de investimentos na América do Sul visando a integração física da região (CADONÁ; OLIVEIRA, 2017, p. 291-293).

Assim, as fragilidades e dificuldades das estruturas criadas na década anterior ficaram claras, demonstrando os poucos resultados e vinculações que foram capazes de criar com os Estados. Segundo Pagliari (2015), não possibilitaram a superação dos mecanismos hemisféricos e, por não criarem os vínculos necessários para a cooperação em defesa, levaram a um retorno dos atuais governos aos mecanismos de coordenação hemisférica e à busca por novos foros de

organização, como o Grupo de Lima, que busca responder à atual crise na Venezuela a partir de uma coordenação não mais sul-americana (PAGLIARI, 2015).

Além disso, o que se percebe é uma penetração cada vez maior de atores internacionais na região, inclusive se apresentando como algo novo, distinto do período da Guerra Fria, com uma maior proximidade do governo de Maduro com países como Rússia e China, bem como a maior presença destes na região. Ademais, a maior atenção dispensada pelos EUA à região, bem como a entrada da Colômbia na OTAN e os novos governos mais alinhados a Washington, representam um momento de internalização das ameaças percebidas pelos estadunidenses, alinhando-se à política desempenhada pela Casa Branca de Trump. É nessa situação que se encontra o Brasil. País que até recentemente desempenhava o papel de liderança regional, bem como de estabilizador das disputas e conflitos regionais, não mais tem tal interesse ou viu suas capacidades afetadas pelas crises econômica e política pelas quais o país passa. Em agravamento, o governo de Jair Bolsonaro, eleito em 2018, retoma uma linha da política externa ligada à maior proximidade com os EUA, inclusive de alinhamento ideológico aos interesses estadunidenses (BERTOLUCCI; MOTTA; PAULA, 2019, p.110-111).

Da mesma forma, o futuro da região se mostra incerto e indefinido. Não está claro até que ponto o Brasil e PROSUL, fundado em 2019 em nome da UNASUL, podem desempenhar um papel na gestão da segurança regional. No entanto, no estágio atual, a cooperação dentro da região está em declínio, observando-se que os países da região priorizam as relações com forças externas como Estados Unidos, China e Rússia. Embora seja muito improvável que haja um conflito militar entre os países da região, a segurança regional provavelmente se tornará ainda mais instável devido à competição pela liderança nos campos da política, da economia e da segurança e à influência de forças externas em benefício do Estado. Em meio a essas mudanças, o Brasil pode se tornar o protagonista da região como no início do século XXI e liderar novamente a cooperação em segurança regional. Por outro lado, o Brasil pode reorganizar a segurança nacional e regional com base no pensamento centrado no Estado, focando na estabilização interna e no desenvolvimento. Em qualquer dos casos, o Brasil precisa prestar muita atenção ao setor de segurança para responder ao atual ambiente de segurança instável.

## 4 COOPERAÇÃO DA INDÚSTRIA DE DEFESA

### 4.1 A indústria de defesa mundial

Considerando certas perspectivas no campo da segurança, a indústria de defesa não é apenas um elemento importante da estratégia de segurança, mas também um dos novos motores de crescimento que impulsionarão o desenvolvimento econômico futuro. A indústria de defesa e as exportações de defesa eficientes são essenciais para o desenvolvimento nacional.

#### 4.1.1 Definição e características da indústria de defesa

A análise da indústria de defesa requer principalmente uma definição dela. Isso não é simples, já que essa indústria apresenta grande heterogeneidade em termos dos tipos de produtos e serviços desenvolvidos. Alguns autores definiram a indústria de defesa como aquela que remete o critério de acordo com o lado da demanda, que seria o fator que confere homogeneidade ao conjunto de empresas heterogêneas. Assim, a definição estaria voltada para a satisfação das demandas dos ministérios da defesa por um conjunto de empresas, conferindo-lhes o caráter de “empresas de defesa”, que de forma agregada comporiam o setor ou indústria de defesa (GARCÍA ALONSO, 2010). Outros autores propõem uma definição que distingue as empresas que produzem equipamentos letais das que não os produzem, e exclui a pós-produção, como descreve Hartley (2018). Do lado da oferta, pode-se presumir que o tipo de produção distingue as fronteiras entre o que é e o que não é indústria de defesa, de forma que farão parte dela as empresas que produzem bens inequivocamente vinculados à segurança e defesa nacional. Entre os exemplos, temos: aviões de combate, armamentos, fragatas, entre centenas de outros sistemas. Porém, inúmeros produtores de *softwares*, comunicações, veículos blindados sobre rodas, simuladores, etc. também são fornecedores de produtos de defesa altamente específicos (FONFRÍA, 2013). Além disso, também existem produtos não específicos, como seguros, alimentos, operações logísticas e sistemas de combate a incêndios, como parte substancial das ofertas aos ministérios da defesa e de suas demandas. Portanto, uma possível distinção, difusa, seria aquela que considera os fornecedores especializados versus os gerais (FONFRÍA, 2020, p.239).

Em conjunto, a indústria de defesa é uma indústria envolvida na pesquisa, no desenvolvimento ou na produção de suprimentos militares para fins de defesa nacional. Ou seja, pode ser definida como uma indústria que produz, pesquisa e desenvolve sistemas de armas e os

principais sistemas não armados, incluindo produtos de defesa designados pelo Estado ou governo. Além disso, na base da indústria de defesa, de forma geral, consideram-se empresas de defesa aquelas que possuem os recursos e competências para lidar com produtos bélicos (LESKE, 2018, p.128).

Entre a indústria de defesa, a indústria de armas é o núcleo. De acordo com Krause (1992), as transferências e a produção de armas apareceram como um concomitante inevitável à guerra e aos preparativos militares ao longo da história humana. Embora do nosso ponto de vista as tecnologias de guerra no período pré-moderno fossem primitivas, importantes avanços tecnológicos e fontes de inovação criaram, mesmo então, uma difusão de técnicas para (e possivelmente um comércio de) armas e armaduras entre a Grécia, a Europa Central e a Ásia. A importância do armamento aprimorado não foi perdida pelos primeiros governantes, que apoiaram e incentivaram a inovação militar. O autor observou que a produção e a transferência de armas, ou seja, a indústria de armas, está em constante evolução ao longo da história devido aos seguintes motivos: a ‘busca de riqueza’, devido à economia e à história econômica; a ‘busca de poder’, o motivo das relações internacionais; e a ‘busca de vitória na guerra’, o motivo da história militar (KRAUSE, 1992, p.12).

Os países têm várias razões para desenvolver e produzir suas próprias armas, e talvez a mais poderosa delas seja o imperativo de segurança para a autossuficiência na aquisição de armas. O argumento é o seguinte: no que é basicamente um sistema de segurança internacional anárquico, os Estados-nação são, em última análise, responsáveis por sua própria segurança, o que geralmente envolve possuir uma capacidade de defesa independente. Tal capacidade de defesa requer forças armadas, forças armadas requerem armamentos, e a fonte mais confiável de armamentos é a doméstica; daí a necessidade de uma indústria de armas nativa. Dependendo excessivamente da importação de armas significa expor o Estado-nação a cortes ou restrições tecnológicas, arriscando assim sua capacidade de adquirir as armas que considera essenciais para sua defesa nacional. Além disso, depender demais de armas de origem estrangeira pode potencialmente ameaçar a independência política nacional, já que um fornecedor pode reter ou ameaçar reter as entregas de armas a fim de obter concessões ou afetar o comportamento do país receptor. Embargos, sanções e outros tipos de restrições aos fornecedores - reais ou potenciais - tendem apenas a reforçar a percepção por parte de muitos Estados de que devem estabelecer uma fonte nacional de armamentos segura. Além de cumprir os requisitos percebidos de autossuficiência, a produção de armas tem sido frequentemente vista como um mecanismo importante para impulsionar o desenvolvimento econômico geral e a industrialização de um país. A industrialização da defesa teve potenciais retrocessos, estimulando a expansão e a modernização de outros setores da

economia nacional, como aço, máquinas-ferramenta e construção naval. A industrialização e o avanço tecnológico foram vistos como alimentação para o desenvolvimento de capacidades de fabricação de armas domésticas, como por meio da construção de habilidades gerais e *know-how* e fornecimento de apoio inicial ou equipamento para a produção de armas. Por exemplo, a construção de navios de guerra estimulou o estabelecimento de indústrias nativas de construção naval, enquanto a produção de veículos militares exigiu siderúrgicas e fábricas automotivas para fornecer peças e componentes essenciais, como blindagem, chassis e motores, e mão-de-obra qualificada para montar os veículos. Ao mesmo tempo, a produção de armamentos era vista como uma “locomotiva de tecnologia”, estimulando o crescimento de novas indústrias e novas tecnologias, em particular nos setores aeroespacial, eletrônico e de tecnologia da informação. Os programas aeroespaciais militares, por exemplo, frequentemente formaram a base para a produção de aeronaves civis e da aviação em quase todos os estados produtores de armas. A produção doméstica de armas também proporcionou outros benefícios econômicos. A industrialização da defesa poderia funcionar como uma estratégia de substituição de importações; em vez de enviar capital (especialmente dinheiro do governo) ao exterior importando armas, os países poderiam usar a produção de armas nativa para criar empregos, aliviar os desequilíbrios comerciais e proteger as reservas de moeda estrangeira. Por fim, na exportação de armas, as empresas de defesa eram uma fonte potencial de receita em moeda estrangeira (BITZINGER, 2015, p.2).

Portanto, o desenvolvimento da indústria de defesa nacional e a produção (transferência) de armas são fatores muito importantes a serem considerados para a segurança internacional. Enquanto houver ameaças à segurança, a questão da produção de armas terá um grande impacto na segurança nacional, e a questão da manutenção e promoção da indústria de defesa é um campo importante que é difícil de ignorar nos departamentos relacionados com a defesa ou na política de defesa.

#### 4.1.2 A indústria de defesa na era global

O fim da Guerra Fria precipitou grandes mudanças na base industrial de defesa em todo o mundo. À medida que a ameaça militar convencional diminuía, os orçamentos de defesa foram reduzidos e os principais programas de armas diminuíram nos principais países produtores de armas.

No entanto, desde o fim da Guerra Fria, um número crescente de Estados em desenvolvimento vem construindo e investindo em indústrias de defesa nacionais. À medida que

aumenta o número de produtores e fornecedores no sistema, a cooperação industrial entre eles promete integrar as indústrias de defesa em todo o mundo. A transformação do sistema industrial de defesa global começou quando alguns Estados industrializados e grandes empresas de defesa começaram a buscar maneiras de diminuir os custos de pesquisa, desenvolvimento e produção. As empresas de defesa nos principais Estados produtores de armas começaram a evoluir para corporações multinacionais por meio de fusões e aquisições que já estavam se expandindo além das fronteiras estaduais na Europa e nos Estados Unidos. Assim, foram os custos crescentes de pesquisa e desenvolvimento militar, mercados básicos inadequados, fontes tecnológicas e industriais limitadas, avanços rápidos nas tecnologias de produção e a resposta dos principais produtores de armas a esses desenvolvimentos que incentivaram a integração da produção de defesa (SKONS, 1993, p.160, SJOLANDER, 1999, p.122–131, HAYWARD, 2000, p.116-117).

Em consequência, as corporações multinacionais de defesa começaram a estabelecer redes transnacionais de relações entre firmas que envolviam coprodução/desenvolvimento, parcerias e acordos de subcontratação que criaram sistemas cada vez mais formais, integrativos e permanentes de produção de armas. Essa nova relação cooperativa entre empresas de defesa, principalmente no Ocidente, começou a substituir a cooperação intergovernamental em armas ad hoc (ANTHONY, 1993, BITZINGER, 1994a, SKONS; WULF, 1994, ADAMS, 2001). Em meados da década de 1980, os acordos interindustriais estavam substituindo os acordos intergovernamentais sobre colaboração na produção de armas. A transferência de tecnologia, dados técnicos e *know-how* industrial tornaram-se a nova forma de intercâmbio entre Estados e empresas de defesa, transformando a produção de armas em um empreendimento mais transnacional (BITZINGER, 1994a, p.181, 1994b, p.273).

Essa transformação do sistema mundial de produção de armas criou novas oportunidades para os países em desenvolvimento que buscavam a industrialização da defesa. O aumento do número de fornecedores de armas facilitou seu acesso às transferências de tecnologia muito necessárias para o desenvolvimento de suas indústrias de defesa domésticas. Por meio de fusões, aquisições e vínculos com empresas multinacionais de defesa, os países em desenvolvimento agora podiam entrar em mercados de defesa maiores e, portanto, estariam em melhor posição para arcar com os custos crescentes de produção de armas. A expansão das relações entre empreiteiros e subempreiteiros deu-lhes a oportunidade de se integrarem cada vez mais na rede transnacional de intercâmbio empresa-a-empresa. Por meio dessas crescentes atividades internacionais entre empresas, as empresas de defesa foram capazes de estabelecer “intrincadas redes internacionais de

pesquisa, produção e informação” (SKONS,1993, p. 165). Para as indústrias de defesa emergentes, a integração em cadeias de produção globais era agora uma opção viável (BITZINGER, 2003).

#### 4.1.3 Países avançados e em desenvolvimento na indústria de defesa

À primeira vista, o fornecimento global dos armamentos mais sofisticados é cada vez mais dominado por um pequeno número de grandes multinacionais de pouquíssimos países. No entanto, há muitos países que estão engajados em uma variedade de atividades de produção de armas. Alguns países produzem equipamentos em níveis mais baixos de tecnologia e capacidade, alguns operam como fornecedores para as empresas de defesa dominantes, alguns se especializam em um número limitado de produtos de alta tecnologia e alguns se envolvem em uma combinação dessas três atividades (BITZINGER, 2015, p. 1). Claro, muito poucos são total ou quase totalmente autossuficientes na produção de armas. Krause (1992) defende que em um sistema de transferência e produção de armas em que a capacidade de produção de armas é desigualmente distribuída, a tecnologia existente se difundiu o mais amplamente possível, e as armas são transferidas dos pontos focais produtivos (na fronteira tecnológica) para a periferia (KRAUSE, 1992, p.26) Segundo Krause, a estrutura do sistema de transferência de armas pode ser resumida da seguinte forma:

***First-tier** suppliers innovate at the technological frontier; **Second-tier** suppliers produce (via the transfer of capacities) weapons at the technological frontier and adapt them to specific market needs; **Third-tier** suppliers copy and reproduce existing technologies (via transfer of design), but do not capture the underlying process of innovation or adaptation. Strong customers obtain (via material transfers) and use modern weapons, Weak customers either obtain modern weapons and cannot use them, or do not even obtain them (KRAUSE, 1992, p.31).*

Com base nisso, ele identifica onze maneiras para as chamadas “*Ladder of Arms Production*”, pelas quais se pode conceber uma atividade como constituindo a produção de armas, variando de simples tarefas de manutenção em armas importadas a P&D totalmente independente e capacidades de produção:

(1) capacidade de realizar manutenção simples (2) capacidade de revisão, renovação e modificação rudimentar (3) montagem de componentes importados, produção licenciada simples (4) produção local de componentes ou matérias-primas (5) montagem final de armas menos sofisticadas; alguma produção local de componentes (6) coprodução ou produção licenciada completa de armas menos sofisticadas (7) melhorias limitadas em P&D para armas produzidas sob

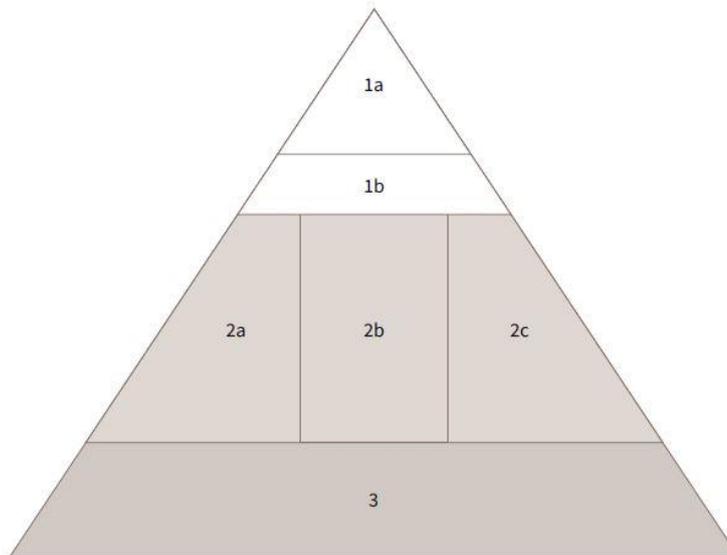
licença local (8) produção independente limitada de armas menos sofisticadas; produção limitada de armas mais avançadas (9) P&D independente e produção de armas menos sofisticadas (10) P&D independente e produção de armas avançadas com componentes estrangeiros (11) P&D e produção totalmente independentes (KRAUSE, 1992, p.171)

De acordo com a *Ladder of Arms Production*, (1) e (2) são estágios para participar da manutenção ao invés da produção direta da indústria de defesa e, por meio disso, um entendimento básico e competência em tecnologia da indústria de defesa são garantidos. De (3) a (11), explica-se que os países em desenvolvimento começam a montar peças importadas do exterior, passam por etapas como produção licenciada e produção conjunta e, finalmente, chegam à fase de desenvolvimento e produção independentes. Bitzinger (2003) observa que:

*According to the ladder-of-production model, indigenous arms production is a process of transitioning from extremely high to very low levels of foreign dependency for weapons and production technologies. Initial armaments production tends to rely heavily on imported technical assistance from countries possessing already well-advanced defense industries. Most second-tier arms-producing countries start out by assembling weapon systems from imported parts and components (knock-down kits). The next step usually consists of the licensed production of foreign weapon systems, with some (and, in many cases, eventually nearly all) of the actual manufacturing of components and subsystems performed indigenously. Particularly at these later stages in the ladder of production model, basic arms-manufacturing capabilities are increasingly supplemented by incremental improvements in the country's independent military R&D base. Lastly, a country may attempt to design and develop its own advanced weapon systems either across-the-board or by carving out certain niches or specialties. (BITZINGER 2003, p. 18).*

Além disso, ele diferencia entre o *Tier* superior de produtores de armas (os 'inovadores críticos', como os EUA e a antiga União Soviética) e os 'adaptadores e modificadores' de tecnologias militares avançadas (a maior parte dos maiores estados produtores de armas da Europa Ocidental, particularmente França, Alemanha, Itália e Reino Unido). Seguindo essas análises, ele refina ainda mais o modelo da pirâmide, com divisões horizontais e verticais dentro dos vários *Tiers*:

Figura 6 - O Modelo da Pirâmide



- Tier 1a: Large, broad-based, technologically advanced defence industrial bases: USA
- Tier 1b: Smaller, broad-based, technologically advanced defence industrial bases: UK, France, Germany, Italy
- Tier 2a: Smaller, niche-oriented, technologically advanced defence industrial bases: Israel, Sweden, Japan, Australia
- Tier 2b: Smaller, broad-based, less technologically advanced defence industrial bases: South Korea, Brazil
- Tier 2c: Large, broad-based, less technologically advanced defence industrial bases: China, India
- Tier 3: Smaller, niche-oriented, low technology defence industrial bases: Mexico, Nigeria, Serbia

Fonte: BITZINGER (2015, p.3)

O *Tier 1* pode ser visto como aqueles Estados com capacidade para desenvolvimento e manufatura generalizada de armamento convencional avançado. Esta camada consiste em apenas um punhado de países: os EUA e os quatro maiores produtores de armas europeus (Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália). Cada vez mais, os quatro Estados europeus com armas são de *Tier 1*, principalmente por meio do amálgama de suas capacidades industriais de defesa por meio de programas colaborativos ou da criação de empresas de defesa pan-europeias e *joint ventures*. No caso da China, o autor classificou-a no *Tier 2*, mas, considerando o recente crescimento e poder militar da China, é mais adequado classificá-la no *Tier 1*. Seguindo a pesquisa do SIPRI “*Estimating the arms sales of Chinese companies*”, Nan Tian e Fei Su descrevem a indústria de armamentos da China da seguinte maneira:

*Between 2014–18, China’s imports of major arms fell by 50 per cent while its exports rose by 208 per cent, and China rose to become the fifth-largest supplier of major conventional weapons in the world. This supports the notion that the Chinese arms industry is growing. It indicates not only that China is becoming less dependent on imports of foreign weapons and military technology but also*

*that its industry has developed to a point where there is an increased demand for its weapons overseas. The estimate of \$54.1 billion in sales for the four companies profiled, Aviation Industry Corporation of China (AVIC), China Electronics Technology Group Corporation (CETC), China North Industries Group Corporation (NORINCO) and China South Industries Group Corporation (CSGC), and the ranking of the Chinese arms industry as the second-largest by sales are in line with China's position as the world's second-largest military spender and its rise in arms exports to place it as the fifth-largest exporter (TIAN; SU, 2020, p.15).*

Todas as quatro empresas perfiladas seriam classificadas entre as 20 maiores empresas de armamento globalmente, com três - *AVIC*, *NORINCO* e *CETC* - entre as dez primeiras. Em comparação com o passado, a China avançou consideravelmente em termos de quantidade e qualidade na indústria de defesa, e é apropriado classificá-la no *Tier 1* em vez do *Tier 2*.

A Rússia se encaixa no *Tier 1*, com base principalmente em sua herança do complexo militar-industrial soviético, embora muitas de suas capacidades industriais de defesa tenham se atrofiado consideravelmente nos últimos 20 anos devido à falta de financiamento para manter a base de P&D de defesa do país. Dada a preponderância das capacidades industriais de defesa dos EUA - especialmente quando se trata de P&D de defesa, que é alimentada por um enorme orçamento militar de P&D (mais do que o restante dos orçamentos de P&D de defesa do mundo combinados) - pode ser mais apropriado descrever os EUA como um país *Tier 1<sup>a</sup>*, e os outros como Estados produtores de *Tier 1b*. Na base da pirâmide estão os vários estados chamados de *Tier 3*, que possuem apenas capacidades de produção de armas muito limitadas e geralmente de baixa tecnologia, como a fabricação de armas pequenas ou a montagem licenciada de sistemas projetados por estrangeiros. Esses países incluem Egito, México e Nigéria. A camada intermediária é o grupo mais interessante, porque é composta por vários países. Inclui a Índia, que busca criar grandes e sofisticadas indústrias de defesa de acordo com suas aspirações de grande potência. Também inclui países em desenvolvimento ou recentemente industrializados que possuem complexos militares-industriais modestos (mas em alguns casos em expansão), como Argentina, Brasil, Indonésia, Irã, Cingapura, África do Sul, Coreia do Sul, Taiwan e Turquia. Por fim, esse *Tier* também inclui os países industrializados altamente desenvolvidos que possuem capacidade para produção de defesa avançada, mas limitada, como Austrália, Canadá, Israel, Noruega, Japão e Suécia.

A produção avançada de armas entre a maioria dos estados de *Tier 2* tornou-se cada vez mais insustentável na era pós-Guerra Fria. À medida que a demanda por insumos para recursos financeiros e tecnologia continuava a aumentar, eles se viram cada vez mais pressionados para manter até mesmo suas capacidades existentes para a produção de armamentos. É claro que alguns Estados produtores de armas de *Tier 2* continuaram a lutar por altos níveis de autarquia, apesar

desses contratemplos. Em particular, China, Índia, Japão, Coreia do Sul e talvez o Brasil ainda parecem fortemente comprometidos com a construção de indústrias de armas nacionais avançadas e de base ampla, impulsionadas em particular por poderosos sentimentos "*tecnonacionalistas*" (BITZINGER, 2015, p.4).

Esses materiais mostram não apenas a posição de um país na hierarquia global de produtores de armamentos, mas também o porquê. Os materiais medem não apenas as bases industriais de defesa nacionais dos países em relação uns aos outros, mas também a capacidade dos estados para inovação e produção. Em outras palavras, eles fornecem um objetivo e um roteiro para o progresso, por assim dizer, para os Estados produtores de armas que aspiram subir para *Tiers* mais altos.

## **4.2 A indústria de defesa nos países em desenvolvimento e a dependência**

### 4.2.1 Dependência

Para o caso mais específico dos países em desenvolvimento, Jurgen Brauer (2002) aponta que, ao se discutir a produção de armas nesses países, existem pelo menos três níveis de capacidade de manufatura: a construção de plataformas militares; a fabricação das armas a serem montadas na plataforma; e a produção dos módulos e subcomponentes necessários (BRAUER, 2002, p.105). Stephanie Neuman (2006) defende que alguns países em desenvolvimento adquiriram apenas a capacidade de montar ou desmontar sistemas militares, mas não são capazes de projetar e produzir seus próprios. Outros são realizados na produção de plataformas - como veículos blindados, aeronaves ou embarcações navais - mas permanecem dependentes de importações para suas armas, subunidades e componentes eletrônicos. Alguns desses países são proficientes na produção de parte das armas e componentes avançados, mas devem importar o restante (NEUMAN, 2006, p.15).

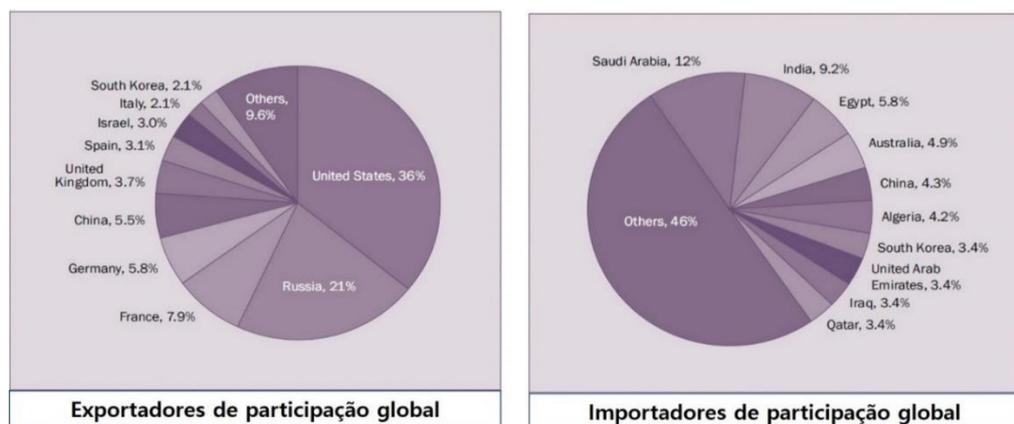
Os países em desenvolvimento buscam diminuir sua dependência dos Estados fornecedores para o acesso à alta tecnologia, a fim de ganhar um mínimo de autonomia e poder. A dependência de fornecedores estrangeiros, na visão do destinatário, permite o controle do fornecedor sobre quais sistemas de armas e tecnologias eles podem adquirir e, assim, dá a um Estado estrangeiro o controle sobre suas capacidades militares. Além disso, da perspectiva do

destinatário, o Estado fornecedor tem a capacidade de moldar a política externa do destinatário por meio de embargos de armas e restrições ao uso de sistemas de armas importados. Na busca por aumento de poder, portanto, os países em desenvolvimento percebem as indústrias de defesa nacional como uma ferramenta para alcançar um fornecimento garantido e independente de armas e uma medida de autonomia, ao mesmo tempo que diminuem a influência dos Estados fornecedores.

No artigo “*Third world arms production and the evolving interstate system*”, Rosh defende que os países em desenvolvimento podem se tornar menos dependentes e até independentes dos principais fornecedores de armas se continuarem a investir e desenvolver uma base local de produção de armas. Embora os Estados industrializados de defesa exijam transferências de tecnologia dos Estados industrializados, ele sugere que se os Estados continuarem a buscar a autossuficiência e os sistemas de armas nativos, eles podem quebrar sua dependência dos grandes produtores de armas aumentando suas capacidades de produção ou diversificando suas fontes de importação. A globalização da produção de defesa, ele conclui, poderia ajudar os países em desenvolvimento a acabar com a influência hegemônica de um Estado dominante (ROSH, 1990).

Em particular, os países incluídos no *Tier 2* têm em comum a aspiração de manter ou mesmo aumentar sua autossuficiência na produção de armamentos. A Coreia do Sul e o Brasil, por exemplo, desenvolveram extensa capacidade de produção de armas em várias áreas. Nenhum, entretanto, é totalmente autossuficiente, e seus setores de defesa continuam fortemente dependentes de importações.

Gráfico 2 - Participação global das principais exportações e importações de armas pelos 10 maiores exportadores e importadores, 2015–19



Fonte : Elaboração própria, baseada em WEZEMAN, P.; FLEURANT; KUIMOVA; LOPES DA SILVA; TIAN; WEZEMAN, S. (2020, p.3-7)

Tabela 7 - O volume de Exportações e Importações (EUA, França, Coreia do Sul e Brasil)

	Exportações (Participação global das exportações de armas, %)	Importações (Participação global das importações de armas, %)	Importações de armas em % das exportações de armas
EUA	53.033 (36%)	2.925 (2,0%)	5,52%
França	11.544 (7,9%)	450 (Less than 0,5%)	1.01%
Coreia do Sul	3.085 (2,1%)	5.004 (3,4%)	162,20%
Brasil	299 (0,2%)	869 (0,6%)	290,63%

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados de SIPRI

Conforme mostrado na Gráfico 2 e na tabela 7, ao contrário de países avançados como os Estados Unidos e a França, a Coreia do Sul e o Brasil importaram muito mais itens de defesa do que exportaram. O mesmo se aplica a todos os outros estados produtores de armas em desenvolvimento. Em contraste, os EUA foram o maior exportador de armas em 2015–19 e entregaram as principais armas a 96 Estados. Este é um número muito maior de destinos para as exportações de armas do que qualquer outro fornecedor. Conforme enfatizado na figura, os EUA sozinhos responderam por aproximadamente 36%. Além disso, os EUA importaram bens de defesa que valem apenas uma pequena quantidade (5,52%) do valor de suas exportações de armas. O *status* detalhado de importação e exportação da Coreia do Sul e do Brasil é o seguinte:

Tabela 8 - O volume de exportações e importações e principais clientes e fornecedores da Coreia do Sul, 2010-2019

	Exportações (Participação global das exportações de armas, %)	Principais clientes (Participação nas exportações totais do exportador, %)		
		Primeiro	Segundo	Terceiro
2010-2014	1271 (0,9%)	Turquia (59%) (Self-propelled gun, Trainer aircraft)	Indonésia (35%) (Trainer aircraft, IFV, AALS)	Colômbia (26%) (Corvette)
2015-2019	3085 (2,1%)	Reino Unido (17%) (Oiler)	Iraque (14%) (Trainer&combat aircraft)	Indonésia (13%) FGA aircraft, Submarine AALS
	Importações (Participação global de importações de armas, %)	Principais fornecedores (participação nas importações totais do importador, %)		
		Primeiro	Segundo	Terceiro
2010-2014	4845 (3,5%)	EUA (89%) APC, AEW&C aircraft, FGA aircraft, search radar, Gas turbine, UAV, etc.	Alemanha (5%) Diesel engine, SAM, Submarine	Israel (2%) Combat aircraft radar, SSM/ASM
2015-2019	5004 (3,4%)	EUA (55%) UAV, Gas turbine SAM, Turbofan, SRAAM, Naval gun, Aircraft EO system, Guided bomb, Guided rocket, Air search radar, etc.	Alemanha (30%) Diesel engine, ASM	Espanha (7,8%) Tanker&transport aircraft

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados de SIPRI

A Coreia do Sul está dando um salto à frente exportando LSS (navios de apoio logístico) para países avançados, como o Reino Unido, juntamente com países médios e em desenvolvimento, como América Central do Sul e Sudeste Asiático. A Coreia do Sul foi o décimo maior exportador de armas em 2015–19, com uma participação de 2,1% do total global. Suas exportações de armas aumentaram 143% entre 2010–14 e 2015–19, o maior nível de aumento entre os exportadores entre os dez primeiros. No entanto, as importações da Coreia do Sul permaneceram substancialmente maiores do que suas exportações. Em particular, as armas autopropelidas K-9 exportadas para a Turquia ocuparam o primeiro lugar esmagador no mercado global de exportação

de armas autopropelidas de 2000 a 2017, respondendo por quase metade de 48% (527); PzH-2000 da Alemanha (189), César da França (175), PLZ da China (128).

A Coreia do Sul também abriu possibilidades para o setor de aviação exportando aeronaves de treinamento e combate para a Indonésia e o Iraque. No entanto, conforme indica o *status* das importações, mais de 80% estão concentrados em países desenvolvidos, como Estados Unidos e Alemanha. Além disso, a maioria das principais importações são componentes como radares e motores de caças, bem como armas de alta tecnologia, como vários mísseis e veículos aéreos não tripulados. Pode-se ver que o país ainda é muito fraco em termos de competitividade de tecnologia de ponta no sistema de armas e ainda depende de países avançados. Fenômeno semelhante pode ser observado no Brasil.

Tabela 9 - O volume de exportações e importações e principais clientes e fornecedores do Brasil, 2010-2019

	Exportações (Participação global das exportações de armas, %)	Principais clientes (Participação nas exportações totais do exportador, %)		
		Primeiro	Segundo	Terceiro
2010-2014	280 (0,2%)	Equador (28%) Trainer&combat aircraft	Indonésia (19%) Trainer&combat aircraft	Chile (13%) Trainer&combat aircraft
2015-2019	299 (0,2%)	Afeganistão (38%) Trainer&combat aircraft	Indonésia (17%) Trainer&combat aircraft, Self-propelled MRL	Líbano (11%) Trainer&combat aircraft, APC
	Importações (Participação global de importações de armas, %)	Principais fornecedores (participação nas importações totais do importador, %)		
		Primeiro	Segundo	Terceiro
2010-2014	1377 (1,0%)	Alemanha (32%) Tank, Diesel engine, ARV, SPAAG	EUA (22%) ASW aircraft Diesel engine Helicopter Light transport ac	Rússia (12%) Anti-tank missile Combat helicopter Portable SAM
2015-2019	869 (0,6%)	França (26%) Transport helicopter Nuclear submarine Anti-ship helicopter AALS	EUA(20%) Self-propelled gun APC, ALV, UAV, Transport aircraft	Reino Unido (17%) Air refuel system MP aircraft radar AALS

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados de SIPRI

No caso do Brasil, destaca-se o setor de aviação, que tradicionalmente possui excelente tecnologia. As exportações estão sendo realizadas principalmente em uma aeronave de treinamento e combate denominada EMB 314 (Super Tucano). No entanto, como se pode verificar pelos itens importados, os próprios equipamentos de alta tecnologia ou peças que integram os equipamentos tendem a ser importados de países avançados como Estados Unidos, Alemanha e França, situação similar à da Coreia do Sul. Ou seja, pode-se observar que Brasil e Coreia do Sul dependem de países avançados como Estados Unidos e Europa.

Nesse sentido, nenhum dos países em desenvolvimento produtores de armas foi capaz de reduzir sua dependência de importações estrangeiras, especialmente nas áreas de “projeto de armas, engenharia e assistência ao desenvolvimento, componentes e subsistemas críticos, máquinas-ferramenta e *know-how* de produção.” À medida que o ritmo da inovação tecnológica continua a aumentar e a lacuna entre os Estados Unidos e outros países se amplia, a capacidade de acompanhar até mesmo os produtores mais avançados está diminuindo (NEUMAN, 2006, p.15-16). Kirkpatrick (2004) afirma que a disparidade em P&D e capacidades de produção entre os EUA e outros produtores de armas no futuro próximo se refletirá em uma “lacuna cada vez maior entre as qualidades e capacidades dos sistemas de armas produzidos nos EUA e aqueles produzidos em outras nações.” Nesse caso, as dependências desses países dos recursos militares dos Estados Unidos deverão aumentar (KIRKPATRICK, 2004, p. 243). Portanto, essas tendências sugerem que há poucas maneiras pelas quais os países em desenvolvimento produtores de armas podem evitar o aumento da dependência econômica, militar e política dos países avançados.

#### 4.2.2 Indústria de defesa da Coreia do Sul

Historicamente, a indústria de defesa da Coreia do Sul é amplamente dividida em quatro estágios. Primeiro, é o início e o crescimento da indústria de defesa (1970 a 1979). Do pós-Guerra da Coreia aos primeiros dias da administração de Park Chung-hee, o principal objetivo da política do governo sul-coreano era responder à crise de segurança e restaurar a economia devastada do pós-guerra. Portanto, a demanda por armas decorrente da crise de segurança teve que contar principalmente com a ajuda militar dos Estados Unidos. Na Tabela 10, a ajuda militar dos EUA atingiu um máximo de \$ 53 milhões em 1954, o que foi cinco vezes o valor de \$ 100 milhões em gastos com defesa. Essas enormes quantidades de ajuda militar foram usadas principalmente para comprar armas para aumento de poder (JI; LEE, 2015, p.150).

Tabela 10 - Orçamento de Defesa da Coreia do Sul e Ajuda Militar dos EUA, 1954-1969

(Unidade: US\$ milhões)

Ano	Orçamento de defesa da Coreia do Sul	Ajuda militar dos EUA	Total
1954	100	503	603
1955	100	461	561
1956	100	231	331
1957	124	266	390
1958	143	356	499
1959	155	212	367
1960	148	213	361
1961	126	233	359
1962	136	188	324
1963	114	211	325
1964	102	177	279
1965	112	243	355
1966	144	176	320
1967	167	154	321
1968	212	231	443
1969	269	267	536

Fonte: JI; LEE (2015, p.150)

Um alto nível de crise de segurança foi criado em 1968 e 1969, especialmente em 21 de janeiro de 1968, quando ocorreu um incidente em que um espião norte-coreano se infiltrou em Seul com o objetivo de assassinar o presidente sul-coreano. Nessa situação, em 1969, os Estados Unidos anunciaram a Doutrina Nixon, que aumentava a possibilidade de retirada das forças norte-americanas na Coreia do Sul, gerando uma crise de segurança no país. Conseqüentemente, o presidente Park Chung-hee argumentou que a base da política de defesa é "manter o poder de defesa para repelir qualquer forma de agressão e desafio". Em agosto de 1970, ele enfatizou a urgência de desenvolver e produzir armas para ampliar o poder de defesa independente e estabeleceu a Agência para o Desenvolvimento de Defesa (ADD: *Agency for Defense*

*Development*) como um departamento dedicado a fomentar a indústria de defesa. Além disso, desde 1974, sob o nome de Projeto Yul-gok, as bases para o desenvolvimento independente da indústria de defesa foram lançadas através da promoção da localização de armas básicas, reforço e modernização de equipamento militar (JI; LEE, 2015, p.151).

Em segundo lugar, há um período de estagnação na indústria de defesa (1980-1991). Depois do presidente Park Chung-hee, a indústria de defesa entrou em estagnação devido às mudanças nas políticas interna e externa. Internamente, quando o governo Chun Doo-hwan assumiu o poder e a retirada das forças dos EUA na Coreia do Sul foi cancelada, a situação de segurança na península coreana mudou em relação à anterior, e a indústria de defesa ficou em segundo lugar. Embora o governo tenha promovido o 2º e o 3º projetos *Yulgok*, a indústria de defesa não se desenvolveu em comparação com a década de 1970 e permaneceu quase no mesmo nível (GIL, 2016, p.76). Houve três razões: em primeiro lugar, a partir de 1977, o desequilíbrio do poder militar entre as duas Coreias começou a diminuir devido ao aprimoramento das capacidades de defesa interna da Coreia. Em segundo lugar, no governo Reagan, que defendia o neoconservadorismo americano, foi suspensa a retirada das forças dos EUA na Coreia do Sul como parte da política na Península Coreana. Portanto, o ambiente de segurança interna melhorou em comparação com o anterior, a percepção do governo sobre a indústria de defesa mudou e as prioridades políticas foram colocadas mais fortemente no setor privado. Além disso, a administração Chun Doo-hwan coloca mais peso na estratégia combinada Coreia do Sul-EUA do que na visão de alcançar defesa independente por meio da soberania tecnológica. Para superar o poder militar inferior contra a Coreia do Norte, o governo sul-coreano não sentiu a necessidade de desenvolver armas domésticas porque era melhor comprar diretamente armas estrangeiras avançadas que são vantajosas em termos de desempenho e preço (GIL, 2016, p.81).

Uma terceira fase refere-se ao período de internalização da indústria de defesa (1992-2002). Era o momento de fortalecer a indústria de defesa após a declaração de reorganização da estrutura militar pelo governo Roh Tae-woo. Foi também a época em que o desenvolvimento independente e a base de produção de armas de precisão avançada, como armas guiadas, caças, submarinos e destróieres foram estabelecidos para melhorar as capacidades de defesa. Em termos de segurança internacional e meio ambiente, a questão da retirada das forças americanas novamente serviu como uma variável. Semelhante à retirada das forças dos EUA durante os períodos Nixon e Carter, as discussões sobre a retirada das forças dos EUA ocorreram sem consulta prévia às forças sul-coreanas. Além disso, as discussões sobre a transição do WT-OPCON (*Wartime Operational Control*), que dependia dos militares dos EUA por mais de 40 anos, fizeram a Coreia do Sul enfatizar novamente a autodefesa. No curso das negociações entre os dois países,

a realidade era que a transição apressada do WT-OPCON não poderia garantir a sucessão no caso de falha em deter a guerra contra a Coreia do Norte. Primeiramente, foi acordada apenas a transição do *Peacetime Operational Control*, e depois transferida em 1º de dezembro de 1994. Durante esse período, o governo fez grandes esforços para melhorar a tecnologia nacional e promover as exportações de defesa em conexão com armas estrangeiras. Isso pode ser visto como uma medida para melhorar a situação no momento, como diminuir a demanda por armas convencionais básicas, lentidão nas exportações para o exterior, aumentar a demanda por armas de precisão avançadas e estabelecer um sistema independente de pesquisa e desenvolvimento de sistema de armas a partir de uma perspectiva de longo prazo (GIL, 2016, p.83-84).

O quarto é uma nova ascensão da indústria de defesa (2003-). Nesse período, o governo Roh Moo-Hyun assumiu o poder e expressou a forte vontade de reforma da defesa nacional ao cumprir a proposta legislativa do “Plano de Reforma Militar 2020”. Foi o momento em que a competitividade das exportações de defesa foi aumentada através da industrialização de tecnologias de P&D na indústria de defesa, a fim de responder de forma ativa e flexível às mudanças nas diretrizes da estratégia de segurança nacional e no ambiente de segurança. As guerras travadas pelos Estados Unidos após a Guerra do Golfo mostraram uma nova aparência de guerras futuras centradas em armas avançadas. Conseqüentemente, para responder ao futuro ambiente de campo de batalha, o governo tentou transformar a estrutura militar de força militar quantitativa orientada em uma estrutura militar de tecnologia intensiva centrada em informação e conhecimento. No passado, a indústria de defesa estava mudando seu foco para uma política da indústria de defesa focada na competição, a fim de melhorar a qualidade das empresas da indústria de defesa. Além disso, teve como foco garantir a competitividade internacional no aspecto de fomentar e proteger as empresas da indústria de defesa para a produção estável de suprimentos militares (GIL, 2016, p.86).

Agora, a Administração do Programa de Aquisição de Defesa da Coreia do Sul (DAPA: *Defense Acquisition Program Administration*) tem trabalhado para melhorar o ambiente regulatório para a base industrial de defesa do país, a fim de impulsionar a inovação e reduzir a dependência de fornecedores estrangeiros. Seul atualizou sua política de compensação em dezembro de 2018, expandiu seu programa de substituição de importações em 2019 para melhorar sua segurança de abastecimento no setor de defesa e lançou um plano para apoiar o desenvolvimento de P&D militar em PMEs. Também lançou um ‘conselho empresarial de defesa’ para melhorar a coordenação entre as partes interessadas da indústria de defesa (IISS, 2020, p.229).

#### 4.2.3 Indústria de defesa do Brasil

No Brasil, a implantação de centros de P&D de tecnologias aplicadas à área militar, vis-à-vis o avanço da industrialização entre as décadas de 1950 e 1970, propiciou um arranjo produtivo induzido pelo Estado que deu origem a importantes empresas produtoras do Ministério da Defesa no país. Com fomento estatal, articulou-se entre as instituições de P&D vinculadas às organizações militares uma política de benefícios destinados às empresas privadas e estatais dedicadas à produção de Ministério da Defesa. A pedra fundamental desse modelo, o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), foi fundado em 1954. Com a evolução no setor de P&D no âmbito da Força Aérea (FAB), criou-se em 1969 a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), e, nos anos 1970, os complexos de P&D da Marinha e da Força Aérea foram expandidos substancialmente (CONCA, 1997, p. 40). Na década de 1970, o Exército implantou um modelo organizacional para as atividades de P&D que seguiu o desenho institucional desenvolvido duas décadas atrás pela FAB, que deu origem ao Centro Tecnológico do Exército (CTEx) (CONCA, 1997, p. 42). Durante a década de 1970, o regime militar consolidou uma política industrial-militar, com uma estratégia de crescimento liderada pelo Estado, estimulando o investimento no setor de defesa e garantindo mercado para os fabricantes. Para a consecução da política industrial-militar, foram utilizados subsídios diretos e indiretos, incentivos fiscais, P&D financiada pelo Estado, políticas de aquisições de Ministério da Defesa produzidas internamente e de proteção ao mercado brasileiro (CONCA, 1997, p. 88). As restrições dos Estados Unidos — principal fornecedor de Ministério da Defesa para o Brasil — à obtenção de tecnologia avançada ou à aquisição de equipamentos atualizados aumentaram no imediato pós-II Guerra Mundial. Tal fato, por um lado, evidenciou as dificuldades de estruturar um sistema de defesa nacional ancorado na dependência estratégica de tecnologia e produtos de defesa de outros países, mas, por outro lado, propiciou o desenvolvimento de iniciativas nacionais para o início da pesquisa e da produção de armamentos com certa autonomia, baseado principalmente no fornecimento de meios de defesa destinados às Forças Armadas. Durante o regime militar brasileiro, os governos introduziram uma política para ampliar a produção do Ministério da Defesa. Nesse período, segundo Buzan (1991, p. 72), “o Brasil estava entre as nações determinadas em construir uma indústria de armamentos de base ampla”.

Entretanto, nem as limitações de acesso à tecnologia avançada impediram a expansão da indústria de defesa brasileira nos anos 1970. Em uma década, o Brasil, com forte dependência de fornecedores externos, tornou-se importante exportador de armas e líder entre os denominados países do “Terceiro Mundo” (CONCA, 1997, p. 1). Não obstante o dinamismo inicial do setor, a

produção brasileira do Ministério da Defesa se caracterizava pelo baixo incremento de tecnologia (BATTAGLINO, 2009, p. 88).

Ainda que a produção da indústria de defesa no Brasil, durante as décadas de 70 e 80, apresentasse baixa incorporação de tecnologia avançada, o país foi capaz de desenvolver sistemas de armas bastante sofisticados para uso local e, posteriormente, para a exportação aos países de menor desenvolvimento econômico e, em algumas ocasiões, para os países desenvolvidos (ABETTI; MALDIFASSI, 1994, p. 14). Em meados da década de 1980, a indústria brasileira de armamentos foi amplamente vista como um sucesso. Com a eclosão do conflito militar entre Irã e Iraque, houve um aumento exponencial nas vendas de armas. A seguir está uma tabela mostrando a situação das exportações dos principais países exportadores de armas, incluindo o Brasil, de 1985 a 1989:

Tabela 11 - Os principais exportadores das principais armas, 1985-89

<b>Exportadores</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1985-89</b>
1. USSR	12.796	14.579	14.718	12.464	11.652	66.209
2. EUA	8.800	10.272	12.529	10.505	10.755	52.862
3. França	3.970	4.005	2.896	2.199	2.732	15.802
4. Reino Unido	1.699	1.429	1.665	1.297	1.620	7.711
5. China	1.088	1.193	1.960	1.842	779	6.862
6. Alemanha Ocidental	1.025	1.108	674	1432	780	5.019
7. Tchecoslováquia	497	497	570	548	546	2.658
8. Itália	646	456	388	438	149	2.077
9. Suécia	163	324	489	577	323	1.877
10. Holanda	88	240	265	532	631	1.756
11. Brasil	188	150	507	356	183	1.385
12. Israel	227	250	346	133	228	1.183
13. Espanha	139	193	160	212	404	1.109
14. Canadá	132	472	387	75	37	1.103
15. Egito	124	159	194	232	62	771
Outros	922	710	1089	777	938	4.432
Total	32.504	36.037	38.837	33.619	31.819	172.816

Os países são classificados de acordo com as exportações agregadas de 1985-89. Os valores estão em US \$ milhões, a preços constantes (1985).

Fonte: SIPRI YEARBOOK (1990, p. 221)

De 1985 a 1989, os valores do indicador de tendência (TIV: *Trends Indicator Values*) do Brasil foram de US \$ 1.385 milhões, 11º lugar no *ranking* mundial. No Brasil, como produtor e exportador do terceiro mundo, a indústria alcançou um sucesso espetacular na década de 1980. No entanto, a indústria de armamentos do Brasil entrou em colapso, assim como seu comércio de armas, após o fim da guerra Irã-Iraque em 1988 (BRAUER, 2007, p.980).

Além disso, a mudança no cenário internacional - com o fim da Guerra Fria e a transição para a democracia na América do Sul, de 1980 a 1990 - alterou a configuração do modelo industrial e interrompeu a geração de saldos exportáveis. A dependência estratégica em relação aos EUA fez com que o Brasil respeitasse as restrições impostas pelo país à venda de armas ao Oriente Médio. Com isso, as vendas de armas para essa região, impulsionadas pelo sucesso do Sistema de Foguetes de Saturação de Artilharia, foram canceladas, e as exportações caíram acentuadamente. (DAGNINO, 2010, p. 77). Em 1990–1994, as exportações caíram para US \$ 262 milhões, 19º lugar (SIPRI, 1995, p. 493); e, em 1995–1999, a US \$ 99 milhões, 30º lugar no *ranking* mundial (SIPRI, 2000, p. 372). Entre as análises da ascensão e queda da indústria de defesa no Brasil, uma corrente defende que a produção do Ministério da Defesa seguiu um padrão cíclico de 15 anos, dada as características tecnológicas dos armamentos, que necessitam de uma infraestrutura para a sua contínua atualização e ainda, segundo essa interpretação, pela saturação do mercado interno (ABETTI; MALDIFASSI, 1994, p. 231). A indústria de defesa brasileira encontrou dificuldade para oferecer ao mercado internacional produtos de maior intensidade e sofisticação tecnológica, isso, aparentemente, atribuído à *insuficiente capacitação tecnológica para o desenvolvimento e produção* e adicionalmente, defrontando-se com a pressão exercida pelos Estados Unidos para limitar e controlar as exportações de Ministério da Defesa (DAGNINO, 2010, p. 69, grifo do autor). Uma segunda corrente interpretativa questiona os aspectos políticos advindos das transformações geradas pelo fim dos governos militares. Com a redemocratização, as forças políticas que controlavam o governo perderam influência nas políticas de defesa, sofrendo alterações em projetos e programas, obstando avanços obtidos no setor (CONCA, 1997, p. 246). A indústria de defesa brasileira deu mostras de resiliência nos primeiros quatro anos da redemocratização e manteve vendas externas em um patamar elevado até 1989 (DAGNINO, 2010, p. 77), o que pode ser atribuído ao governo civil, que possuía em seus quadros elementos ligados ao regime militar (O'DONNELL, 1988, p. 282), e à permanência de uma “tutela militar” sobre esse governo, sobretudo nas questões relativas ao setor da Defesa. Se a desatualização tecnológica e a descontinuidade dos projetos tiveram peso importante sobre a indústria de defesa brasileira, o fim da Guerra Irã-Iraque — na qual o Iraque comprava armamentos brasileiros, o que sustentou parte da dinâmica produtiva — foi responsável pela descontinuidade no ritmo da produção. Com o ocaso

da produção no setor, o início da década de 90 marca o desmantelamento da indústria de defesa brasileira (COSTA, 2005, p. 216).

A posição privilegiada da década de 80, quando o Brasil esteve entre os principais exportadores de armamentos do mundo, deu lugar à perda de dinamismo pela sua dependência estratégica. Na década de 90, a indústria de defesa perdeu o seu principal fabricante de blindados, a Engesa, e, com as restrições orçamentárias das Forças Armadas e queda nas exportações, manteve sua produção em patamar mínimo. A situação pouco mudou na primeira década do milênio. Em 2012, o valor das exportações de sistemas de armas alcançou US\$ 36 milhões, com vendas concentradas em poucos produtos, como o Sistema de Foguetes Astros II da Avibras e a aeronave de ataque leve EMB-314 Super Tucano, ambos desenvolvidos originalmente na década de 80 (SIPRI, 2013). A diminuição das encomendas governamentais em função de restrições orçamentárias e a desatualização tecnológica pela ausência de investimentos em P&D limitaram a capacidade da indústria de defesa brasileira para desenvolver plenamente seu potencial.

Em 2005, o governo brasileiro instituiu a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), para fortalecer a Base Industrial de Defesa (BID). Para esse fim, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a redução da carga tributária e destinou incentivos para a melhoria tecnológica dos produtos estratégicos de defesa (BRASIL, 2005). Mas é com a Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008 que o governo sistematiza pontos importantes para a modernização e reestruturação da indústria de defesa, como a preferência por países que transfiram tecnologia nas aquisições do Ministério da Defesa (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, por meio de parcerias, empresas brasileiras se associam às suas congêneres estrangeiras para produção de bens e serviços de defesa em território nacional. A aquisição de tecnologia teve por objetivo atualizar setores da indústria de defesa brasileira que perderam relevância nos 90. Entre as empresas industriais fornecedoras de Ministério da Defesa para as forças armadas brasileiras em 2010, 37% produziam produtos de baixa intensidade tecnológica, 17% de média/baixa, 21% de média alta e 25% de alta. Os dados representam toda a cadeia de fornecedores das Forças Armadas, incluindo sistemas de armas, produtos de vestuário, armamentos, munições e explosivos, equipamentos de comunicação, entre outros (SCHMIDT; ASSIS, 2013, p. 35-38). Grande parte dos fornecedores continua concentrado em produtos de baixa e baixa/média intensidade, o que é confirmado pelo reduzido valor das exportações de Ministério da Defesa em anos recentes.

Os desafios econômicos e sociais em todo o continente significam que os gastos com defesa geralmente não são uma prioridade de política pública, ainda mais na ausência de ameaças externas óbvias à segurança de qualquer um dos principais Estados. Os desafios de segurança

interna permanecem agudos, embora não exijam o mesmo nível de investimento que as ameaças militares convencionais. Entre 2018 e 2019, os gastos regionais com defesa caíram 0,9% em termos reais. No entanto, os gastos aumentaram no Brasil e na Colômbia. O Brasil, que já possui o maior orçamento de defesa da região, viu os gastos aumentarem em quase US \$ 450 milhões, quando medidos em dólares constantes de 2015. O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, é um ex-oficial militar, e as forças armadas não foram isoladas no primeiro orçamento de seu governo. De fato, Brasília está procurando reduzir o orçamento de defesa para R\$68,34bilhões em 2020, ante R\$107,03 bilhões em 2019. Em dólares atuais, isso significaria uma queda de 38%, de US \$ 27,5 bilhões para US\$16,9 bilhões. Dentro disso, o orçamento de investimento será reduzido em 33%, caindo de US\$1,61 bilhão para US\$1,08 bilhão, o que pode levar a atrasos nas aquisições ou alterações nas encomendas, como para o avião de combate Saab Gripen ou o avião de transporte KC-390. Isso ocorre na sequência de um congelamento orçamentário imposto em 2019 a vários ministérios, incluindo o Ministério da Defesa, em um esforço para conter o déficit público em face da redução da receita tributária (IISS, 2020, p.397).

Apesar de restrições orçamentárias substanciais, o Brasil está tentando modernizar seus equipamentos em todos os domínios. Os principais desenvolvimentos de plataforma incluem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e a aquisição, em 2018, de um antigo porta-helicópteros do Reino Unido. O Brasil possui uma base industrial de defesa bem desenvolvida, em todos os domínios, com capacidade de projetar e fabricar equipamentos para suas Forças Armadas. O setor aeroespacial é significativo, com algumas empresas privadas, como Avibras e Embraer, exportando para clientes internacionais. As empresas locais também estão envolvidas no Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON). Existem parcerias industriais, incluindo transferência de tecnologia e suporte de P&D, com o Grupo Naval da França (PROSUB) e o Saab da Suécia (caça FX-2) (IISS, 2020, p.405).

### **4.3 Pré-requisito para cooperação na indústria de defesa de países em desenvolvimento: superando a dependência**

#### **4.3.1 Dependência das indústrias de defesa coreana e brasileira**

Em agosto de 2019, o Ministério da Defesa da Coreia do Sul anunciou um Plano de Defesa de Médio Prazo para 2020–24, detalhando planos de defesa e aquisições para os próximos cinco anos. O Ministério da Defesa alocou um orçamento total de KRW290,5 trilhões (US \$ 247,4

bilhões) para o plano. Desse total, KRW103.8 trilhões (US \$ 88,4 bilhões) foram alocados para a melhoria da força (incluindo pesquisa e desenvolvimento e aquisição), um aumento anual de 10,3%. À manutenção da força (incluindo construção), foram alocados KRW186,7 trilhões (US \$ 159 bilhões), um aumento anual de 5,3% (IISS, 2020, p.245). A Coreia do Sul desenvolveu uma ampla gama de indústrias de defesa domésticas, que são capazes de fornecer a maioria das necessidades militares. No entanto, ainda existe dependência dos EUA em áreas como aeronaves de combate da linha de frente. As indústrias de defesa locais estão obtendo um sucesso crescente nas exportações, especialmente com o jato de treinamento T-50 e K-9 *self-propelled howitzer* (IISS, 2020, p.287).

O Ministério da Defesa do Brasil também está tratando do desenvolvimento da indústria de defesa pelo PAED (Plano de Articulação e Equipamento da Defesa). O PAED é, em termos simples, o principal instrumento que o Estado dispõe para garantir o fornecimento dos meios que as Forças Armadas necessitam, bem como a infraestrutura que irá provê-los. Por meio dele, o Ministério da Defesa planeja e executa as compras associadas aos projetos estratégicos de defesa, ao mesmo tempo em que organiza e sustenta, com esses investimentos, o setor industrial de defesa no país (BRASIL, 2020). Em particular, ele observa que o Brasil poderia se beneficiar da seguinte forma por meio desta iniciativa:

Entre os ganhos identificados, pode-se destacar: 1) Aumento do poder dissuasório do país, fortalecendo sua capacidade de atuar autonomamente no campo internacional com redução das vulnerabilidades a pressões externas; 2) Fortalecimento da indústria nacional, com geração de empregos e elevação dos níveis de qualificação em todas as áreas de ciência e tecnologia, especialmente as relativas a construção naval e a indústrias aeronáutica e automotriz, e em áreas como eletrônica e tecnologia da informação; Capacidade de projetar, desenvolver e fabricar sistemas, materiais, componentes e equipamentos nucleares e convencionais com uso de tecnologia dual; 3) Integração de universidades e institutos/centros de tecnologia e pesquisa militares no desenvolvimento e absorção de tecnologia sensível; 4) Capacitação da indústria nacional, mediante a transferência de tecnologia; 5) Desenvolvimento da indústria naval, impulso à construção civil, implantação de empresas de alta e média tecnologias e incremento substancial do setor de comércio; 6) Ampliação da presença do Estado junto a populações de regiões desassistidas; 7) Elevação da capacidade de prover segurança em grandes eventos (BRASIL, 2020).

No entanto, considerando a situação atual das importações e exportações de armas, percebe-se que o Brasil ainda depende da indústria de defesa dos países avançados. Embora as importações de armas do Brasil tenham sido 37% mais baixas do que em 2010-14, o país foi o maior importador de armas na América do Sul em 2015-19, responsável por 31% das importações de armas da sub-região. No final de 2019, ela também tinha os maiores pedidos pendentes de armas

- incluindo aeronaves de combate da Suécia e submarinos da França - de qualquer Estado da sub-região. Tanto a Coreia do Sul quanto o Brasil não são autossuficientes na produção de armas. Armas de produção própria são complementadas por armas importadas de outros lugares. Até mesmo as armas de produção própria dependem, em certa medida, de componentes ou serviços importados, como materiais especializados, metais, projetos, *software*, treinamento, manutenção, reparo e outros produtos e serviços.

#### 4.3.2 Cooperação da Indústria de Defesa e Limitações dos países em desenvolvimento

A produção de sistemas de armas em ambiente de cooperação internacional pode ocorrer em duas situações: 1) o desenvolvimento de novos produtos por meio de acordo bilateral ou de um consórcio de países; e 2) a fabricação de material de defesa que já esteja em produção, com transferência de tecnologia do produtor primário para outro país por meio de acordo bilateral ou sob forma de um consórcio de países. Em ambos os casos, no âmbito sul-americano, a participação ativa do Brasil e da indústria de defesa brasileira tem importância vital para o desenvolvimento da cooperação no segmento (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017, p.302).

Moritz Weiss e Felix Biermann (2018) explicam os efeitos da cooperação:

*Compared to a national approach to arms production, defence industrial cooperation is expected to result in better products at a lower price per unit. The reasons are manifold: research and development costs can be shared; economies of scale decrease the production costs per unit; and a division of labour facilitates the use of comparative advantages of the cooperation partners. Yet, cooperation provides substantial military gains, too. Given that multilateral operations have become the rule rather than the exception, defence industrial cooperation significantly improves the interoperability of military systems and the standardization process. Ultimately, increased cooperation may enhance mutual identification and socialization and, by this, strengthen trust among governments (WEISS; BIERMAN, 2018, p.3-4).*

No entanto, é importante reconhecer que essa suposta tendência é promovida dentro dos limites de um setor continuamente altamente politizado. Diante das tensões políticas, a cooperação no setor de defesa é frequentemente questionada. Isso ficou claro recentemente no caso da França, que rapidamente suspendeu a entrega de dois navios de assalto anfíbio da classe Mistral para a Rússia em reação à anexação da Crimeia em 2014. Isso nos lembra da natureza inerentemente sensível da cooperação de defesa e sublinha o conflito persistente entre imperativos políticos, econômicos e tecnológicos (WEISS; BIERMAN, 2018, p.15). Recentemente, a Argentina vem promovendo a importação da aeronave leve de ataque FA-50 da Coreia do Sul, mas o contrato foi

cancelado devido ao embargo de armas do Reino Unido. Cinco dos componentes do FA-50 são feitos no Reino Unido e os direitos de exportação são reservados para o Reino Unido. O Reino Unido e a Argentina lutam pela soberania sobre as Ilhas Malvinas no Atlântico Sul desde 1982. O embargo de armas do Reino Unido contra a Argentina começou nesta época, e as exportações do FA-50 foram bloqueadas pela pressão.

Conforme analisado acima, a Coreia do Sul e o Brasil ainda são países em desenvolvimento na indústria de defesa mundial. Países avançados - Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França - pertencentes ao nível superior às vezes importam alguns componentes e tecnologias básicas do exterior, mas possuem suas próprias tecnologias, de modo que a maioria dos sistemas de armas são pesquisados e desenvolvidos em seu próprio país. Portanto, para que a Coreia do Sul e o Brasil sejam reconhecidos como países de nível intermediário superior na estrutura hierárquica internacional da indústria de defesa mundial, eles necessitam desenvolver de forma independente sistemas complexos de armas, e a maioria dos componentes e tecnologias. Só então podem ser reconhecidos como um país de nível intermediário superior como Japão, Suécia e Israel na arena internacional.

De acordo com a Tabela 7 e a Figura 6, a maioria dos países em desenvolvimento permanece no nível intermediário, incluindo Coreia do Sul e Brasil, que estão no 7º estágio (melhorias limitadas em P&D para armas produzidas sob licença local). É claro que, mesmo no caso de países de nível intermediário, alguns já entraram no 8º estágio (produção independente limitada de armas menos sofisticadas; produção limitada de armas mais avançadas) para cada campo do sistema de armas. No caso da Coreia do Sul, por exemplo, serão mencionados o *K-9 self-propelled gun* e o *Comet anti-ship missile of the K-2 Tank*. No entanto, do nível de P&D dos sistemas de armas totais, é difícil dizer que ela entrou completamente no 8º estágio. O fator mais importante para entrar neste nível é a capacidade de P&D para tecnologias e componentes essenciais.

#### 4.3.3 Superando a dependência

A razão pela qual a Coreia do Sul iniciou a indústria de defesa foi se livrar da subordinação aos sistemas de armas e tecnologias avançadas dos países avançados, garantir a autonomia e criar lucros econômicos. No entanto, apesar dos investimentos contínuos, os países industriais de defesa não estão livres da dependência de tecnologias e componentes essenciais para sistemas de armas. Além disso, são frequentes os casos de aquisição de armas de defesa domésticas

a um custo superior ao de países avançados. Isso significa que a relação entre a autossuficiência de armas e a eficiência econômica está caindo cada vez mais. O significado de assegurar a independência simplesmente mudou da dependência do sistema de armas acabado para a dependência tecnológica dos países avançados.

No processo de fomento e desenvolvimento da indústria de defesa, os países em desenvolvimento desenvolveram muitos sistemas de armas com apoio técnico de países avançados, especialmente os Estados Unidos, devido a limitações econômicas e técnicas. No entanto, este é agora um fator que impede a exportação de armas e sistemas para países terceiros. Isso se deve à política dos Estados Unidos de regular as exportações de armas para outros países. Na verdade, os políticos americanos estão expressando mais interesse nos benefícios econômicos da exportação de sistemas de armas produzidos por empresas de defesa americanas, em vez de se perguntarem se os sistemas de armas produzidos nos Estados Unidos funcionam adequadamente. Por esse motivo, os EUA estão implementando uma política de controle estrito dos sistemas de armas produzidos com base em sistemas e tecnologias de armas desenvolvidas em seu próprio país, semelhante às exportações de seu próprio país para o exterior. Um exemplo é o desenvolvimento do tanque brasileiro *Osorio*. Esse tanque foi desenvolvido com tecnologias e componentes dos Estados Unidos e da Europa, não era muito vendido para militares brasileiros, e o plano de exportar 318 unidades para a Arábia Saudita foi derrotado contra a oposição dos Estados Unidos (KIM, 2015, p.265).

Na era global, é muito difícil para os países em desenvolvimento, como a Coreia do Sul e o Brasil, cooperarem na indústria de defesa e obterem autonomia de segurança ou lucro econômico por meio dessa cooperação. Para cooperar na indústria de defesa, eles devem primeiro escapar da subordinação tecnológica dos países avançados, incluindo os Estados Unidos, por meio do desenvolvimento de tecnologia independente. A chave é fortalecer a P&D doméstica e a P&D conjunta internacional para desenvolver capacidades de desenvolvimento de tecnologia independente para tecnologias e componentes essenciais. É necessário transformar a base da indústria de defesa em uma direção que possa dar suporte a isso de forma eficiente. Quando essa base da indústria de defesa for estabelecida, a Coreia do Sul e o Brasil serão capazes de realizar cooperação na indústria de defesa sem a ajuda ou interferência de países avançados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação, que concerne às potenciais possibilidades de cooperação na indústria de defesa entre a Coreia do Sul e o Brasil, foram investigados e esclarecidos os pré-requisitos para que tal cooperação se concretize e se aprofunde entre os dois países.

Se a “liberdade de ameaças internas e externas” é o cerne da segurança nacional, então remover ou mitigar a ameaça é a melhor maneira de desfrutar dessa liberdade. No entanto, se isso não for viável, o Estado deve adotar um método para reduzir sua vulnerabilidade. Na era da Guerra Fria, não era fácil remover ou mitigar ameaças e, por isso, muitos países buscaram promover a segurança nacional no sentido de reduzir sua vulnerabilidade. A lógica de redução da vulnerabilidade continua mesmo agora, reconhecendo a situação pós-Guerra Fria. As políticas para reduzir a vulnerabilidade são amplamente divididas em três categorias. O primeiro é a defesa da independência, o segundo é a formação de alianças e o terceiro é o equilíbrio de poder. Na anarquia, a tarefa mais importante do Estado é a sobrevivência e, para sobreviver, o Estado constrói poder militar e forma alianças. Também busca proteger seu território, soberania e povo de Estados hostis, equilibrando o poder. As políticas para reduzir a vulnerabilidade variam de país para país. Alguns contam apenas com autodefesa, outros contam com autodefesa e alianças e outros contam com as três. Em particular, as grandes potências têm muito interesse no equilíbrio de poder e, para alcançá-lo, devem primeiro ter algum grau de poder de defesa e, se isso for insuficiente, devem formar uma aliança. Essa é a razão pela qual os EUA e a União Soviética, durante a era da Guerra Fria, criaram a OTAN e a OMC, respectivamente, para equilibrar o poder (KIM, 2011, p.174).

As três alternativas não são mutuamente exclusivas, mesmo porque buscar uma defesa independente não significa que o país não forme uma aliança, e que uma aliança seja concluída não significa que não construa poder militar. Se o poder militar dos aliados é fraco, seu papel como aliança é insignificante, então os aliados devem manter o poder militar em uma escala “adequada”. Além disso, só porque uma aliança foi concluída, não significa que durará para sempre e, devido à possibilidade de traição, é imperativo não aumentar o poder militar. Além disso, se apenas buscar a defesa nacional com frequência, os recursos limitados estão concentrados apenas no campo militar, o que pode levar a uma segurança mais fraca como um todo. Portanto, é uma maneira inteligente de se estabelecer uma aliança enquanto mantém uma força militar adequada. Quando essas inter-relações se desenvolvem em camadas entre os países, pode surgir um fenômeno de equilíbrio de poder.

Portanto, a chave da defesa é a construção do poder militar. Em geral, o poder militar desempenha um papel tanto externa quanto internamente. Além disso, o poder militar pode desempenhar um papel em um nível social específico ou em um nível nacional. As funções externas incluem principalmente defesa, dissuasão, coerção, demonstração de força e melhoria de *status*, e as funções internas incluem a usurpação do regime e o papel de guarda-costas do regime, apoio a desastres que não sejam guerra, apoio ao contraterrorismo, e atividades de paz internacional. Esses poderes militares são geralmente divididos em poder militar visível e poder militar invisível. Se o número de tropas, sistemas de armas, mobilidade, forças armadas e indústria de defesa são poder militar visível, então estratégia e doutrina tática, nível de treinamento, liderança militar, moral e habilidades militares são poder militar invisível. Em particular, pode-se dizer que o sistema de armas e a indústria de defesa são os elementos que melhor representam o poderio militar do país (KIM, 2011, p.180-181).

De fato, o conceito de segurança e defesa sempre foi controverso. Segundo Weber, o Estado é aquela comunidade humana que, no interior de um determinado território, reclama para si o monopólio da coação física legítima. Nesse caso, o exercício da coação física legítima pode-se inferir que se refere à segurança pública e aos assuntos bélicos (ou de defesa), pois se trata de duas problemáticas diretamente relacionadas ao monopólio da violência legítima. No primeiro caso, trata-se da salvaguarda da ordem interior em sociedades que se constituem como o suporte das associações políticas que sustentam o Estado. Já no segundo caso, trata-se da custódia da população e do território de um Estado, ou de seu alargamento. Seus instrumentos são primordialmente as Forças Armadas e as instituições destinadas à sua condução política e profissional, as leis e normativas que definem seu modo de ação e as doutrinas específicas que orientam seu comportamento em tempos de paz e em tempos de guerra (LÓPEZ, 2018, p.299).

Na região do Nordeste Asiático, ao mesmo tempo em que os interesses das quatro potências Estados Unidos, China, Japão e Rússia, estão complexamente interligados, ainda há elementos de instabilidade que influenciam diretamente na problemática de segurança regional, envolvendo a questão nuclear da Coreia do Norte. Além disso, ainda se trata de uma área com alto índice de ameaças tradicionais. Portanto, os países regionais continuam interessados na defesa nacional, que é o papel externo do poder militar, e isso se concentra no poder militar visível, com o aumento dos gastos de defesa e o desenvolvimento da indústria de defesa.

Por outro lado, a América do Sul não aparece como uma "região problemática" e, portanto, não figura com destaque na agenda global. Particularmente, um foco exclusivo na segurança tradicional, que é a guerra interestatal, muitas vezes levou especialistas e formuladores de políticas a acreditar que a América Latina é uma "zona de paz". Claro, houve alguns confrontos entre países,

e também houve disputas de fronteira entre países. No entanto, a América Latina enfrenta sérios problemas em termos de segurança humana e social devido ao alto nível de violência social derivada da vulnerabilidade política e econômica. Em outras palavras, na América Latina a maioria das ameaças provém da incapacidade de políticas públicas devido à vulnerabilidade social. Ao contrário do Nordeste da Ásia, a questão da ameaça pode ser vista como uma questão de segurança em vez de uma questão de defesa. Portanto, percebe-se que as atenções estão voltadas para a segurança, que é função interna do poder militar.

Após o pós-Guerra Fria, o conceito de segurança mudou, e o pensamento centrado no Estado enfraqueceu um pouco, mas, ainda assim, o poder militar é um símbolo de poder do Estado. Isso ocorre porque o militar só pode existir quando há o Estado, e o militar só pode existir para o Estado. O militar sem Estado nada mais é do que um insurgente ou terrorista. Assim, o militar é tanto um símbolo do Estado quanto a razão de sua existência. A sobrevivência de Estado não pode ser garantida por causa de seu poder militar, mas é difícil pensar na sobrevivência de Estado sem poder militar. Conforme mencionado anteriormente, verifica-se que a construção de uma escala adequada de poder militar é essencial para o Estado.

Portanto, a indústria de defesa, núcleo da construção do poder militar, é um fator importante. A indústria de defesa é uma tarefa que pode afetar diretamente a segurança e a política nacionais, por meio do desenvolvimento ou aquisição de sistemas de armas utilizados diretamente nas atividades militares. Frequentemente, reconhece-se a indústria de defesa como a pedra angular da segurança nacional e que ela deva ser protegida ou fomentada. Embora haja diversas razões, o fator de um Estado desenvolver sua indústria de defesa e produzir armas, ou não, pode ter um impacto significativo na segurança de um país e é, portanto, o mais proeminente na área da segurança. Em outras palavras, enquanto persistem as ameaças à segurança, a indústria de defesa se tratará de uma “indústria de segurança”, e a indústria de defesa constituirá um elemento essencial para suprimir a guerra e manter a paz por meio do poder militar. De semelhante modo, com a acoplação da informação e comunicação avançada do século XXI, ciência e tecnologia são enxertadas no campo militar, assim, a vitória ou a derrota na guerra são determinadas mais pela 'superioridade da informação, do conhecimento e da tecnologia' em detrimento do efetivo quantitativo da máquina de guerra e, também, pela posse de ciência e tecnologia de defesa de ponta na era da guerra científica. Seja ou não diretamente relacionado à segurança nacional, o poderio da indústria de defesa de cada país sustenta a própria independência das ações nacionais (DAPA, 2008, p.351-352). Além disso, como o desenvolvimento do sistema de armas tem grande influência na política de segurança e defesa nacional, é necessária uma gestão contínua.

A Coreia do Sul e o Brasil ainda estão no mesmo nível de países em desenvolvimento na indústria de defesa. Apesar de muito esforço, ainda pode ser observada a dependência da importação de armas, tecnologias e componentes essenciais de países avançados na indústria de defesa. No caso da Coreia do Sul e do Brasil, foram realizadas algumas tentativas de cooperação na indústria de defesa, mas nenhuma delas se concretizou. Para que ambos os países realizem a cooperação na indústria de defesa, os intercâmbios militares e a cooperação de segurança devem primeiro ser alcançados com base no entendimento da segurança nacional ou regional. Além disso, os governos deverão investir ousadamente em P&D de sistemas de armas, tecnologias e componentes essenciais, que dependem de países de defesa avançados, e escapar da dependência da indústria de defesa. Se esses esforços prevalecerem, verificar-se-á o aumento da possibilidade de se concretizar a cooperação na indústria de defesa entre a Coreia do Sul e o Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ABETTI, P.; MALDIFASSI, J. **Defense Industries in Latin American Countries: Argentina, Brazil, and Chile**. London: Praeger, 1994.
- ADAMS, G. Fortress America in a changing transatlantic defence market. *In*: SCHMITT, B. (ed.). **Between cooperation and competition: the transatlantic defence market**. Paris: Institute for Security Studies, Western European Union, 2001. p.3-50.
- ANTHONY, I. The ‘third tier’ countries: production of major weapons. *In*: WULF, H. (ed.). **Arms industry limited**. Oxford: Oxford University Press. 1993. p.362-383.
- BAEK, B. **Dinâmica do leste asiático e ambiente de segurança após o poder de Trump**. Seongnam: Book Korea, 2017. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.
- BATTAGLINO, J. **O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano: uma convergência de vantagens**. Nueva Sociedad, Buenos Aires, Dec. 2009. p. 79-89. Edição especial em português.
- BAYLIS, J.; SMITH, S.; OWENS, P. **The Globalization of World Politics**. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- BITZINGER, R. New ways of thinking about the global arms industry: Dealing with ‘limited autarky’. **Australian Strategic Policy Institute (ASPI) Strategic Insights**, n.98, p.1-12. 2015.
- BITZINGER, R. The globalization of the arms industry: the next proliferation challenge. **International security**, v.19, n.2, p.170-198.1994a.
- BITZINGER, R. Customize defense industry restructuring. **Orbis**, v.38, n.2, p.261-276.1994b.
- BITZINGER, R. **Towards a brave new arms industry**. London: Routledge. 2003.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional De Defesa / Estratégia Nacional De Defesa**. 2016
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2016
- BRASIL. Ministério da Defesa. Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED): Divisão Indústria de defesa. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/paed>>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- BRAUER, J. The Arms Industry in Developing Nations: History and Post-Cold War Assessment. *In*: BRAUER, J.; DUNNE, J. P.(ed.). **Arming the South: The Economics of Military Expenditure**, pt.2. cap.5, 2002. p.101-127.
- BULL, H. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. London: Macmillan, 1977.

BUZAN, B. **An Introduction to Strategic studies: Military Technology & International Relations**. London: Macmillan Press, 1991.

BUZAN, B. Rethinking Security after the Cold War. **Cooperation and Conflict**, London, v. 32, n. 1, p. 5-28, 1997.

BUZAN, B. **People, State, and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1991.

BUZAN, B.; LENE, H. **The Evolution of International Security Studies**. New York: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, B.; JONES, C.; LITTLE, R. **The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism**. New York: Columbia University Press, 1993.

BUZAN, B.; WÆVER, O. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; DE WILDE, J. H. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CADONÁ, M; OLIVEIRA, C. The regional security complex of South America: An analysis from the South American defense council of UNASR. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v.6, n.12, jul./dec. 2017. p.269-298.

CARNEIRO, M. Submarinos na América do Sul: uma atualização. **Segurança e Defesa**. n.106, 2012, p.12–21.

CHINA. Ministry of National Defense. **White Paper: China's National Defense in the New Era**. 2019. Disponível em: <[http://eng.mod.gov.cn/publications/2019-07/24/content\\_4846452.htm](http://eng.mod.gov.cn/publications/2019-07/24/content_4846452.htm)>. Acesso em: 20 nov.2020.

CONCA, K. **Manufacturing insecurity: the rise and fall of Brazil's military-industrial complex**. London: Lynne, 1997.

COSTA, D. **Estrategia nacional: la cooperación sudamericana como camino para a la inserción internacional de la región**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

CHOI, K; SHIN, B. Implicações da 『Estratégia de Segurança Nacional 2017』 da Administração Trump e da Resposta da Coreia. Issue Brief: The Asan Institute for Policy Studies. n.32, 2017. Disponível em : <<http://www.asaninst.org/contents/%ED%8A%B8%EB%9F%BC%ED%94%84-%ED%96%89%EC%A0%95%EB%B6%80-%E3%80%8E%EA%B5%AD%EA%B0%80%EC%95%88%EB%B3%B4%EC%A0%84%EB%9E%B5-2017%E3%80%8F%EC%9D%98-%EC%8B%9C%EC%82%AC%EC%A0%90%EA%B3%BC-%ED%95%9C%EA%B5%AD/>>> Acesso em: 10 nov. 2020.

CHOI, K; SHIN, B.; KANG, J. Mudanças no Nordeste da Ásia e nossa resposta. Issue Brief: The Asan Institute for Policy Studies. n.23, 2019. Disponível em : <<http://www.asaninst.org/contents/%EC%B5%9C%C2%B7%EC%8B%A0-%EC%99%B8%EA%B5%90%EC%95%88%EB%B3%B4-%EC%9D%B4%EC%95%BC%EA%B8%B0-%EB%8F>>

[%99%EB%B6%81%EC%95%84-%EC%A7%80%EA%B0%81%EB%B3%80%EB%8F%99%EA%B3%BC-%EC%9A%B0%EB%A6%AC%EC%9D%98/>](#) Acesso em: 10 nov. 2020.

DAGNINO, R. **A indústria de defesa no governo Lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEFENSE ACQUISITION PROGRAM ADMINISTRATION (DAPA). **Introdução à Indústria de Defesa**. 2008. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

DOMÍNGUEZ, R. Security Governance in Latin America. *In*: SUAREZ, M; VILLA, R; WEIFFEN, B. (ed.). **Power Dynamics and Regional Security in Latin America**. London: Palgrave Macmillan, p.53-76. 2017.

ECONOMIC RESEARCH INSTITUTE FOR NORTHEAST ASIA (ERINA). Mapa Político do Nordeste Asiático: Divisão Dados. Disponível em: < <https://www.erina.or.jp/en/data/asia/map/> >. Acesso em: 15 dez. 2020.

ELLIS, R. E. The Impact of China on the Security Environment of Latin America and the Caribbean. *In*: MARES, D. R.; KACOWIZK, A. M. (ed). **Routledge handbook of Latin America**. Oxon: Routledge, 2016. p.291-301.

FERREYRA, M. D.; SOARES, S. A. Complexo regional de segurança. *In* : SAINT-PIERRE, H. L.; MARINA G. (ed.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

FLEMES, D; WEHNER, L. Drivers of Strategic Contestation: The Case of South America. **International Politics**, v.52, n.2, p.163-77. 2015.

FONFRÍA, A. Economía de la defensa: definición y ámbitos de análisis. *In*: FONFRÍA, A.; PÉREZ-FORNIES, C. (ed.). **Lecciones de economía e industria de la defensa**. Madrid: Civitas, 2013. p.19-40.

FONFRÍA, A. The conflicts of the future: new scenario for the Defense Industry. **Coleç. Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 235-249, sep./dec. 2020.

FUCCILLE, A.; REZENDE, L. C. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Contexto Internacional**, v.35, n.1, 2013, p.77-104.

GARCÍA ALONSO, J. M. **La Base Industrial de la Defensa en España**. Madrid: Ministerio de Defensa, 2010.

GIL, B. **Compreensão a indústria de defesa coreana**. Dae-Jeon: Chung-nam University Press, 2016. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

GLOBAL FIREPOWER. 2020 Military Strength Ranking: Divisão 2020 Ranking. Disponível em: <<https://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>>. Acesso em: 04 set. 2020.

HA, Y.S.; NAMGUNG, G. **Transformação de política mundial**. Seoul: Ulyumunhwasa, 2012. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

HARTLEY, K. Arms industry data: knowns and unknowns. **The Economics of Peace and Security Journal**, Marietta, v.13, n.2, 2018. p.30-36.

HAYWARD, K. Globalization of defense industries. **Survival**, v.42, n.2, p.115-132. 2000.

INFO ESCOLA. Mapa político da América do Sul: Divisão Geografia. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/america-do-sul/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The military balance 2020**. London: IISS, 2020.

J. FREDERIK. M. ARENDS. From Homer to Hobbes and Beyond : Aspects of ‘security’ in the European Tradition. *In*: BRAUCH, H.G. *et al.* (ed.). **Globalization and Environmental Challenges: Reconceptualizing Security in the 21st Century** New York: Springer, 2008. p.263-277.

JANG, W. **Estratégia competitiva da indústria de defesa em resposta à quarta revolução industrial**. Se-jong: KEIT, 2017. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

JI, I.; LEE, S. The Patterns of Catch-up and Development in the Latecomer Countries’ Defense Industry: The Cases of Korea and Israel. **Defense Policy Analysis**, v.31 n.1, p.133-170. 2005. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

JOO, J; YOO, E; KIM, S; CHO, H. **Mudanças na estrutura de segurança no Nordeste da Ásia e nas relações China-península coreana: análise de cenário e contramedidas coreanas**. Se-jong; Korea Institute for International Economic Policy. 2018. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

KIM, D. Conteúdo principal da Estratégia de Segurança Nacional (NSS) da Administração Trump e da Direção de Resposta da Coreia. **Questões e pontos**: National Assembly Reserach Service. n. 1401, 2017. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

KIM, H. Social security and Securitization of the Russian Arctic indigenous people. **Korean Association for Eurasian Studies**, Seoul, p.7-28, 2019. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

KIM, J. **Defence acquisition and Defense Industry : Theory and Practice**. Seong-nam : Book Korea, 2015. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

KIM, Y.S. **A segurança nacional: o dilema da ameaça e vulnerabilidade**. Seoul: Bupmunsa, 2013. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

KIRKPATRICK, L. Trends in the Costs of Weapon Systems. **Defence and Peace Economics**, v.15, n.3, p.259-273. 2004.

KWON, K. Japão buscará julgamento internacional como área disputada. **Kook-min Daily**. Seoul, 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://news.kmib.co.kr/article/view.asp?arcid=0004802561>>. Acesso em: 27 set. 2020. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

KRAUSE, K. **Arms and the State: Patterns of Military Production and Trade**. New York: Cambridge University Press, 1992.

LEE, D. J. Regional Security Complex Theory (RSCT) and Northeast Asian Study. **Review of International and Area Studies**. Institute of international affairs in Seoul national University, Seoul, v.22, n.2, p.1-28. 2013. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

LEE, S. A guerra às drogas dos EUA contra a Colômbia: os problemas da lógica diplomática realista. **Asian Journal of Latinamerican Studies (AJLAS)**, v.18, n.4, p.157-191. 2005. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

LESKE, A. Base industrial de defesa. In : SAINT-PIERRE, H. L.; MARINA G. (ed.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

LIM, T. A nova estrutura do regionalismo latino-americano: Regionalismo pós-liberal vs. Regionalismo aberto. **Translatin**, n.31. p.4-8. 2015. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

LÓPEZ, E. Defesa. In : SAINT-PIERRE, H. L.; MARINA G. (ed.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CHAE, S.; PARK, J. Tome a iniciativa na economia do mar, Nordeste da Ásia está agora em uma guerra marítima. **Mae-il Business Newspaper**, Seoul, 27 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.mk.co.kr/news/special-edition/view/2010/11/602193/>>. Acesso em: 27 set. 2020. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

MARES, D. R. Mares; KACOWIZK, A. M. **Routledge handbook of Latin Amrecia**. Oxon: Routledge, 2016.

MEDEIROS FILHO, O. Breve Panorama de Segurança na América Do Sul. In: NASSER. R. M.; MORARES. R. F. (Org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília:ipea, 2014. p. 21-41.

MIN, B. Essentially Contested or Stretched?: Evaluating the Extended Concept of Security in the Post-Cold War Era. **Review of International and Area Studies**. Institute of international affairs in Seoul national University, Seoul, v.18, n.1 p.1-36, 2009. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

MIN, B. Concept of Security in the Post-Cold War Period: The Copenhagen School, Securitization, and Theories of International Relations. **World Politics**. Institute of International Studies in Seoul National University, Seoul, v.5, p.13-62, 2006. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

NEUMAN, S. Defense Industries and Dependency: Current and Future Trends in the Global Defense Sector. **ISN Case Studies**, International Relations and Security Network (ISN). 2006.

PAGLIARI, G. D. C. Conselho de Defesa Sul-Americano e a adoção de medidas de fortalecimento da confiança. **Carta Internacional**, v.10, n.3, p. 23-40. 2015.

PARK, M. Análise e implicações das mudanças na política de segurança do gabinete japonês de Abe. **Legislative Policy Report**, National Assembly Research Service. v.39, 2019. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

PARK, J. Y. **O paradigma de política internacional**. Seoul: Bupmunsa, 2002. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

PARK, C. **On Military Strategy**. Seoul: Planet Media, 2015. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

PAULO, C. **Diplomacia e Política de Defesa: O Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pos-Guerra Fria (1990-2000)**. Brasília: FUNAG, 2015.

RODRIGO, T. **Security in South America: The Role of States and Regional Organizations**. Colorado: FirstForumPress, 2014.

ROSH, R. M. Third World Arms Production and the Evolving Interstate System. **The Journal of Conflict Resolution**, v.34, n.1, mar. p.57-73. 1990.

SAINT-PIERRE, H. L. Ameaça, *In* : SAINT-PIERRE, H. L, MARINA G. (ed.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

SAINT-PIERRE, H. L.; ZAGUE, J. A. Defense industry and strategic autonomy: The position of Brazil and cooperation in defense in South America. **Revista Escola Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.293-320. 2017.

SAINT-PIERRE, H. L.; WINAND, E. Dangerous Ambiguity: Proposals to Expand the Role of the Brazilian Armed Forces. **A magazine of Americas, Hemisphere**, v.16, p.25–32. 2006.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). Arms Transfers Database Divisão Base de dados. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/armstransfers>> Acesso em: 01 nov. 2020.

SIPRI YEARBOOK: Armaments, Disarmament and International Security. Oxford: Oxford University Press, 1990.

SJOLANDER, C. T. The politics, economics and ethics of arms exports: making sense of (Canadian), Sovereignty in a post-westphalian world. *In*: HAGLOUD, D.G.; MACFARLANE, S.N. (ed.). **Security, strategy and the global economics of defence production: how much of what?** Montreal: McGill-Queen's University Press, 1999, p.119–134.

SKONS, E. Western Europe: internationalization of the arms industry. *In*: WULF, H. (ed.). **Arms industry limited**. Oxford: Oxford University Press, 1993, p.160–190.

SKONS, E.; WULF, H. The internationalization of the arms industry. **Annals of the American academy of political and social science**, v.535, p.43–57. 1994.

SUAREZ, M.; VILLA, R.; WEIFFEN, B. **Power Dynamics and Regional Security in Latin America**. London :Palgrave Macmillan, 2017.

MORAES, R. **O Brasil e A Segurança No Seu Entorno Estratégico: America Do sul e Atlantico Sul**. Brasilia: IPEA, 2014.

REPUBLIK OF KOREA. Ministério da Defesa Nacional. **Defence White Paper**. 2018. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

RHEE, S. **Theories of International Relations**. 4. ed. Seoul: Park Young Sa, 2006. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

TAURECK, R. Securitization theory and securitization studies. **Journal of International Relations and Development**. n.9, p.53-61, 2006.

TIAN, N.; SU, F. Estimating the Arms Sales of Chinese Companies. **SIPRI insights on peace and security**, n.2, jan. 2020.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME(UNODC). **Global Study on Homicide: Homicide trends, patterns and criminal justice response**. 2019. Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>>. Acesso em: 15 Set. 2020.

VILLA, R.; CHAGAS-BASTOS, F.; BARGA, C. Hybrid Security Governance in South America: An Empirical Assessment. **Latin American Politics and Society**, v.61, n.2, p.72-94. 2019.

WOLFERS, A. **Discord and Collaboration: Essays on International Politics**. Maryland: Johns Hopkins Press, 1962.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Reading. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WEISS, M.; BIERMAN, F. Defence Industrial Cooperation. *In*: MEIJER, H.; WYSS, M. (ed). **The Handbook of European Defence Policies and Armed Forces**. Oxford: Oxford University Press, pt.4, cap.2, 2018. p.693-709.

WENDT, A. E. Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, Cambridge, v.46, n.2, p. 391-425. 1992.

WEZEMAN, P. D.; FLEURANT, A.; KUIMOVA, A.; LOPES DA SILVA, D.; TIAN, N.; WEZEMAN, S. T. Trends in International Arms Transfers 2019. **SIPRI Fact Sheet**, Stockholm, mar, 2020. Disponível em:<<https://www.sipri.org/publications/2020/sipri-fact-sheets/trends-international-arms-transfers-2019>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

WHITE HOUSE. **National Security Strategy of the United States of America**. 2017.

YOO, D. Um estudo sobre a estratégia de segurança nacional da China: Focando no conceito geral de segurança nacional. **The Korean Journal of Political Science**, v.27, n.3, p.109-134. 2019. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

YOON, J. Características e substância das reformas militares russas: Foco no quarto mandato presidencial de Putin e estratégias de segurança nacional. **The Korean Journal of Area Studies**. v.36, n.3 p.83-104. 2018. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.